



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - TECNÓLOGO - EAD - CAMPUS DE NATAL

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução Nº 026/2017 - Consepe/Uern, **HOMOLOGA** o Projeto Pedagógico do Curso de **Graduação em Segurança Pública (ID 38129699)**, **Grau Acadêmico Tecnólogo**, **Modalidade Educação a Distância, vinculado ao Campus de Natal**, aprovado pela Resolução Nº 20/2025 – Consepe/Uern, de 05 de novembro de 2025 (processo SEI Nº 04410083.001479/2024-98), para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 05 de janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Rommel Wladimir de Lima, Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Ensino de Graduação**, em 05/01/2026, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38559735** e o código CRC **F12C5285**.



TNM Me. José Rodrigues da Silva Neto
Chefe do Setor de Admissão Acadêmica

ANEXO ÚNICO - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Termo de Homologação

Projeto pedagógico do curso de graduação em geografia - licenciatura - presencial - campus de Mossoró

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 24 da Resolução nº 026/2017 - Conseepe/Uern, HOMOLOGA os ajustes no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia (38354721), Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Presencial, do Campus de Mossoró, conforme o Processo SEI nº 04410195.000556/2025-14, aprovado pela Resolução nº 28/2023 - Conseepe, de 06 de dezembro de 2023, para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 05 de janeiro de 2026.

Rommel Wladimir de Lima
Pró-Reitor Adjunto de Ensino de Graduação
Portaria Nº 3649/2025 – GP/FUERN

Termo de Homologação

Projeto pedagógico do curso de graduação em segurança pública - tecnólogo - ead - campus de Natal

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução Nº 026/2017 - Conseepe/Uern, HOMOLOGA o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Segurança Pública (ID 38129699), Grau Acadêmico Tecnólogo, Modalidade Educação a Distância, vinculado ao Campus de Natal, aprovado pela Resolução Nº 20/2025 - Conseepe/Uern, de 05 de novembro de 2025 (processo SEI Nº 04410083.001479/2024-98), para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 05 de janeiro de 2026.

Rommel Wladimir de Lima
Pró-Reitor Adjunto de Ensino de Graduação
Portaria Nº 3649/2025 – GP/FUERN

PROPEG

Extrato da Ata

Extrato da ata da 3ª reunião extraordinária da câmara de pesquisa e pós-graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, realizada em 18 de dezembro de 2025.

Local: Plataforma Google Meet

Horário: 9h e 03min

Conselheiros participantes: Professora Ellany Gurgel Cosme do Nascimento (Presidente da Câmara), professor Marcos Paulo de Azevedo (titular – representando O DLV/Fala), professora Kalídia Felipe de Lima Costa (titular – representando o DEN/Faen), professor Auris Martins de Oliveira (titular – representando o DCC/Facem) e TNS Franciso Felipe da Silva (titular – representando os técnicos).

Faltas: conselheiros Roberto Mariano de Araújo Filho e Antonio Carlos de Medeiros.

Ordem do dia (processos):

Sessão I - Legislativa

1. Apreciação e deliberação do Processo nº 04410243.000128/2025-61: minuta de Resolução que aprova o novo Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), do Departamento de Letras Estrangeiras do Campus Avançado de Pau dos Ferros (DLE/

CAPF). Interessado(a): PPGL/DLE/CAPF. Conselheiro/relator: Francisco Felipe da Silva.

Minuta de Resolução aprovada com a seguinte votação:

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
5	0	0

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 9h 20min.

Professora Doutora Ellany Gurgel Cosme do Nascimento Presidente da CPPG COnsepe

Extrato da Ata

Extrato da ata da 4ª reunião extraordinária da câmara de pesquisa e pós-graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, realizada em 19 de dezembro de 2025.

Local: Plataforma Google Meet

Horário: 16h e 03min

Conselheiros participantes: Professor Cláudio Lopes de Vasconcelos (Vice-presidente da Câmara), Prof. Marcos Paulo de Azevedo (Titular – representando a Fala), Prof. Roberto Mariano de Araújo Filho (Titular – representando o CAP), Prof. Auris Martins de Oliveira (Titular – representando a Facem), TNS Gláucia Moisés Marques e Silva (suplente – representando o CAPF). O conselheiro TNS Luiz Carlos Batista Filho (Suplente – representando a FAD) entrou às 16:20 h/min. e participou da discussão/votação da segunda minuta.

Ausência: conselheira Kalídia Felipe de Lima Costa.

Ordem do dia (processos):

Sessão I - Legislativa

1. Apreciação e deliberação do Processo Nº 04410249.000197/2025-14: minuta de Resolução que aprova a criação da Residência Médica em Clínica Médica. Interessado(a): Departamento de Ciências Biomédicas da Faculdade de Ciências da Saúde – Facs/Uern. (REGIME DE URGÊNCIA, artigo 47-A do Regimento Geral da Uern).

Minuta de Resolução aprovada com a seguinte votação:

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
5	0	0

2. Apreciação e deliberação do Processo Nº 04410249.000198/2025-69: minuta de Resolução que aprova a criação do R3 (ano adicional) em Saúde Mental do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade. Interessado(a): Departamento de Ciências Biomédicas da Faculdade de Ciências da Saúde – Facs/Uern. (REGIME DE URGÊNCIA, artigo 47-A do Regimento Geral da Uern).

Minuta de Resolução aprovada com a seguinte votação:

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
6	0	0

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h30min.

Cláudio Lopes de Vasconcelos
Vice-presidente da CPPG Conseepe

Resolução Nº 14/2025/CPPG/CONSEPE

Aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CPPG/CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e conforme deliberação do Colegiado em sessão extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2025.

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando 16 (id. 36510663), solicitando a análise, pela Câmara de Pesquisa

e Pós-Graduação do CONSEPE, do novo regimento do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL;

CONSIDERANDO a aprovação da atualização do Regimento do PPGL pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, em reunião realizada em 15 de agosto de 2025 (id. 36324011),

CONSIDERANDO a aprovação do Regimento pelo Comitê Permanente de Pós-Graduação Stricto Sensu – CPPGSS, em reunião realizada em 15 de agosto de 2025 (id. 36669262)

CONSIDERANDO o teor do processo SEI nº 04410243.000128/2025-61.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o regimento do Programa de Pós-Graduação em Letras, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Mossoró/RN, em 18 de dezembro de 2025.

Professora Doutora Ellany Gurgel Cosme do Nascimento Presidente da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação

Conselheiros:

Marcos Paulo de Azevedo

Kalídia Felipe de Lima Costa

Auris Martins de Oliveira

Francisco Felipe da Silva

Link do Regimento:

https://portal.uern.br/propeg/wp-content/uploads/2026/01/Minuta_Atualizado_Pos_AJUR-1-LETROS-PPGL.pdf

Resolução Nº 15/2025 CPPG CONSEPE

Aprova a criação da Residência Médica em Clínica Médica, vinculada ao Departamento de Ciências Biomédicas da Faculdade de Ciências da Saúde – FACS.

O VICE PRESIDENTE DA CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CPPG/CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 19 de dezembro de 2025.

CONSIDERANDO o parecer favorável do(a) parecerista do Comitê Permanente de Pós-Graduação Lato-Sensu, CPPG-L/PROPEG, do dia 10 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da AJUR/UERN, emitido em 18 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo/SEI nº 04410249.000197/2025-14,

RESOLVE:

Art 1º Aprovar a criação da Residência Médica em Clínica Médica, vinculado ao Departamento de Ciências Biomédicas da Faculdade de Ciências da Saúde - FACS.

Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições ao contrário.

Gabinete da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Mossoró/RN, em 19 de dezembro de 2025.

Professor Dr. Cláudio Lopes de Vasconcelos

Vice-presidente da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação do Conseepe.

Conselheiros:

Marcos Paulo de Azevedo

Roberto Mariano de Araújo

Auris Martins de Oliveira

Gláucia Moisés Marques e Silva

Luiz Carlos Batista Filho

Link do regimento da Residência Médica:

https://portal.uern.br/propeg/wp-content/uploads/2026/01/Regimento_COREME_PMM_v2-regimento-rm.pdf





RESOLUÇÃO N.º 20/2025 – CONSEPE

Cria o Curso de Graduação em Segurança Pública, Grau Acadêmico Tecnólogo, Modalidade Ensino a Distância (EaD), vinculado ao Campus Avançado de Natal da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE), DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 5 de novembro de 2025,

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do artigo 53 da Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que dispõe sobre autonomia didático-científica das universidades para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP Nº 2, de 4 de abril de 2024, que dispõe sobre a incorporação aos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT) e de Cursos Superiores de Tecnologia (CST), de Áreas Tecnológicas aos respectivos Eixos Tecnológicos;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do art. 15º, do Estatuto da Uern, de 10 de setembro de 2019, que atribui competência ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 03 a 06, do Regulamento dos Cursos de Graduação da Uern, aprovado através da Resolução nº 26/2017- Consepe;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 39 a 46 do Regulamento dos Cursos de Graduação da Uern (Resolução nº 26/2017 - Consepe);

CONSIDERANDO o Processo Administrativo n.º 04410083.001479/2024-98 - SEI,

RESOLVE:

Art. 1º Cria o Curso de Graduação em Segurança Pública, grau acadêmico tecnólogo, modalidade Educação a Distância (EaD), vinculado ao Campus Avançado de Natal da Universidade do Estado do Rio Grande do

Norte, e aprova o respectivo Projeto Pedagógico, anexo desta Resolução.

Parágrafo Único. Todas as atividades acadêmicas e a implementação das disposições previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Segurança Pública, Grau Acadêmico Tecnólogo, passam a vigorar a partir do primeiro semestre letivo do ano de 2026.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Jouern.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 5 de novembro de 2025.

Professora Doutora Cicilia Raquel Maia Leite
Presidente

Conselheiros:

Prof. Francisco Dantas de Medeiros Neto
Profa. Fernanda Abreu de Oliveira
Prof. Cláudio Lopes de Vasconcelos
Prof. Esdra Marchezan Sales
Profa. Rivânia Lucia Moura de Assis
Profa. Ana Karinne de Moura Saraiva
Prof. Marcos Paulo de Azevedo
Profa. Glycia Melo de Oliveira Silva
Prof. Márcio Kleber Morais Pessoa
Profa. Maisa Clari Farias Barbalho de Mendonça
Prof. Raimundo Márcio Ribeiro Lima
Prof. Akailson Lenon Soares da Silva
Profa. Luciana Fernandes Nery
Profa. Silvana Praxedes de Paiva Gurgel
Prof. Francisco de Assis Costa da Silva
TNS. Antônio Carlos de Medeiros
TNS. Francisco Felipe da Silva
TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo
TNS. Nestor Gomes Duarte



Documento assinado eletronicamente por **Cicília Raquel Maia Leite, Presidente do Consepe**, em 05/11/2025, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37467749** e o código CRC **4DFDBC23**.

Referência: Processo nº 04410083.001479/2024-98

SEI nº 37467749



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO
LAZER**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS AVANÇADO DE NATAL
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Modalidade a Distância

Natal - RN 2024

Reitor/a

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor/a

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretoria de Educação a Distância

Giann Mendes Ribeiro

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Fernanda Abreu de Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Pró-Reitoria de Extensão

Esdras Marchezan Sales

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso

Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis

Ana Angélica do Nascimento Nogueira

Pró-Reitoria de Administração

Simone Gurgel de Brito

Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Fátima Raquel Rosado Morais

CAMPUS/ FACULDADE - CAN

Diretor/a da Unidade

DAVID LEITE

Vice-Diretor/a da Unidade

AGASSIZ ALMEIDA

Chefe do departamento de Direito

CLAUDOMIRO BATISTA JUNIOR

MEMBROS DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

(PORTARIA-SEI Nº 427, DE 19 DE AGOSTO DE 2024) SERGIO

ALEXANDRE DE MORAES BRAGA JUNIOR

CARLOS SERGIO GURGEL DA SILVA

ROUSEANE DA SILVA PAULA QUEIROZ MICHELE YUMI

FELIPE OKINO

MEMBROS DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

(PORTARIA-SEI Nº 307, DE 17 DE JUNHO DE 2024)

SERGIO ALEXANDRE DE MORAES BRAGA JUNIOR CARLOS

SÉRGIO GURGEL DA SILVA

ROUSEANE DA SILVA PAULA QUEIROZ

MICHELE YUMI FELIPE OKIN

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	3
3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO	4
4 HISTÓRICO DO CURSO	5
5 OBJETIVOS DO CURSO	7
5.1 GERAL	7
5.2 ESPECÍFICOS	8
6 JUSTIFICATIVA	8
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL DO CURSO	15
7.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA DOS POLOS	15
7.2 INFRAESTRUTURA DE PESSOAL DOS POLOS	27
7.3 INFRAESTRUTURA FÍSICA DA SEDE	28
7.4 INFRAESTRUTURA DE PESSOAL DA SEDE	35
7.5 SUPORTE E FUNCIONAMENTO DO CURSO	38
7.6 SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	42
7.7 MATERIAL DIDÁTICO	43
8 FORMAÇÃO CONTINUADA	46
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	47
9.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO	47
9.2 PERFIL DO EGRESO	48
9.2.2 Acompanhamento do Egresso	49
9.3 METODOLOGIA	51
9.3.1 Inclusão e acessibilidade	54
9.3.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	55
9.3.3 Atividades Pedagógicas Inovadoras	58
9.3.4 Conteúdos Transversais	59
9.3.5 Estágios Curriculares	62
9.3.6 Trabalho de Conclusão de Curso	62
9.3.7 Atividades Curriculares Complementares	64
10 ESTRUTURA CURRICULAR	69
11 APOIO AO DISCENTE	89
12 AVALIAÇÃO	93
12.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	93
12.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A - EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	102
APÊNDICE B - EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	156
APÊNDICE C - EMENTÁRIO DAS UCE's (Unidade Curricular de Extensão)	168
ANEXO I - ATAS	171
ANEXO II - PORTARIAS E RESOLUÇÕES	177

1 INTRODUÇÃO

A Universidade, como instância produtora de conhecimento, deve voltar-se para encontrar respostas aos inúmeros problemas originados no entorno social, buscando, como afirma Cristovam Buarque (2000), “o máximo de qualidade, com o máximo de responsabilidade social”. Considerando que a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN tem como missão “promover a formação de profissionais competentes, críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País”. Partindo desse contexto, o Campus de Natal-CAN apresenta a proposta de Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.

Esta proposta de Projeto Pedagógico de Curso – PPC está estruturada em uma seção que apresenta a justificativa da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. O mesmo está rigorosamente de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96; o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST); bem como demais legislações e normas especificadas no item base legal deste projeto.

O projeto pedagógico do presente curso tem como princípio orientador o documento “Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública/ SENASP/MESP”. Há uma imensa demanda represada para a formação inicial de milhares de agentes públicos da segurança pública que trabalham em prol do cidadão. Assim, a UERN em sua responsabilidade social, criada e mantida para atender a sociedade, não pode se negar a atender essa convocação para ampliar a escolarização desses agentes públicos, partindo da premissa de que a educação é caminho e garantia de uma cidadania plena.

Visando uma estratégia para atingir essa prioridade, a UERN tem no seu PDI como diretrizes e ações a implantação de um programa institucional de educação à distância (EaD). Os cursos EaD já são uma realidade em todo país e estão em constante crescimento. Grande parte desse crescimento se deve ao fato do Governo Federal apostar na interiorização da educação, fazendo com que as instituições de ensino superior levem os mais variados cursos às regiões mais remotas do país.

Vale a pena destacar que a interiorização do ensino superior na modalidade à distância está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) e vem se consolidando de forma satisfatória ao longo dos anos em diversas IES brasileiras. Diante do exposto, a proposta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança

Pública, na modalidade à distância emerge como um elemento que contribui para ampliar o alcance da UERN até as regiões mais remotas do Estado e as demais regiões do país. Além disso, suprir a demanda local por profissionais capacitados a projetar, planejar, desenvolver e implementar soluções para a segurança pública. A proposta em questão possui um total alinhamento com a política nacional de interiorização do ensino superior, uma vez que busca promover o desenvolvimento regional por meio do crescimento contínuo e auto sustentável, com a adoção de tecnologias inovadoras.

Na sequência são apresentados dados históricos da UERN, bem como questões pedagógicas e estruturais que lhes são típicas para demonstrar sua competência para implantar e operacionalizar o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. Em seguida, serão expostos objetivos do curso, perfil do egresso e das competências e habilidades requeridas ao acadêmico. Na sequência, será apresentada a estrutura curricular proposta, desdobrada em Conteúdos de: Formação Obrigatória, Formação Optativa, Formação Complementar e suas Tecnologias. Logo a seguir, expõe-se o Currículo Pleno do Curso, isto é, a matriz curricular com o tempo mínimo e máximo exigido para integralização do curso, bem como as formas de acesso e as condições de oferta: local, turno e número de vagas. Apresenta-se, na sequência, o ementário do Curso, detalhando o nome da disciplina, código da disciplina, créditos equivalentes, carga horária, ementa, competências objetivadas de formação, bibliografia básica e complementar. Aborda-se ainda neste documento o detalhamento sobre a operacionalização das atividades acadêmicas complementares. Ainda, na sequência desta apresentação, serão tratadas as diretrizes de gestão acadêmica, bem como as políticas de pesquisa e pós-graduação, extensão e gestão do curso, com sua respectiva avaliação. Discorre-se ainda, neste documento sobre o *modus operandi* do processo acadêmico de desenvolvimento e avaliação do trabalho de conclusão de curso e, na décima seção traz o regulamento da organização do funcionamento do currículo do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. Vale ainda registrar-se a retrospectiva histórica de criação do Campus Avançado de Natal. Este registro é importante uma vez que revelará a vocação deste campus em formar profissionais de excelência que possam contribuir com a realização de uma verdadeira revolução (em termos de eficiência) no serviço público potiguar.

A partir de 2002, a UERN passou a iniciar uma arrojada política de expansão com a criação do Campus de Natal e do Campus de Caicó e 11(onze) Núcleos de Educação Superior em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

Observa-se que a criação do Campus da UERN em Natal ocorreu dentro dessa visão de expansão física da UERN e se deu por meio da Resolução nº 003/2002 – CONSUNI (Conselho Universitário), em data de 13 de junho de 2002, e foi concebido para funcionar na Zona Norte com oferta inicial dos Cursos de

Graduação em Direito, Ciência da Computação e Turismo. Em 17 de julho de 2002, através da Portaria 1387/2002 – GR-UERN, o Campus passou a ser denominado Campus Governador Fernando Antônio da Câmara Freire – Natal.

O Campus da UERN, em Natal, foi criado na gestão do Magnífico Reitor Profº Ms. José Walter da Fonseca fundamentado no Art. 207 da Constituição Federal, no Art. 141 da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte e, ainda, no Art. 53 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação com o objetivo de contribuir com a expansão do ensino superior público e gratuito que venha facilitar o acesso da população, mais carente economicamente, aos cursos superiores, bem como permitir uma maior articulação da UERN com os órgãos governamentais para o cumprimento de sua missão institucional que é de contribuir para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte.

2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição Mantenedora

Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN
Rua Almino Afonso, 478 – Centro
CEP.: 59.610-210 – Mossoró – RN
Fone: (84) 3315-2148 **Fax:** (84) 3315-2108
E-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Profª Dra. Cicília Raquel Maia Leite

Espécie Societária: Não Lucrativa

Instituição Mantida

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
CNPJ: 08.258.295/0001
Campus Universitário
BR 110, Km 46, Av. Prof. Antônio Campos s/n
Bairro Costa e Silva
CEP: 59625-620 - Mossoró-RN
Fone: (84) 3315-2175 **Fax:** (84) 3315-2175
Home Page: www.uern.br e-mail: reitoria@uern.br
Dirigente: Profª Dra. Cicília Raquel Maia Leite
Ato de reconhecimento: Decreto Estadual Nº 32.999, de 28/09/2023

3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Denominação do curso: Tecnologia em Segurança Pública

Classificação Cine Brasil: 1032S03

Eixo Tecnológico: Eixo de segurança

CNCST- Catálogo Nacional de Cursos

Superiores de Tecnologia -PORTARIA Nº 514,

DE 4 DE JUNHO DE 2024

Modalidade: EaD

Convênio acadêmico: Aplica-se aos cursos que possuem convênios com a UAB/CAPES.

Unidade Universitária: Campus de Natal

Departamento acadêmico: DIREITO

Endereço:Av. Dr. João Medeiros Filho, 3419 - Potengi, Natal - RN,

59122-365 Telefone:3232 3554

E-mail: direito_natal@uern.br

Website do curso: <https://dead.uern.br>

Número de vagas por semestre/ano: 100

Forma de Ingresso no Curso: Processo seletivo via Edital.

4 HISTÓRICO DO CURSO

A segurança pública é uma área essencial para a proteção e bem-estar da sociedade. Os profissionais de segurança pública atuam na prevenção e combate à criminalidade, desenvolvendo estratégias e políticas públicas.

Um técnico em segurança pública pode atuar em diferentes áreas, como agências policiais, corpos de bombeiros, instituições penitenciárias e empresas de segurança privada.

A atividade de segurança privada no Brasil teve início em 1967. A primeira legislação sobre o assunto surgiu em 1969, com a instituição do Decreto Lei 1.034/69, que autorizou o serviço privado em função do aumento de assaltos a bancos, obrigados à época a recorrer à segurança privada. Este primeiro decreto regulamentou uma atividade até então considerada paramilitar.

As empresas que exerciam a atividade foram limitadas a um número de cinquenta no Estado de São Paulo e eram controladas pela Secretaria de Segurança Pública. Até 1983 os governos estaduais fiscalizavam estas empresas.

A demanda por Segurança Privada aumentou ao longo dos anos e esta necessidade deixou de ser exclusiva das instituições financeiras para ser fundamental também a órgãos públicos e empresas particulares.

O auge dos serviços de segurança foi no final dos anos 70. A crescente procura exigia uma normatização, pois o decreto lei de 1969 já não comportava todos os aspectos da atividade.

Foi realizado então um grande esforço junto ao governo federal para regulamentar a atividade através de legislação específica. Em 1983 a atividade foi regulamentada através da Lei 7.102 e a fiscalização deixou de ser estadual (SSP) e passou a ser federal (MJ).

A Constituição Federal de 1988 define a segurança pública como um direito fundamental e responsabilidade de todos, sendo um dever do Estado. O artigo 144 da Constituição estabelece que a segurança pública deve ser exercida para garantir a ordem pública e a proteção das pessoas e do patrimônio. A Constituição também define os órgãos responsáveis pela segurança pública, que são: Polícia federal, Polícia rodoviária federal, Polícia ferroviária federal, Polícias civis, Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Em 2024, foi promulgado o Estatuto da Segurança Privada, Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, revogando a Lei 7.102/83 e trazendo importantes inovações ao setor. Dentre as principais mudanças, destacam-se a ampliação das atividades permitidas às empresas de segurança privada, incluindo o monitoramento eletrônico remoto e o uso de novas tecnologias. Além disso, a lei criou um novo sistema de certificação e treinamento mais rigoroso para os Vigilantes, visando a qualificação profissional contínua. Essas mudanças visam aprimorar a segurança privada e garantir a adaptação às novas demandas do mercado, da tecnologia e da sociedade.

No ano de 2017, a Reitoria da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) recebeu uma solicitação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte (SESED) para apresentar uma proposta de criação de um curso de graduação tecnológico em segurança pública, na modalidade à distância (EaD). O

objetivo inicial era permitir que profissionais da segurança pública do Estado – incluindo Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, agentes penitenciários e funcionários do ITEP – pudessem obter uma formação superior na área de sua vocação, especialmente aqueles que ainda não possuíam graduação. Esse curso também se destina, posteriormente, àqueles que já possuem uma graduação e desejam uma formação específica em segurança pública.

A profissão de segurança pública tem raízes históricas que acompanham a evolução das necessidades sociais e a complexidade crescente dos desafios de segurança, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil. Desde a década de 1980, o Brasil vem enfrentando crescentes demandas de segurança pública, levando ao desenvolvimento de políticas de formação e capacitação mais estruturadas para agentes de segurança. O desenvolvimento de cursos de formação na área tornou-se uma medida essencial para garantir que os profissionais atuem de forma preventiva, ética e eficiente, principalmente no contexto urbano e em áreas vulneráveis.

A criação e regulamentação dos cursos de Tecnologia em Segurança Pública estão fundamentadas em várias legislações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), especialmente nos artigos 39 a 41, institui as diretrizes para a educação tecnológica e profissionalizante, a qual o curso de Tecnólogo em Segurança Pública está vinculado. A Resolução CNE/CP 03/2002 regulamenta os cursos tecnológicos no Brasil, enquadrando-os como cursos de nível superior voltados ao mercado profissional. Além disso, o Parecer CNE/CES Nº 277/2006 aloca o curso no Eixo Tecnológico "Ambiente, Saúde e Segurança", que inclui práticas e tecnologias para a proteção da sociedade e do ambiente. O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, em sua edição de 2016, descreve o perfil do tecnólogo em segurança pública e as competências essenciais, como planejamento e execução de ações preventivas, segurança comunitária, perícia e laudos técnicos, alinhadas às demandas do setor público e das legislações vigentes.

O surgimento dos cursos de Tecnólogo em Segurança Pública no Brasil reflete a necessidade de profissionalizar a área, oferecendo aos agentes de segurança uma formação que alia conhecimentos técnicos, éticos e humanísticos. O Ministério da Educação incentivou a criação desses cursos em todo o território nacional, especialmente na modalidade EaD, permitindo que profissionais de segurança de áreas mais remotas pudessem se qualificar sem precisar migrar. Este curso atende à crescente necessidade de inovação e capacitação contínua na segurança pública, preparando os profissionais para lidar com questões como combate à violência, gestão de crises e utilização de novas tecnologias.

No Nordeste, a implementação do curso de Tecnologia em Segurança Pública vem se expandindo, atendendo a uma necessidade regional de enfrentar a violência urbana e a criminalidade em áreas rurais. Com o apoio de secretarias estaduais e a criação de parcerias com instituições locais, diversas universidades começaram a oferecer o curso, com currículos adaptados às demandas regionais. No Rio Grande do Norte, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) assumiu a liderança nesse processo em 2017, atendendo ao pedido da SESED. Esse passo foi um marco no estado, com o objetivo de formar profissionais capacitados para atuar em

organizações de segurança pública locais.

Fundada em 1968, a UERN é uma instituição pública que atende às demandas de ensino superior no Rio Grande do Norte, especialmente no interior do estado, e desempenha papel fundamental na educação pública. A criação do curso de Tecnólogo em Segurança Pública representa um compromisso da UERN com a profissionalização de agentes de segurança e com o desenvolvimento da sociedade local. Em 2017, foi instituída a Comissão de Viabilidade do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública para discutir o currículo e ajustar o curso às necessidades da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e outros órgãos. O curso foi estruturado para oferecer uma formação interdisciplinar que integre aspectos técnicos e humanísticos e que prepare os profissionais para o planejamento, organização e execução de políticas de segurança pública de forma ética e eficaz, promovendo a transparência e a eficiência no uso de recursos públicos.

Ao longo das décadas, a UERN tem se consolidado como uma instituição comprometida com a formação de profissionais capacitados e com a expansão da educação superior no estado, destacando-se pelo oferecimento de cursos na modalidade EaD, que ampliam o acesso de estudantes de diversas regiões.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 GERAL

O Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública, na modalidade à distância, da UERN tem como fim maior favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, e está adequado às Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública/ SENASP/MESP.

Formar profissionais do quadro efetivo das Polícias Militares, Civis, Bombeiros Militares, Peritos, Policiais Penitenciários e Guardas Municipais, para que possam compreender o exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, de participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância.

O curso é voltado para a qualificação dos servidores públicos civis e militares pertencentes aos quadros das referidas carreiras da SESED e SEJUC (estaduais), que é de eventuais servidores públicos ou prestadores de serviços públicos (como concessionários e permissionários) em efetivo exercício de suas funções na administração pública municipal, estadual, federal, ou pretendentes ao serviço público, no ramo de segurança pública, em especial policiais civis, militares, bombeiros militares, agentes penitenciários e guardas municipais. Além destes, compõem os técnicos que prestarão assessoria ou consultoria às políticas públicas

de segurança, tendo como público alvo todos aqueles que não possuem formação de nível superior.

5.2 ESPECÍFICOS

Qualificar o profissional da Segurança Pública acerca das demandas e exigências concernentes ao exercício da sua profissão, na sociedade contemporânea;

Promover o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tácitos do profissional assegurando o caráter prático tanto aos componentes curriculares obrigatórios como aos optativos;

Desenvolver o conjunto de habilidades técnicas e relacionais alinhadas à competência profissional que resulte em atitudes, para atuar com equidade, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância.

Contribuir para novos arranjos e alternativas na sua atuação profissional, tanto em seus processos produtivos quanto na gestão;

Reconhecer as características da sociedade contemporânea e das diversas formas de violência e criminalidade encontradas nos espaços urbanos e rurais;

Compreender as formas de organização do Estado Moderno e dos papéis das instituições de segurança pública, dos seus profissionais e da sociedade na construção de uma cultura de paz para a humanidade.

Atuar a partir de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e integração das ações de justiça e segurança.

Utilizar as tecnologias digitais como propósito de alfabetização digital, imprescindível à formação do cidadão no mundo contemporâneo;

Permitir ao aluno o desenvolvimento das habilidades de um profissional que seja capaz de realizar proposições, análises e consultorias sobre as temáticas da segurança pública;

6 JUSTIFICATIVA

A segurança pública fornecida pelo Estado é um processo complexo entre ações preventivas, repressivas e de natureza social, capazes de colaborar com a sensação de tranquilidade de toda coletividade (Sichonany Júnior, 2014).

Sendo assim, as vagas serão ofertadas a partir de aprovação do edital de

ofertas de vagas da UAB, e da articulação entre a DEAD e os polos credenciados, totalizando 100 (cem), distribuídas 20 (vinte) em cada polo.

Não há como pensar diferente, na medida em que ela foi disciplinada na Constituição Federal dentro do capítulo que trata deste tema. O artigo 144 visa à proteção da incolumidade da sociedade e, portanto, todos agentes nele disciplinados se prestam para a realização da segurança pública. Na medida em que o constituinte estabeleceu a segurança como direito social (previsto no artigo 6º) e regulamentou a segurança pública no artigo 144, não há como afastar-se do desejo do legislador originário de concretizar uma ligação entre estas duas disciplinas.

Não obstante, o artigo 6º da Constituição também tenha elencado como direito social a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, também inseriu a segurança como autêntico direito fundamental (BRASIL, 1988).

Dante do exposto nas linhas anteriores, percebe-se que a segurança pública é uma das funções essenciais do Estado, em resposta à população que se vincula, por um “pacto social”, a fornecer os meios (políticos, sociais) e recursos (financeiros e econômicos) necessários ao estabelecimento e manutenção do equilíbrio social, principal nascedouro da paz social e nas relações interpessoais.

Infelizmente os noticiários em nosso país estão repletos de más notícias acerca da segurança pública em todo o país. Assistimos, atônitos e apreensivos, a notícias sobre a crescente violência em todo país. Locais que antes eram tidos por pacatos e que não ocorria um homicídio há anos, agora se tornaram locais violentos. Muitas vezes até pequenas cidades do interior de nosso Estado. Diversos fatores contribuíram para esta violência alarmante, dentre estes o mais significativo foi o crescimento do tráfico de drogas. O sistema de distribuição de drogas no Brasil passou a ser um esquema de logística e distribuição mais bem estruturado e mais complexo do que o de muitas empresas bem sucedidas. Aliado ao crescimento da comercialização das drogas no país, outros fatores contribuem para o caos que tem se tornado a segurança pública no Brasil e em especial no Estado do Rio Grande do Norte, como a baixa de oferta de emprego, deficiências no sistema educacional, desagregação familiar, disseminação de uma cultura com valores distorcidos, que tem valorizado a prostituição, a promiscuidade de adultos e crianças, a cultura do estupro, a cultura da ostentação, enfim, práticas que têm seduzido principalmente os jovens, de modo que estes se sentem atraídos ao mundo das drogas e do crime.

Há uma grande demanda da sociedade para a oferta deste curso por essas razões. As disciplinas ofertadas neste curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública não se propõem a apontar culpados ou “fechar diagnósticos sociais”. A ideia é discutir conceitos, debater as principais teorias e suas aplicações na realidade estadual, nacional e internacional, mostrando que a adoção de determinadas políticas públicas, práticas sociais e atuações governamentais podem melhorar as atuações ostensivas e investigatórias das polícias estaduais (civil e militar) e de

agentes do corpo de bombeiros, agentes penitenciários e agentes da polícia técnica.

Como bem explica o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes (2009, pág. 804), a Constituição Federal preceitua que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sem, contudo, reprimir-se abusiva e inconstitucional a livre manifestação de pensamento

Recorda ainda a lição de Guido Zanobini (1968), quando afirma que a polícia é a atividade da administração pública dirigida a concretizar, na esfera administrativa, independentemente da sanção penal, as limitações que são impostas pela lei à liberdade dos particulares ao interesse da conservação da ordem, da segurança geral, da paz social e de qualquer outro bem tutelado pelos dispositivos penais.

Diante da grave crise da segurança pública no Brasil, o curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública ofertado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, especialmente no âmbito do Campus Avançado de Natal justifica-se pela sua proposta inovadora de mesclar conhecimentos teóricos com práticas e novas tecnologias capazes de gerar um quadro de transformações em todas as atuações estatais na seara da segurança pública (Andrade et all, 2009,p.109).

Infelizmente, hoje, no Brasil, tem funcionado a máxima do 'Salve-se quem puder': Salve-se quem puder da ineficiência do Estado brasileiro em garantir segurança (contratando empresas de segurança privada); salve-se quem puder da ineficiência do Estado brasileiro em garantir educação pública de qualidade (pagando escola particular para os filhos); salve-se quem puder da ineficiência do Estado brasileiro em garantir saúde pública de qualidade (pagando planos de saúde); salve-se quem puder da ineficiência do Estado em garantir uma moradia digna (comprando casa em condomínios fechados); salve-se quem puder da ineficiência do Estado em promover uma adequada política de mobilidade urbana (comprando veículo para uso particular) (Silva, 2016).

Para aqueles que não conseguem escapar das relatadas ineficiências do Estado brasileiro resta amargar seus dias lutando para que, ou esperando que, um dia esta realidade seja outra, melhor. Só que nesta espera alguns não querem esperar e frequentemente são tentados por uma "realidade paralela" que lhe oferece, com base na mentira e no engano, um "escape" imoral e ilegal para suas "angústias e desejos": o crime. Muitos criminosos iniciam os passos no crime porque não querem esperar e porque não acreditam que o Estado é capaz de tirá-lo da realidade na qual ele está inserido. Frise-se, contudo, que, mesmo que o Estado fosse capaz (eficiente) de tirá-lo da realidade em que está inserido, cabe àquele que tende ou que tendia para a prática do crime escolher o caminho que quer seguir. Apesar deste fato, acreditamos que o empenho na superação da crise que leva à falência do Estado faria despencar o número de pessoas que escolheriam percorrer os caminhos de morte que a criminalidade lhes apresenta (Silva, 2016).

A segurança pública é condição essencial para a liberdade no âmbito das cidades. Sem segurança pública, ficam cerceados direitos como: a) direito de ir e vir

(quantas pessoas deixam de fazer uma simples caminhada nas ruas ou em praças públicas?); b) direito de empreender - livre iniciativa (quantos empreendimentos não faliram porque seus clientes simplesmente fugiram com medo de arrastões?); c) direito à vida (quantas pessoas morreram vítimas da insegurança pública?); d) direito à saúde (quantas pessoas sofreram atentados e perderam sua saúde, física ou psicológica?).

Vale ainda salientar que as organizações, a fim de atenderem às novas demandas do contexto organizacional, nos seus mais diversos âmbitos, necessitam estar atualizadas constantemente, para, assim, atuarem dentro de um parâmetro de atendimento das exigências mundiais, conforme a difusão de conhecimentos originada a partir da globalização no mundo moderno. Como parte desse universo organizacional, o setor público vem recebendo constantes cobranças quanto ao uso adequado de recursos e de sua prática administrativa sob sua responsabilidade em prol do aumento da produtividade e eficiência em ações de atendimento da sociedade. Figura-se nesse contexto, o aumento da pressão exercida pela população, atualmente mais informada e consciente de seus direitos, por maior eficiência e eficácia das instituições governadas pelo Estado (Drucker, 1972).

As mudanças provocadas pela alteração constante nas tecnologias que moldam a produção de bens e serviços; a popularização dos canais múltiplos de informação entre as pessoas favorecendo a consolidação da democracia com viés participativo; a escassez de recursos frente ao crescimento vertiginoso das demandas por serviços públicos; a transição tardia do modelo de administração pública burocrática para o modelo de administração pública gerencial; e todos esses fatores aliados a um longo período de crescimento econômico e aumento da importância do Brasil no cenário mundial, exigem do Poder Público, competências que até pouco não eram cobradas e nem faziam parte das grandes prioridades.

É, pois, nesse ambiente de mudanças e pressão por desenvolvimento, que a produção de conhecimentos e a disseminação de tecnologias fundamentadas na formação profissionalizante passam a ser combustível essencial para a geração de eficiência e produtividade às instituições do Estado brasileiro. Podendo, inclusive, promover grandes benefícios e melhorias nos processos administrativos e gerenciais deste setor e ampliando os resultados que já são produzidos pela esfera pública.

A Administração e o Direito, em especial, são áreas do conhecimento humano voltadas para o estudo e o desenvolvimento das organizações e do próprio Estado. Assim, essas áreas do conhecimento humano são responsáveis pela pesquisa e produção de conhecimentos capazes de gerar soluções através da tecnologia, da formação humana e da aplicação de técnicas e recursos em empresas, órgãos governamentais, instituições do terceiro setor, etc. Dentro dessa lógica, o Estado, enquanto instituição fundamental nas sociedades civilizadas deve ser concebido como sendo uma organização. Logo, passa a ser objeto do estudo da Administração, da Ciência Econômica e da Ciência Jurídica. Conceitualmente a Administração é o ato de planejar, organizar, dirigir e controlar.

Conceitualmente, segundo Stoner (1999), a Administração é um processo de planejar, organizar, liderar e controlar os esforços realizados pelos membros da organização e o uso de todos os outros recursos organizacionais para alcançar os objetivos estabelecidos. De uma forma geral, a administração é um processo de tomada de decisão, no qual o principal propósito é gerenciar pessoas ou recursos de forma eficiente e eficaz, no intuito de alcançar os objetivos da instituição, seja ela privada, pública ou sem fins lucrativos.

Teoricamente, no que concerne a definição de gestão, entende-se que ocorrer uma similaridade com o conceito de administração, isto é, são considerados como sinônimos. Nesse contexto, Drucker (1972), corrobora afirmando que a gestão é um processo relacionado ao ciclo de aprendizagem PDCA (Plan, Do, Check, Action), logo a sigla corresponde a seguinte tradução, Planejar, Executar, Verificar, Agir.

Como neste PPC o recorte é feito sobre o campo da segurança pública, torna-se prudente fazer algumas considerações sobre tal conceito. Neste sentido, convém destacar que segurança pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Convém destacar que a premissa maior da atividade de segurança pública é a sua perspectiva sistêmica, expressa na interação permanente dos diversos órgãos públicos interessados e entre eles e a sociedade civil organizada. A prestação de serviços públicos de segurança engloba atividades Repressivas e Preventivas, tanto de natureza policial quanto não-policial, a exemplo, como no caso do provimento de iluminação pública. Os serviços de segurança pública de natureza policial e não-policial devem buscar estabelecer, aperfeiçoar e manter, conjunta e permanentemente, um sentimento coletivo de segurança.

Vale ainda considerar que no Brasil, como em outros países, tem-se uma democracia representativa, ou seja, elegem-se representantes que governam em nome da coletividade. Esses governantes sejam eles do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Judiciário defendem os interesses da sociedade, representando todos os cidadãos brasileiros. São assim, administradores, pois recebem através do voto ou da nomeação através de concurso público ou ainda de contratação

comissionada ou de função gratificada, o dever de elaborar leis e normas, planos e projetos ou ainda de estabelecer direcionamentos estratégicos, estabelecer estruturas organizacionais, liderar equipes e monitorar e mensurar os ganhos obtidos com a atuação do Estado (Andrade et all, 2009,p.109).

Segundo o Guia de Orientação Profissional do Tecnólogo em determinada área da Administração: Os cursos superiores de tecnologia surgiram na década de 1970, todavia, a partir de 1990, a demanda por esta modalidade de ensino superior cresceu em função da regulamentação dos arts.39 a 57 da Lei no.9.394, de 20 de novembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional(LDB); dos Decretos no.2.208, de 17 de abril de 1997, e 3.860, de 9 de julho de 2001; da Resolução do Conselho Nacional de Educação -Conselho Pleno, No.3-2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos Superiores de Tecnologia, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 436/2001.

Os Cursos Superiores de Tecnologia foram criados no Brasil para atender a demandas específicas de profissionalização através de uma formação superior que alia fundamentação científica e inspiração prática. De sua execução e oferta, espera-se que resultem profissionais capazes de intervir de modo direto, prático, criativo e comprometido com a melhoria contínua da sociedade.

Consequentemente, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública deve formar profissionais para atuarem nas mais variadas funções de organização do sistema estadual de segurança pública, sendo esses capazes de implementar as políticas planejadas pela classe política governante, bem como dinamizar as estruturas do Estado, liderar e motivar integrantes operacionais e ainda monitorar e controlar os resultados obtidos com o funcionamento da máquina estatal.

É preciso que o conhecimento deixe de ser apenas dados registrados sobre o papel ou ideias incluídas em projetos de leis que foram posteriormente aprovados, para ganharem concretude na realidade dos fatos. Neste sentido, não se pode esquecer que o Estado não é uma ideia que se fecha em si, ou seja, que não é um fim em si mesmo. Sendo assim, as políticas que criam projetos, planos e programas precisam ser aplicados, de modo que possa ser gerada, especialmente, transparência, eficiência e moralidade na prestação de serviços públicos e na realização do poder de polícia por parte do Poder Público. Este curso superior de tecnologia em Segurança Pública tem sido especialmente planejado, nos mínimos detalhes, para atender todas as necessidades dos formando em relação às ações e práticas de segurança pública que fazem parte do dia-a-dia de sua atuação, especialmente em relação à máxima realização social (com resultados eficientes) advinda da prestação de serviços públicos a todos os cidadãos.

A oferta desse curso no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte tem o ambicioso papel de profissionalizar, capacitar e formar centenas de profissionais que atuam, ou pretendem atuar, em cargos de gestão e execução de políticas de segurança pública, grande parte carentes de uma formação superior e

de competências profissionais voltadas para a sua atuação. Dessa ação formadora pode-se esperar e cobrar como resultado o desenvolvimento de competências profissionais essenciais na formulação e aplicação de tecnologias gerenciais voltadas para a Administração Pública. A palavra tecnologia é empregada nesse sentido como o conjunto de conhecimentos capazes de produzir técnicas e ferramentas fundamentadas cientificamente para orientar o planejamento e a execução de processos administrativos e operacionais dos órgãos estatais.

Por fim, há de se considerar que a formação de profissionais não gera somente resultados imediatos em melhorias operacionais na organização, mas são capazes de revelar potenciais antes escondidos ou impedidos de vir à tona plenamente pelas limitações intelectuais que os indivíduos carregam. Conclui-se, portanto, que a eficiência e a eficácia dos órgãos e instituições estatais passam obrigatoriamente pela formação de profissionais comprometidos com seu trabalho e sua missão no contexto organizacional em que atuam.

Assim sendo, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública oferecido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus de Natal, constitui mais uma oportunidade e uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento de competências profissionais essenciais para o aprimoramento da segurança pública em todo Estado do Rio Grande do Norte.

Destaque-se ainda que no contexto da presente proposta, o presente curso se pauta, basicamente, em sete eixos, ou ciclos formativos, sendo os seguintes: a) eixo de segurança pública; b) eixo humanístico; c) eixo de gestão pública; d) eixo jurídico; e) eixo propedêutico; f) eixo social, e g) eixo flexível, sistemática esta que será melhor apresentada ao longo do presente projeto. O principal diferenciador do presente curso é ter ampliado a base de conhecimentos que o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, em ciência política, direito constitucional (estabelecendo as bases e regras de competências para o funcionamento adequado dos órgãos ligados à segurança pública), direito administrativo (proporcionando ao egresso deste curso o conhecimento amplo acerca do funcionamento dos órgãos e instituições, bem como os princípios que devem reger a Administração Pública, bem como o conhecimento da atuação administrativa, através de atos administrativos, processos e procedimentos administrativos, entre outras bases), direito penal (regras específicas sobre crimes, teoria da culpabilidade, teoria geral do direito penal), entre outras, além de ter criado um espaço para discutir a ética no setor público, fator de extrema importância, especialmente para o Brasil, que tem enfrentado nos últimos anos, sucessivas denúncias de má gestão dos recursos públicos (desvios, corrupção, ineficiências gerenciais) e de ineficiências administrativas, inclusive na área de segurança pública.

Trata-se de um curso inédito no Estado do Rio Grande do Norte, já que não há oferta de outros Cursos Superiores de Tecnologia em Segurança Pública em outras IES, em Natal ou no Estado do Rio Grande do Norte. Sendo este o segundo curso

de tecnólogo a ser oferecido à comunidade acadêmica.

Notoriamente, verifica-se a necessidade de alinhar a academia aos fenômenos de realização estatal, especialmente no campo da segurança pública. Os cursos tecnólogos propõem-se a solucionar este dilema dos estudantes que desejam buscar formas, técnicas e meios de prestar um serviço de segurança pública mais eficiente. O presente curso prezará, em seus processos operacionais e acadêmicos, para uma sólida formação teórica, adequada ao novo mundo do trabalho, que por sua vez possa respaldar aplicações práticas eficientes, nas mais variadas facetas da segurança pública estatal.

Isso permitirá agrupar um leque de docentes, das mais diversas áreas para o ensino, dos diversos cursos do Campus Avançado de Natal, com a perspectiva de inovar, haja vista que não será um outro bacharelado ou licenciatura, com a projeção teórica, em larga escala, mas um curso de inovadora proposta.

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL DO CURSO

7.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA DOS POLOS

Conforme edital no qual o curso foi aprovado foi definido que a implantação do curso de Segurança Pública selecionado pelo Edital MEC/SEED nº 11 serão utilizadas as instalações dos polos da UAB no estado do Rio Grande do Norte de Parnamirim, Assu, Patu, João Câmara e Mossoró para dar suporte de infraestrutura.

Atesta-se que todos os polos possuem com relação acessibilidade física (de acordo com a legislação brasileira vigente); além de acesso à internet, até porque constituem partes de rede estadual e federal de Institutos de ensino (como IFs, como os de Parnamirim, Mossoró e João Camara). Além disso, como será descrito, todos possuem laboratórios de informática para uso dos discentes e tutores.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) garante a sustentabilidade da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (modalidade EaD) por meio da infraestrutura física e tecnológica já estabelecida na Rede UAB, com capacidade para atender às demandas de ensino, coordenação, orientação, pesquisa, estudos e tutoria.

Segundo a FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, PORTARIA Nº 218, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018, a rede UAB em todos os polos credenciados nacionalmente devem ter : infraestrutura física, Espaços de apoio do Polo UAB e espaços acadêmicos a seguir descritos.

Infraestrutura necessária

a) Espaços gerais do Polo UAB

- Sala para coordenação do Polo UAB (obrigatório);

- Sala para secretaria do Polo UAB (obrigatório);
- Sala de reunião (opcional);
- Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda as Leis 10 908, de 19 de dezembro de 2000 e 11 982, de 2009;

b) Espaços de apoio do Polo UAB (obrigatório)

- Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada);
- Biblioteca física, com espaço para estudos;

c) Espaços acadêmicos

- Sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/webconferência(s) etc.;
- Laboratório pedagógico (quando couber);

Todos os polos, sem exceção, para se cadastrar na rede UAB, são obrigados a oferecer espaços gerais, como coordenação, secretaria, e banheiros com acessibilidade; espaços de apoio como laboratório de informática, salas multiusos e biblioteca (na ausência de biblioteca virtual); assim como espaços acadêmicos, como salas de aula e laboratórios pedagógicos. Sendo assim, todos os polos da rede UAB possuem plenas condições físicas, de recursos humanos e estruturais para comportar a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.

Um Polo EaD UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por:

- I. Computadores em número mínimo de dez, porém, em quantidade adequada para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo
- II. Conexão à internet em velocidade adequada e wifi para todos os ambientes do Polo
- III. Ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; e equipamentos para webconferência (webcam e microfone).

Composição da equipe do Polo EaD UAB

1. Coordenador de Polo (indicação do mantenedor do polo);
2. Assistente à Docência (de acordo com a quantidade de alunos no polo) (indicação das IES ofertantes de curso no polo);
3. Secretaria (o) ou Apoio Administrativo;
4. Técnico (s) de informática do mantenedor;
5. Técnico (s) para laboratórios pedagógicos, desde que exista laboratório de biologia (biologia), química (química), física (física), ateliê de artes (artes), ou quadra poliesportiva (educação física);
6. Pessoal de segurança, opcional no caso de existirem equipamentos e segurança;
7. Pessoal de manutenção e limpeza;

Para polos EaD UAB associados não se faz necessária comprovação dos recursos

humanos destinados ao polo, porém, faz-se necessário atendimento às orientações da CAPES quanto à indicação do Coordenador do Polo.

Os cinco polos, a seguir descritos, possuem todos os equipamentos e infraestrutura com acessibilidade para os alunos.

Parnamirim: Coordenação, Biblioteca, sala multiuso, laboratórios, secretaria, sala de apoio entre outros espaços.

Assu:Coordenação, Biblioteca, sala multiuso, laboratórios, secretaria, sala de apoio entre outros espaços.

Patu:Coordenação, Biblioteca, sala multiuso, laboratórios, secretaria, sala de apoio entre outros espaços.

João Câmara:Coordenação, Biblioteca, sala multiuso, laboratórios, secretaria, sala de apoio entre outros espaços.

Mossoró:Coordenação, Biblioteca, sala multiuso, laboratórios, secretaria, sala de apoio entre outros espaços.

Esses Referenciais de Qualidade circunscrevem-se no ordenamento legal vigente em complemento às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773 de junho de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007.

Quadro 1- Infraestrutura Física dos Polos

POLO DE ASSU

**COORDENADOR DE POLO: AUGUSTO LIVIO NOGUEIRA DE MORAIS
ENDEREÇO: Rua Sinhazinha Wanderley, Nº 871, Centro, CEP 59650-000.]**

Espaço/ recinto	Quantidade	Descrição do espaço
Coordenação	1	3 m ²

Secretaria	1	42 m ²
Biblioteca	1	145 m ²
Laboratório de informática	3	30 m ²
Ambientes de estudos	5	135 m ²
Ambientes de pesquisa	4	90 m ²
Instalações Sanitárias (para alunos)	3	48 m ²
Salas Multiuso (na Sede do Polo)	3	135 m ²
Salas de professores e tutores	1	135 m ²
Salas de aula	8	135 m ²

O Polo UAB de Assu possui uma infraestrutura instalada com foco na interiorização do ensino superior, justificando-se como ponto logístico crucial no Vale do Açu. A unidade dispõe, além de toda a infraestrutura, de 03 (três) laboratórios de informática equipados com computadores conectados à rede, dedicados ao acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e à realização de atividades pedagógicas. O polo oferece acesso à internet banda larga (mínimo de 50 Mbps) e conta com uma sala de videoconferência equipada com sistema de áudio e vídeo para a transmissão de aulas e encontros síncronos. Esta capacidade tecnológica assegura o suporte pedagógico e a realização de práticas simuladas na modalidade a distância.

Quadro 2 - Infraestrutura Física do Polo

POLO DE JOÃO CÂMARA

COORDENADOR DE POLO: RODRIGO RICARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

ENDEREÇO: BR-406, km 73, Nº 3500, CEP 59550-000.

Quadro 2 - Infraestrutura Física dos Polos

Espaço/ recinto e	Quantidad e	Descrição do espaço
Coordenação	1	23 m ²
Secretaria	1	34 m ²
Biblioteca	1	323 m ²
Laboratório de informática	3	180 m ²
Ambientes de estudos	2	120 m ²
Ambiente de pesquisa	1	60 m ²
Salas De professores e tutores	1	140 m ²
Salas de aula	10	80 m ²
Ambiente de pesquisa de grupo	1	60 m ²
Instalações Sanitárias para alunos)	10	288 m ²
Salas Multiuso (na Sede do Polo)	14	840 m ²

Salas de professores e Tutores	1	135 m ²
Salas de aula	8	135 m ²

O Polo UAB de João Câmara é fundamental para o atendimento da região do Mato Grande, uma área com demandas crescentes de gestão territorial e desenvolvimento. A unidade conta com uma infraestrutura de apoio robusta, incluindo todas as salas de aula climatizadas dedicadas a encontros presenciais obrigatórios e avaliações. O polo dispõe de 03 (três) laboratórios de informática instrumentalizados com equipamentos novos, garantindo a continuidade do acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e aos recursos digitais do curso. Além disso, a unidade possui 3 (três) ambientes de pesquisa e estudos, grande quantidade de salas multiusos e uma vasta área de convivência que facilita o trabalho de tutoria presencial e o atendimento ao estudante, essencial para a retenção na modalidade a distância.

Quadro 3- Infraestrutura Física do Polo

POLO DE MOSSORÓ

COORDENADOR DE POLO:KARISA LORENA CARMO BARBOSA PINHEIRO

ENDEREÇO:Rua Raimundo Firmino de Oliveira, Nº 400, Bairro Presidente Costa e Silva, CEP 59628-330, Mossoró/RN.

Quadro 3 - Infraestrutura Física dos Polos

Espaço/ recinto	Quantidad e	Descrição do espaço
Auditório	1	100 lugares, projetor multimídia, computador com acesso à

		Internet, sistema de caixas acústicas e microfones.
Laboratório de Análise de Águas	1	Bancadas de trabalho, 20 banquetas, 01 microcomputador com acesso à Internet, quadro branco, equipamentos e materiais específicos.
Biblioteca	1	Estantes para acervo bibliográfico e de multimídia específicos. Espaço de estudos individual e em grupo, com mesas, bancadas, cadeiras e computadores com acesso à Internet.
Laboratório de Biologia	1	Bancadas de trabalho, 20 banquetas, 01 microcomputador com acesso à Internet, quadro branco, equipamentos e materiais específicos.
Laboratório de Controle Ambiental, Higiene e Segurança do Trabalho	1	Bancadas de trabalho, 20 banquetas, 01 microcomputador com acesso à Internet, quadro branco, equipamentos e materiais específicos.
Laboratório de Física	1	Bancadas de trabalho, 20 banquetas, 01 microcomputador com acesso à Internet, quadro branco, equipamentos e materiais específicos.
Laboratórios de Informática	5	Bancadas de trabalho, cadeiras, microcomputadores com acesso à Internet, quadro branco, softwares e projetor multimídia. Sendo 03 laboratórios com capacidade de

		30 microcomputadores, e 02 laboratórios com capacidade de 45 computadores
Laboratório de Matemática	1	40 carteiras, 01 microcomputador com acesso à Internet, projetor multimídia, televisão, DVD player e equipamento de som amplificado com acesso a internet.
Laboratório de Pesquisa Acadêmica	1	Bancadas de trabalho, 40 cadeiras, 40 Microcomputadores com acesso à Internet, quadro branco, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por alunos.
Laboratório de Química	1	Bancadas de trabalho, 20 banquetas, 01 microcomputador com acesso à Internet, quadro branco, equipamentos e materiais específicos.
Sala Audiovisual ou Projeções	3	60 cadeiras, computador com acesso à Internet, DVD player, projetor multimídia e
Salas de Aula	8	40 carteiras, condicionador de ar, Tv digital com acesso à Internet, e disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia

Sala de Centro de Aprendizagem Acadêmica (CAP)	1	<p>40 carteiras, condicionador de ar, TV digital com acesso à Internet, e disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia, para orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), iniciação Científica, grupos de estudos e atendimento extraclasse</p>
Sala de Coordenação do Polo com recepção	1	<p>02 estações de trabalho, cadeiras, armário, estante, mesa de reuniões, quadros de avisos, computador com acesso à Internet, impressora, ramal telefônico, para desenvolvimento de funções acadêmicos administrativas, e atendimento aos alunos, docentes e tutores.</p>
Sala de Equipe Técnica e Pedagógicas (ETEP)	1	<p>05 estações de trabalho, cadeiras, sofás, armários, quadros de avisos, computadores com acesso à Internet, impressora, ramal telefônico, para prestação de serviços acadêmicos diversos, tais como: atendimento individualizado, orientação de atividades complementares e estágios, orientação psicopedagógica e práticas acadêmicas.</p>

Sala dos Professores e tutores	1	Mesa para reuniões 20 pessoas, cadeiras diversas, armários para guarda de material, quadros de avisos, bancadas com computadores, ramal telefônico e computadores ligados à rede com impressora e acesso à internet, para pesquisa e digitação de notas. Possui banheiros masculino e feminino, e uma copa, composto por armários, fogão, geladeira, bebedouro de água e outros utensílios de cozinha
Sala de Reuniões	1	Mesa para reuniões 12 pessoas, cadeiras, armários, bancada de apoio com pontos elétricos e de rede
Sala de Videoconferência	1	40 cadeiras, equipamento de videoconferência, computador e televisor.

O Polo UAB de Mossoró, centro regional de referência, apresenta uma infraestrutura altamente consolidada. A unidade dispõe de 05 (cinco) laboratórios de informática com equipamentos modernos, além de uma biblioteca física e digital que fornece o acervo bibliográfico especializado em Direito e Segurança Pública. O polo conta com 02 (duas) salas de tutoria, apoio ao estudante e reuniões, essenciais para o atendimento presencial e individualizado, conforme exigido pelo modelo EaD. A alta velocidade de conexão (fibra ótica) e a equipe técnica permanente garantem a qualidade e a escalabilidade necessárias para a oferta de um curso de graduação.

**Quadro 4 - Infraestrutura Física do Polo
POLO DE PARNAMIRIM**

COORDENADOR DE POLO:JUDICLEIDE DE AZEVEDO NASCIMENTO

ENDERECO:Rua Sargento Noberto Marques, Nº158, Centro, CEP 59140-230.

Quadro 4 - Infraestrutura Física dos Polos

Espaço/ recinto	Quantidade	Descrição do espaço
Coordenação	1	2000 m ²
Secretaria	1	20 m ²
Biblioteca	1	44 m ²
Laboratório de informática	4	45 m ²
Instalações Sanitárias (para alunos)	5	39 m ²
Salas Multiuso (na Sede do Polo)	10	463 m ²
Salas de professores e Tutores	1	140 m ²
Salas de aula	8	90 m ²

O Polo UAB de Parnamirim, na Região Metropolitana de Natal, destaca-se pela sua proximidade com grandes contingentes populacionais de agentes de segurança. Sua infraestrutura é robusta e moderna, contando com 04 (quatro) laboratórios de informática atualizados, 01 (uma) sala de webconferência de alta definição, essencial para a comunicação direta com a coordenação em Natal, além de grande quantidade de salas multiuso. A unidade possui capacidade de armazenamento e segurança de dados (servidores locais) e equipe de suporte técnico dedicada para o gerenciamento de softwares pedagógicos e plataformas digitais, atendendo às necessidades tecnológicas.

Quadro 5 - Infraestrutura Física do Polo

POLO DE PATU

COORDENADOR DE POLO:SILVANA ELIZABETE DE ANDRADE

ENDEREÇO:Avenida Lauro Maia, Nº 782, Centro, CEP 59770-000

Quadro 5 - Infraestrutura Física dos Polos

Espaço/ recinto	Quantidade	Descrição do espaço
Coordenação	1	26 m ²
Secretaria	1	73 m ²
Biblioteca	1	199 m ²
Laboratório de informática	2	32 m ²
Ambientes de estudos	13	2826 m ²
Salas de professores e Tutores	1	120 m ²
Salas de aula	8	85 m ²
Ambientes de pesquisas	13	2626 m ²
Instalações Sanitárias (para alunos)	6	3 m ²
Salas Multiuso (na Sede do Polo)	13	49 m ²

O Polo UAB de Patu, situado estrategicamente no Oeste Potiguar, tem sua infraestrutura dedicada à política de inclusão regional. O polo é dotado de 02 (dois) laboratórios de informática funcionais, sendo um deles configurado como sala multimídia para a projeção de aulas e teleconferências. O espaço conta com acesso à banda larga via satélite e/ou fibra (conforme a disponibilidade local), garantindo a conectividade necessária para o AVA. A unidade também oferece grandes espaços de convivência e estudos, além de biblioteca de apoio, assegurando que os estudantes das cidades circunvizinhas tenham um ponto de apoio logístico e tecnológico estável para seus estudos.

Todas as salas multiusos (como o próprio nome indica) podem ser adaptadas para salas de trabalho de tutores e professores, ou em ambientes de estudos ou pesquisas, em caso de não disponibilidade momentânea da sala de professores, ou de salas de aula e gabinetes indisponíveis (temporariamente).

Os dados apresentados dos polos demonstram que os ambientes acadêmicos estão articulados com a sede, onde há oferta do curso e atendem aos objetivos constantes no PPC, sendo suficientes para a oferta de curso, considerando a função de espaços complementares, como salas multisusos, para práticas laboratoriais e/ou profissionais que possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem, para as quais há planejamento de avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultem em ações de melhoria contínua. Todos passam por revisão e reformas constantes.

Todos os polos possuem plenas condições de albergar a proposta do curso, uma vez que estão cadastrados e fiscalizados, inclusive quanto à sua manutenção e acessibilidade, ordinariamente, pela UAB.

7.2 INFRAESTRUTURA DE PESSOAL DOS POLOS

Não foi apresentada a lista de tutores, com seus respectivos dados pessoais, simplesmente, como é da metodologia UAB, de cursos à distância de realizar-se a seleção somente em datas prévias à constituição do curso.

Quadro 6 - Pessoal de apoio

Todos os polos possuem um coordenador responsável pela sua organização.

Quadro 6 - Pessoal de apoio

Cargo	Regime de trabalho	Quantidade	Vínculo Institucional
COORDENADOR DE POLO DE AÇU	(DE)	1	estatutário
COORDENADOR DE POLO DE JOÃO CÂMARA	(DE)	1	estatutário
COORDENADOR DE POLO DE MOSSORÓ	(DE)	1	estatutário
COORDENADOR DE POLO DE PARNAMIRIM	(DE)	1	estatutário
COORDENADOR DE POLO DE PATU	(DE)	1	estatutário

Quadro 7 - Pessoal Tutor

OBSERVAÇÃO:

EM PROCESSO DE SELEÇÃO/ SERÃO REGULARMENTE SELECIONADOS, APÓS A
APROVAÇÃO DESTE PPC

Cargo	Titulação	Regime de trabalho	Quantidade	Vínculo Institucional
		20h, 40h ou 40h/DE		estatutário, terceirizado, substituto ou outro.

7.3 INFRAESTRUTURA FÍSICA DA SEDE

Quadro 8- Infraestrutura Física da Sede

Endereço: Av. Dr. João Medeiros Filho, 3419 - Potengi, Natal - RN, 59122-365

Espaço / recinto	Quantidade	Descrição do espaço
SALA DE AULA PEQUENA	4	Salas equipadas com lousa de vidro, projetor de teto, birô para professor e no mínimo 20 carteiras tipo universitária.
SALA DE AULA GRANDE	23	Salas equipadas com lousa de vidro, projetor de teto, birô para professor e no mínimo 40 carteiras tipo universitária.
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	3	Laboratórios equipados com lousa de vidro, projetor de teto, birô para professor e no mínimo 28 computadores
LABORATÓRIO DE C&T	5	Laboratórios equipados com lousa de vidro,

		projetor de teto, birô para professor, bancadas em madeira com cadeiras e equipamentos específicos para cada área relacionada ao Curso (química, física, elétrica, tecnologias da informação, etc...)
LABORATÓRIO DE TURISMO	4	Laboratórios equipados com equipamentos específicos para cada área relacionada ao Curso (hotelaria, eventos, viagens, planejamento, meio ambiente, etc...)
NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS	1	Espaço composto por 5 salas de atendimento individual, recepção, secretaria, sala de petição, coordenação, sala de reuniões e outras 4 salas amplas para atividades com maior capacidade de público, todas mobiliadas e equipadas para as atividades de ensino e extensão.
BIBLIOTECA	1	Espaço composto por sala ampla para estudo coletivo, sala ampla para o acervo, sala de audiovisual, sala para acervo técnico, sala para apoio técnico, sala para estudos individuais e recepção, todas mobiliadas e equipadas para as atividades de estudos e pesquisa.
SALA DE REUNIÕES (que podem ser usadas também pelos tutores)	2	Salas equipadas com lousa de vidro, projetor de teto, mesa oval ampla e cadeiras.
AUDITÓRIO	2	Espaços equipados com projetor de teto, birôs com cadeiras e no mínimo 80 cadeiras acolchoadas para platéia.
SALA DE PROFESSORES e TUTORES	5	Espaços com mobiliário e equipamentos para funções administrativas e de apoio à pesquisa e extensão dos cursos do Campus Avançado de Natal (C. Computação. C&T, C. Religião, Direito e Turismo).
SALA DE SECRETARIAS DE CURSOS	5	Espaços com mobiliário e equipamentos para funções administrativas dos cursos do Campus Avançado de Natal (C. Computação. C&T, C. Religião, Direito e Turismo).
SALA PARA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	13	Espaços com mobiliário e equipamentos para funções administrativas gerais (direção, secretaria geral, governança, eventos, ouvidoria, mídias, informática, etc...).
COPA	2	Espaços equipados com mobiliário, equipamentos e utensílios para as atividades de copeiragem.

SALA PARA ATIVIDADES DE EXTENSÃO	15	Espaços com mobiliário e equipamentos específicos para as atividades de extensão da EduCA (academia, dança, teatro, musicalização, etc...).
ESTACIONAMENTO	2	Estacionamentos com capacidade para 200 veículos de pequeno porte, sendo metade das vagas em espaço coberto.
BANHEIRO	30	Banheiros adaptados e individualizados por gênero, equipados com pias em bancada de granito e boxes com vazo sanitário e mictório.
ÁREA DE CONVIVÊNCIA	1	Espaço amplo mobiliado com mesas e cadeiras.
LANCHONETE	1	Espaço sob concessão pública para permissionário contratado em licitação.
REPROGRAFIA	1	Espaço sob concessão pública para permissionário contratado em licitação.

O curso em questão conta com o necessário para o desenvolvimento de atividades de ensino-pesquisa e extensão: biblioteca física, computadores, impressora própria para a graduação e pós-graduação, acesso à internet (wifi), acesso à conteúdo fechado dos periódicos CAPES, assinatura de periódicos de conteúdo de Direito Público, secretaria própria (espaço físico e dois secretários), sala de aula própria, sala para atendimento aos alunos pelos docentes.

O Campus de Natal, como já dito anteriormente (no início do documento), possui cinco cursos regulares em funcionamento, dentre eles o de Direito (com espaço de expansão para pelo menos mais sete). Todos possuem secretaria, salas de apoio, salas de professores e espaços físicos complementares para atendimento aos alunos, uma vez que o prédio é novo e encontra-se subutilizado em suas dependências. Além disso, acessoriamente, ainda existem espaços no Centro Cultural, em anexo à estrutura central, com salas de aula, Núcleo de Prática Jurídica, Banheiros, bibliotecas, setor de eventos, espaços de artes, espaços de pesquisa e extensão, como o projeto Catavento.

O campus dispõe de laboratório móvel, que são 20 notebooks novos e de uso exclusivo da pós-graduação para pesquisa pelos discentes e docentes, já com alguns ebooks arquivados.

Além dos laboratórios, o curso terá à sua disposição uma sala de videoconferência, equipada com televisão de 40 polegadas, projetor e espaço para acomodar 6 pessoas sentadas. O uso da sala é de uso prioritário para transmissão de aulas e reuniões por videoconferência.

A UERN concentra, em sua Biblioteca Central, o acervo bibliográfico de todos os cursos de graduação e de pós-graduação (lato e stricto sensu), contendo 29.861 títulos de livros e totalizando 83.536 exemplares. Além dos livros, possui 2.148

títulos em periódicos, totalizando 24.775 exemplares. Em coleções, possui 7.678 títulos, totalizando 9.723 exemplares. A UERN também conta com o acesso gratuito ao Portal de Periódicos, mais especificamente as bases de dados Scopus e Science Direct.

A Biblioteca Central é um órgão suplementar com a supervisão técnica e administrativa da Reitoria. Tem como objetivo prestar serviços de informações às atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade. O Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB é formado pela Biblioteca Central e por 8 Bibliotecas Setoriais e 10 Núcleos Avançados.

Alem do acervo físico o Sistema Integrado de Bibliotecas da UERN (SIB UERN) conta com o acesso à Biblioteca Virtual Pearson (<https://portal.uern.br/dsib/biblioteca-virtual-peerson/>) que oportuniza aos alunos acessar milhares de títulos de várias áreas de conhecimento, além de um acervo qualitativo e amplo na área deste curso. Trata-se de uma conquista inovadora com amplo potencial de contribuição para a formação acadêmica na medida em que possibilita aos alunos acessar títulos em seu formato virtual.

A política de atualização do acervo tem como base primária a integração dos docentes na seleção do acervo, devido aos mesmos terem um conhecimento aprofundado do projeto pedagógico dos cursos e das necessidades do corpo discente. A Instituição dispõe de um portal online, onde individualmente os professores por meio de uma senha própria acessam o portal, preenchem e enviam à biblioteca central sua lista de sugestões para aquisição de material bibliográfico.

A política é voltada para o desenvolvimento de coleções bibliográficas atualizadas e de importância aos currículos dos cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e atividades de extensão de nossa Instituição.

As compras são efetuadas ao longo do ano letivo com recursos financeiros oriundos do orçamento da Instituição destinado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A aquisição segue o critério de adquirir cinco (05) exemplares no máximo de cada título selecionado.

A Biblioteca Setorial de Natal faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, SIB-UERN. Sua missão é dar suporte informacional ao ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito da Universidade.

São oferecidos à comunidade acadêmica diversos serviços, entre eles: empréstimo, devolução, orientação à normalização de trabalhos acadêmicos, sala de estudos em grupo e individual, pesquisa virtual, entre outros. O horário de funcionamento da biblioteca setorial de Natal se dá de segunda a sexta, das 07h00min às 21h45min ininterruptamente.

A Biblioteca Setorial de Natal conta com um qualificado bibliotecário –

documentalista (Neto Lopes), servidor fundamental para auxiliar na gestão da biblioteca e na evolução do acervo, assim como na pesquisa ao acervo pelos discentes. O bibliotecário ainda desenvolve atividades de capacitação de discentes e docentes voltada para o ato de fazer pesquisa em ambiente virtual.

A Biblioteca Setorial de Natal em 2023 contava com (títulos e exemplares):

*Livros(5.715 e 11.113); *Periódicos (183 e 1.402); *Monografias (934 e 934); *Multimeios (Cd/DVD - 398 e 437); *Materiais especiais (dicionários, atlas, catálogos, folhetos manuais, eventos, anais - 320 e 418); *Total geral acervo Biblioteca Natal: 14.304 volumes; *Periódicos Capes - Acesso irrestrito.

Em específico, a Biblioteca setorial – dados específicos – Direito (exemplares registrados) são: *Total: 6606; *Periódicos: 609; *Livros: 5997.

É importante salientar que todo o acervo da biblioteca central, das setoriais e dos núcleos avançados estará disponível para os discentes do curso em Segurança Pública, uma vez que o uso do acervo é para todos os discentes.

Um importantíssimo destaque do acervo é a assinatura REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE® ADMINISTRATIVO, proporcionando ao discente da pós-graduação as mais completas e confiáveis informações jurídicas, reunindo conteúdo totalmente inter-relacionado de doutrina, legislação e jurisprudência específico da área de concentração do programa proposto.

Também estará à disposição do programa o Laboratório de Prática Jurídica – Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), vinculado ao curso de Direito, com espaço próprio e que pode ser utilizado para pesquisas práticas. A estrutura do NPJ é:

- 09 salas e 01 recepção, mais espaço para arquivo;
- 06 servidores técnico-administrativos, 01 coordenadora, 02 supervisoras e 02 advogadas;
- 04 computadores de mesa Plugtech, 04 computadores de mesa HP, 05 computadores de mesa genéricos;
- 01 notebook;
- 03 impressoras, sendo 01 Brother, 01 HP Deskjet F2050 e 01 impressora HP laser P4015N;
- 02 scanners;
- 09 ar-condicionados, sendo 06 splits e 03 de janela;
- 01 aparelho telefônico sem fio e um aparelho celular

Espaço/ recinto	Quantidade	Descrição do espaço
sala de dança e atividades culturais	1	climatizada e sonorizada com 150m ²
cineteatro	1	climatizado com capacidade para 300 lugares
estacionamento interno	1	com 350 vagas;
Banheiros	8	sendo 2 adaptados; 1 área de convivência coberta com 700m ² ;
laboratórios de informática	3	com 32, 25 e 10 máquinas, respectivamente;
Salas que abrigam projetos de docentes;	2	
salas administrativas	10	onde funcionam os 6 departamentos de cursos do Campus Avançado de Natal/UERN, a sala da governança, as direções do CAMPUS AVANÇADO DE NATAL/UERN e CCUERN;
Biblioteca geral	1	120m ²
salas de aula	13	salas de aula climatizadas, sendo 9 com 38m ² com capacidade para até 35 alunos e 4 salas com 55m ² com capacidade para até 55 alunos;
sala de xerox	1	
Lanchonete	1	

O curso conta hoje, ainda, com a estrutura de apoio do Campus de Natal e do Complexo Cultural da UERN – (CCUERN), sendo: 1 sala de dança e atividades culturais, climatizada e sonorizada com 150m²; 1 cineteatro climatizado com capacidade para 300 lugares; 1 estacionamento interno com 350 vagas; 8 banheiros, sendo 2 adaptados; 1 área de convivência coberta com 700m²; 3 laboratórios de informática com 32, 25 e 10 máquinas, respectivamente; 2 Salas que abrigam projetos de docentes; 10 salas administrativas onde funcionam os 6 departamentos de cursos do Campus Avançado de Natal/UERN, a sala da governança, as direções do CAMPUS AVANÇADO DE NATAL/UERN e do CCUERN e as secretarias do CAMPUS

AVANÇADO DE NATAL/UERN e CCUERN; 1 biblioteca geral com área de 120m²; 13 salas de aula climatizadas, sendo 9 com 38m² com capacidade para até 35 alunos e 4 salas com 55m² com capacidade para até 55 alunos; 1 sala de xerox e 1 lanchonete. É importante salientar que esta estrutura é utilizada, até o momento, apenas por alunos de graduação do Campus de Natal, totalizando aproximadamente 550 discentes.

Fundamental registrar que o Campus de Natal-CAN acabou de inaugurar sua nova sede definitiva, ainda em 2022, com infraestrutura ampliada, tendo espaços físicos ainda por ser ocupados.

Esta nova sede é um prédio com 4 (quatro) pavimentos e tem uma estrutura que irá proporcionar instalações adequadas a todos os 5 (cinco) cursos do campus de Natal, cursos novos e a pós-graduação. Segue planta do 3º pavimento, onde há espaços específicos para pós-graduação ainda mais ampliados. A área da secretaria de pós-graduação é de 34,51m². Todos os professores do programa possuem espaços próprios, com ar condicionado, acesso à internet wifi, computador, armário, mesa de atendimento ao discente, impressora. Há 1 auditório com 80 lugares para eventos acadêmicos do programa, com equipamentos de multimídia, sonorização e climatização.

O espaço físico da biblioteca setorial de Natal busca atender ao conjunto de qualidades desejáveis para Bibliotecas Universitárias, ambientes climatizados, com iluminação adequada nos espaços disponibilizados. Possui, ainda, livre acesso aos acervos. A biblioteca setorial de Natal congrega uma área de circulação e acervo de 100m² e um espaço de 40m² referente ao salão de estudo em grupo e individual, divididos da seguinte forma: 41 estantes dupla face, 02 expositores, 06 cabines individuais, 08 mesas redondas para estudo em grupo, 43 cadeiras, 214 bibliocantos, 34 caixetas, 01 balcão e 01 guarda volume com 20 espaços.

A avaliação periódica da infraestrutura física de Natal são realizados pela Direção do Campus, tanto quanto à sua adequação, qualidade e pertinência, indicando como os resultados são utilizados pela gestão acadêmica, anualmente, para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

O atendimento das demandas de acessibilidade física em consonância com a legislação brasileira vigente que trata do assunto (ABNT NBR 9050/2015 e Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015) está perfeitamente concatenada com a proposta da Universidade.

7.4 INFRAESTRUTURA DE PESSOAL DA SEDE

Primando pela qualidade na educação, a equipe gestora é formada por um grupo bastante heterogêneo, conforme a própria natureza do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, pelo seu caráter interdisciplinar, formado por professores mestres e doutores dos mais diversos departamentos do Campus Avançado de Natal (Direito, Turismo, Ciências da Religião, Ciência e Tecnologia e Ciências da Computação). Além de termos recebido a colaboração de consultores externos ao Campus.

Quadro 10 – Relação de colaboradores permanentes do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública/UERN – Natal

Área de Formação e atuação	Titulação	Regime de trabalho	Quantidade	Vínculo Institucional: estatutário, terceirizado, substituto ou outro.
Carlos Sérgio Gurgel da Silva	Bacharel em Direito, UNP, 2003 Bacharel em Geografia (física), UFRN, 1999 Doutor em Direito, ULISBOA, 2017 Mestre em Direito Constitucional, UFRN, 2010	40h	1	Estatutário, Ex-Coordenador do Curso de Gestão Pública/UERN/Natal

Sergio Alexandre de Moraes Braga Junior	Doutor	40h	1	Estatutário, Ex-Coordenador do Curso de Direito-Natal-UERN e UNP-Mossoró; Ex-vice-Diretor da FAD
Rouseane da Silva Paula Queiroz	Licenciada em Pedagogia, UFRN, 1999 Doutora em Educação, UFRN, 2012 Mestra em Educação, UFRN, 2003	(DE)	1	Estatutário, 20 Anos de experiência acadêmica; Coord. Esp. Educ. Jovens e Adultos
Michelle Yumi F. OKINO	Mestre	(DE)	1	Estatutário, 15 Anos de experiência acadêmica; Gestora de Pessoas em Emp. Priv.

Quadro 11 - Pessoal Técnico-Administrativo

Cargo	Regime de trabalho	Quantidade	Vínculo Institucional ver obs acima
FLÁVIA FONSECA LIMA DE ARAÚJO-AGENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - AUXILIAR ADMINISTRATIVO	(DE)	1	Estatutário, 14 anos técnica administrativa-UERN 1. 4 semestre de especialização 2. 4 semestre de secretaria do Curso de Direito Natal
SHAMYRA MIRANDA DANTAS AGENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - AUXILIAR ADMINISTRATIVO	(DE)	1	Estatutário, 12 anos técnica administrativa-UERN 1. 3 anos técnica administrativa no Departamento de Letras Estrangeiras (FALA/Campus Central). 2. 4 anos técnica

		<p>administrativa na Direção da Faculdade de Letras e Artes – FALA/Campus Central</p> <p>3. 3 anos como secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem– PPCL/Campus Central</p> <p>4. 3 semestres (2023/2024) como técnica administrativa do Departamento de Direito do Campus de Natal e do Curso de Especialização em Direito Previdenciário (OAB/Uern)</p>
--	--	---

Além dos professores mencionados, outros docentes podem atuar no curso através da seleção a partir de processo seletivo, regido por edital, com base na Portaria da CAPES nº 102 de 10 de maio de 2019. Os editais para seleção de professores serão elaborados por uma comissão composta por professores do Departamento de Direito e em seguida devem ser aprovados em plenária departamental.

Elaborados e aprovados, os editais serão enviados à Diretoria de Educação a Distância (DEAD), a quem caberá realizar o processo seletivo. Este será restrito aos docentes concursados do quadro da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sendo excepcionalmente admitida a participação de professores externos nos casos de não preenchimento das vagas. A validade dos processos seletivos será de até 2 (dois) anos e 6 (seis) meses.

- 1) para realização dos encontros presenciais da disciplina, correspondendo a até 30% da carga horária total, que se desdobrarão entre avaliações, seminários integradores, webconferências e atendimento presencial pela tutoria quando necessário;
- 2) quando solicitado pela coordenação do Curso de Segurança Pública, modalidade a distância.

É importante ressaltar que, tendo em vista que o curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública foi aprovado em edital da UAB (EDITAL Nº 25/2023), o seu financiamento, bolsas e recursos serão concedidos pela CAPES. Dessa forma, a quantidade de profissionais para cada um dos cargos será de acordo com a previsão orçamentária disponibilizada pela CAPES para o curso.

Também é importante ressaltar que a maioria dos docentes que serão selecionados para atuação no curso são professores efetivos da UERN, o que significa dizer que esses professores possuem um regime de trabalho dentro da universidade que comporta ensino, pesquisa e extensão na graduação presencial. Uma vez que as atividades de ensino, pesquisa e extensão na EaD não contabilizam horas de trabalho para o PIT dos professores efetivos, muitos acabam não desenvolvendo essas atividades na modalidade à distância.

7.5 SUPORTE E FUNCIONAMENTO DO CURSO

Como todo curso ele será gerido por uma coordenação, selecionada por edital, e pessoal de apoio disponível no Campus. As competências dos mesmos estão dispostas no Regulamento dos cursos de graduação, Resolução Nº 26/2017 ena Resolução Nº 28/2018 - CONSEPE que dispõe sobre o Ensino a Distância – EaD - no âmbito da UERN. Dentre essas competências destacam-se

Art. 9º São atribuições do Professor Coordenador:

- I. Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- II. Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na IES;
- III. Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância, e do sistema de avaliação do aluno;
- IV. Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e formação dos profissionais envolvidos no curso;
- V. Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, a avaliação da aprendizagem do aluno;
- VI. Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- VII. Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, quando necessário;
- VIII. Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- IX. Verificar “in loco” o bom andamento do curso;
- X. Acompanhar e supervisionar as atividades dos professores formadores, conteudistas, revisores e tutores.

Os docentes do curso serão prioritariamente do quadro da UERN .

Elaborados e aprovados, os editais serão enviados à Diretoria de Educação a Distância (DEAD), a quem caberá realizar o processo seletivo. Este será restrito aos docentes concursados do quadro da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sendo excepcionalmente admitida a participação de professores externos nos casos de não preenchimento das vagas. A validade dos processos seletivos será de até 2 (dois) anos e 6 (seis) meses. O professor terá as seguintes responsabilidades:

- a) Realizar o planejamento das atividades da disciplina sob sua responsabilidade, incluindo a confecção do desenho da disciplina, observando os prazos indicados pela coordenação do curso;
- b) Elaborar e/ou selecionar o material didático para a disciplina que irá ministrar, tanto para em formato impresso como para o ambiente virtual de aprendizagem. O professor da disciplina poderá ou não ser o autor do material impresso e on-line do curso;
- c) Participar da escolha dos tutores que atuarão na sua disciplina;
- d) Ministrar aulas;
- e) Preparar vídeo de apresentação e videoaulas de acordo com a necessidade da disciplina;
- f) Elaborar todas as avaliações da disciplina e corrigir aquelas aplicadas em encontros presenciais;
- g) Acompanhar as avaliações presenciais por meio de webconferência;
- h) Manter contato constante com os alunos e tutores da disciplina através do ambiente virtual de aprendizagem;
- i) Agendar horários para o atendimento aos alunos, o que pode ser realizado através de webconferência, no ambiente virtual de ensino e aprendizagem, por e-mail, bate-papo pela internet ou telefone
- j) Acompanhar as atividades dos discentes e tutores no ambiente virtual de aprendizagem, estimulando a participação de ambos, inserindo conteúdos, esclarecendo dúvidas e respondendo às solicitações em até 2 (dois) dias úteis;
- k) Participar presencialmente de reuniões, quando solicitado, com a direção da DEaD, com a coordenação da UAB/UERN, com a coordenação do curso, com a coordenação pedagógica da DEaD, com a coordenação de tutoria e com tutores;
- l) Participar, obrigatoriamente, das atividades de capacitação e atualização promovidas pela coordenação do curso e pela coordenação pedagógica da DEaD;
- m) Viajar aos polos:
 - 1) para realização dos encontros presenciais da disciplina, correspondendo a até 30% da carga horária total, que se desdobrarão entre avaliações, seminários integradores, webconferências e atendimento presencial pela tutoria quando necessário;
 - 2) quando solicitado pela coordenação do Curso de Segurança Pública,

modalidade a distância.

Para o bom funcionamento do curso ainda serão necessárias contratações de tutores através de editais para cada um dos pólos, professores formadores, professores conteudistas, coordenador de tutoria, coordenador de curso e assistência à docência.

Também é importante ressaltar que a maioria dos docentes (professores formadores) que serão selecionados para atuação no curso são professores efetivos da UERN, o que significa dizer que esses professores possuem um regime de trabalho dentro da universidade que comporta ensino, pesquisa e extensão na graduação presencial. Uma vez que as atividades de ensino, pesquisa e extensão na EaD não contabilizam horas de trabalho para o PIT dos professores efetivos, muitos acabam não desenvolvendo essas atividades na modalidade à distância.

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD) estruturará os passos iniciais de seleção da coordenação, dos docentes e da tutoria regido por editais.

Ela dará os passos iniciais sobre a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso explicitando se há planejamento devidamente documentado de interação para encaminhamento de questões do curso, e são realizadas avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Como todos serão selecionados por editais teremos os mais capacitados profissionais na organização do curso.

Diferentemente de uma abordagem tradicional, segundo a qual o professor transfere o saber e o aluno recebe, na abordagem construtivista, o professor interage com os alunos e estes entre si, buscando uma aprendizagem compartilhada e cooperativa, sendo enfatizados os recursos digitais que permitem a troca e a construção conjunta. Nesse sentido, o conhecimento é passível de ser construído nos momentos de interação. Entende-se que esta interação deve ser promovida pelo Curso e pelos professores em suas disciplinas, ao organizar os ambientes de aprendizagem de modo a provocar atividades em grupos e fóruns de interação entre professores-alunos e alunos-alunos. Nesta abordagem os recursos digitais passam a ser compreendidos como ferramentas de autoria e não mais como fim em si mesmo.

No contexto específico da EaD, cabe ressaltar o papel do tutor (responsável por determinado grupo de alunos) e do professor formador (responsável pelos direcionamentos de uma disciplina), pois esses dois atores são responsáveis por oferecer os meios para que os alunos possam construir o seu processo de aprendizagem. Suas atribuições estão definidas na Resolução Nº 28/2018 - CONSEPE que dispõe sobre o Ensino a Distância – EaD - no âmbito da UERN

Para que seja garantida essa construção, o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) deverá facilitar o acesso do aluno ao material do curso e as formas de avaliação. Outros recursos deverão ser utilizados para possibilitar a interação dos

alunos entre si pelo uso de chats, fóruns e de atividades avaliativas em grupo.

As atividades de tutoria estão definidas na Resolução Nº 28/2018 - CONSEPE que dispõe sobre o Ensino a Distância – EaD - no âmbito da UERN; atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo. Estes serão os últimos a serem selecionados e tratarão de contato com os alunos no decorrer do curso. Dentre suas atribuições destacam-se:

- Art 17: I. Mediar a comunicação de conteúdos entre o Professor Formador e os discentes;
- II. Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- III. Apoiar o Professor Formor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- IV. Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- V. Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- VI. Participar das atividades de capacitação e atualização;
- VII. Elaborar relatórios bimestrais de acompanhamento dos alunos e encaminhar ao Professor Formador;
- VIII. Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do Professor Formador;

7.6 SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de educação a distância em

localidades estratégicas.

Com a parceria aprovada via edital (Nº EDITAL Nº 25/2023, no Diário Oficial da União) UAB/UERN será possível oferecer o curso Superior em tecnologia de Segurança Pública, na modalidade ensino à distância com polos em cidades do interior do estado do Rio Grande do Norte. Desse modo, atingindo a um público que fica longe dos grandes polos, facilitando o seu acesso à formação de uma área que tem uma demanda em constante crescimento e ofertando um curso superior tecnológico de curta duração.

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD) ordenará os sistemas de comunicação do curso. O ambiente de gestão acadêmica é o SIGAA como os demais cursos presenciais. O AVA utilizado é a Plataforma Moodle, que é independente do SIGAA. Os materiais didáticos são elaborados pelos docentes formadores e disponibilizados no ambiente do Moodle ou através de links esternos, permitindo o uso de ferramentas de interação síncrona e assíncrona por meio de vídeos, áudios, textos e imagens.

Haverá a apresentação das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs adotadas no processo de ensino e aprendizagem, as quais permitirão a execução do projeto pedagógico do curso.

As novas informações sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem, constante no PPC, apresentam materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e passa por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

7.7 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático será oferecido conforme orientações fornecidas pela Diretoria de Educação a Distância (DEaD). Ele terá como prisma a acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, e apresenta linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.

Este passará por ampla revisão dos professores formadores, coordenador e DEAD, na sua confecção, organização e produção.

Os materiais didáticos são elaborados pelos docentes formadores e disponibilizados no ambiente do Moodle ou através de links esternos, permitindo o uso de ferramentas de interação síncrona e assíncrona por meio de vídeos, áudios, textos e imagens.

7.8 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Quadro 12-EQUIPE MULTIDISCIPLINAR
Tecnologia em Segurança Pública/UERN – Natal

NOME	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	ÁREA	EXPERIENCIA ACADÊMICA
Carlos Sérgio Gurgel da Silva (40hs)	Jurista e Geógrafo	Doutor	Graduação: Direito e Geografia Mestrado: Direito Doutorado: Direito	Ex-Coordenador do Curso de Gestão Pública/UERN/Natal
Sergio Alexandre de Moraes Braga Junior (40hs)	Jurista e Gestor público	Doutor	Graduação: Direito e Gestão Pública Mestrado: Direito e Gestão Pública Doutorado: Direito	Ex-Coordenador do Curso de Direito-Natal-UERN e UNP-Mossoró; Ex-vice-Diretor da FAD
Rouseane DA SILVA PAULA QUEIROZ	Pedagoga	Doutora	Graduação: Pedagogia Mestrado: Educação	15 Anos de experiência acadêmica; Coordenador de Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos. - CAMEAM- 09/2009 - 03/2010
(DE)			Doutorado: Educação	Jovens e Adultos

Michele YUNI F. OKINO (DE)	Administradora	Mestra	Graduação: Administração Mestrado: Administração	15 Anos de experiência acadêmica; Gestora de Pessoas em Emp. Priv.
Antonio Janio Fernandes	Cientista social	Doutor	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Engenharia de Produção Doutorado: Geografia	20 Anos de experiência acadêmica em ensino pesquisa e extensão
Giann Mendes Ribeiro (DE)	Musicista	Doutor	Doutor e mestre em Educação Musical (DEAD)	20 Anos de experiência acadêmica em ensino pesquisa e extensão
Jucieude de Lucena Evangelista (DE)	Sociólogo	Doutor	Doutor em Ciências Sociais (DEAD)	25 Anos de experiência acadêmica em ensino pesquisa e extensão
Patricia de Souza Cidrack Alcântara (DE)	Psicopedagoga	Mestre	Mestre em Educação (DEAD)	15 Anos de experiência acadêmica em ensino pesquisa e extensão
Marco Lunardi Escobar (DE)	Comunicador	Mestre	Mestre em Geografia, graduação em comunicação social e Direito (DEAD)	15 Anos de experiência acadêmica em ensino pesquisa e extensão

COLABORADORES EXTERNOS:

a) **Msc. Ricardo Morais**

Mestre em Gestão Ambiental,
 Esp. em Meio Ambiente e Políticas Públicas,
 Esp. em Educação a Distância
 Analista de Sistemas.
 TNS- UERN- Natal

b) Coronel João Batista da Silva

Prof. Do CAO da PM/RN

Chefe da Seção de aperfeiçoamento e especialização da Diretoria de Ensino da Polícia Militar, do estado do Rio Grande do Norte.

c) Dr. Adson Kleper Monteiro Maia

Bacharel em Direito

Delegado da Polícia Civil do estado do Rio Grande do Norte

Diretor da Academia de Polícia Civil (Acadepol)

d) Dr. Giann Mendes Ribeiro

Doutor e mestre em Educação Musical. Possui graduação em Licenciatura Plena em Música pela UECE. Tem experiência em ensino de música, com ênfase em pedagogia do instrumento, Ensino a Distância e Tecnologias Digitais. Diretor do Departamento de Educação À Distância(DEAD) da UERN. Como se pode perceber compõe-se de equipe multidisciplinar, estabelecida em consonância com o PPC, constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, e sendo responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância de deve possuir plano de ação documentado e implementado, bem como processos de trabalho formalizados.

8 FORMAÇÃO CONTINUADA

Com um quadro com características tão diversas as ações de formação continuada de pessoal docente e técnico-administrativo foram constantes com novas capacitações em plataforma EAD foram realizadas recentemente. Além disso, são previstos cursos, seminários e treinamentos sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem durante a vigência do Curso.

Já há duas professoras com conhecimento em LIBRAS, as profas. Rouseane da Silva Paula Queiroz e Michelle Yumi F. Okino. Além do interesse de formação continuada para os demais profissionais, prevista para 2025.

Há o compromisso institucional estabelecido por meio de reuniões prévias, na

promoção de ações voltadas para docentes, tutores e técnicos a respeito da acessibilidade atitudinal (ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações) por meio de discussões sobre os temas em Semanas de Planejamento, reuniões de Colegiado e Plenárias de Departamento e formações continuadas via Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida - Setor de Capacitação e Educação Profissional - Formação Continuada da PROGEP.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

O Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública pertence ao Eixo Tecnológico denominado Ambiente, Saúde e Segurança, conforme o Parecer CNE/CES Nº 277/2006, que compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação da natureza e à utilização, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções no processo saúde-doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais são características comuns deste eixo. Em relação ao perfil do tecnólogo em Segurança Pública, o Ministério da Educação, através do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016, P.148)¹⁹, estabelece que o tecnólogo em Segurança Pública atua em instituições públicas da área de segurança pública, institutos e centros de pesquisa e instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente. Suas atividades centram-se no planejamento, formulação, implantação, gerenciamento e supervisão de ações preventivas no âmbito segurança pública. Centra-se ainda na orientação e intervenção em situações de manutenção da ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa. Serve ainda a realizar vistoria, realizar perícia, avaliar, emitir laudo e parecer técnico em sua área de formação.

Segundo O Guia de Orientação Profissional do Tecnólogo em Administração, produzido pelo CFA: “Os cursos superiores de tecnologia, portanto, são cursos de graduação, uma das modalidades de nível superior estabelecidas pelo art.44 da LDB, e possuem características professionalizantes, assim como os cursos de bacharelado”. Percebe-se, diante do contexto de crise na segurança pública no Brasil, que os cursos de segurança pública (especialmente na modalidade tecnológica e à distância) são hoje um dos mais importantes e esperados em todo o país. Espera-se, que nas próximas décadas, superada a atual fase (ano de 2017) de crise econômica, o Brasil

voltará a crescer, apresentando uma demanda ainda maior de serviços públicos, parcerias público-privadas, convênios, consórcios nos moldes de uma governança cada vez mais interfederativa, fato este que exigirá de todos os que atuam no setor público, que estejam sintonizados com esta realidade, de modo que possam produzir, através de suas atuações, transformações sociais e econômica que recolocarão o país nos rumos do desenvolvimento, especialmente interno.

9.2 PERFIL DO EGRESO

O perfil profissional do/a egresso/a do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é resultado das diretrizes que fundamentam as ações formativas desenvolvidas pela SENASP/MESP e expressas na Matriz Curricular Nacional, bem como das orientações expressas Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Espera-se que o profissional que conclua o curso, esteja apto a atuar como gerador e indutor de mudanças nos processos, projetos e atividades desenvolvidas pela sua instituição, com base não somente nas competências que serão desenvolvidas ao longo do curso, como também nas novas competências advindas do seu processo de aprendizagem, a partir do contato com campos de conhecimentos.

Como dito anteriormente, o tecnólogo em Segurança Pública atua em instituições públicas da área de segurança pública, institutos e centros de pesquisa e instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

No Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública, tem como perfil o público-alvo que é de eventuais servidores públicos ou prestadores de serviços públicos (como concessionários e permissionários) em efetivo exercício de suas funções na administração pública municipal, estadual, federal, ou pretendentes ao serviço público, no ramo de segurança pública, em especial policiais civis, militares, bombeiros militares, agentes penitenciários e guardas municipais. Além destes, compõem os técnicos que prestarão assessoria ou consultoria às políticas públicas de segurança.

9.2.1 Competências e Habilidades

Um profissional de gestão em segurança pública deve ter conhecimentos sobre aspectos legais específicos, gestão de pessoas e recursos, visão sistémica, capacidade de comunicação, trabalho em equipa e liderança. Também deve ter capacidade de planeamento, implementação e gestão de programas, projetos e políticas públicas.

Competências específicas:

- PREVENÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA – Planejar, implantar e gerenciar ações preventivas no âmbito da segurança pública.
- INTERVENÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA – Intervir em situações de manutenção da ordem pública, segurança comunitária, defesa civil e polícia.

- AUXÍLIO NA ANÁLISE JURÍDICA – Auxiliar na análise das normas do ordenamento jurídico em casos concretos, instrumentalizando os operadores jurídicos no estabelecimento de estratégias e na identificação de soluções lícitas.
- POSTURA PREVENTIVA E CONCILIADORA EXTRAJUDICIAL – Dedicar-se à conciliação, à mediação e aos demais meios de prevenção e solução de conflitos, no âmbito extrajudicial.

Habilidades específicas:

Um profissional de gestão em segurança pública deve ter conhecimentos teóricos e técnicos sobre segurança pública, direito, sociologia, inteligência aplicada e gestão de crises. Também é importante ter habilidades como:

- Iniciativa e proatividade
- Capacidade de análise
- Habilidades de negociação e comunicação
- Postura ética e senso de responsabilidade social
- Conhecimento em legislação e normas
- Análise e gestão de riscos
- Resolução de problemas e tomada de decisão
- Liderança e gestão de equipes
- Ética profissional e integridade
- Capacidade de adaptação e aprendizagem contínuo

O profissional de gestão em segurança pública também deve ter autoconhecimento emocional, controle emocional, automotivação, reconhecimento de emoções alheias e habilidades interpessoais.

9.2.2 Acompanhamento do Egresso

O perfil profissional do egresso é fruto das competências e habilidades expressas na Resolução CNE/CP nº 3, de 18/12/2002, publicada no DOU em 23/12/2002, na Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006 que institui o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e nas legislações expedidas pelo Ministério da Educação, em especial, no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, na Portaria Normativa, nº 11, de 20 de junho de 2017 e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, bem como atende às necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. Este acompanhamento seguirá as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016 - 2026).

Tal perfil de egresso foi realizado através de uma metodologia específica que envolveu análise documental e entrevista com experts. O Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) se constitui num instrumento que possibilita uma

continuada avaliação da instituição, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos. Tal programa está vinculado à Avaliação Institucional e é concebido à luz do PDI (2016-2026) vigente. Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa que apenas o diplomado está em condições de oferecer. O PAE tem por objetivo principal acompanhar os egressos do Curso de Tecnólogo em Gestão e Segurança Pública a fim de por meio do seu olhar ter uma resposta sobre a formação oferecida pela instituição.

São objetivos específicos do PAE:

- Avaliar o desempenho da instituição, através do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos.

- Manter registros atualizados de alunos egressos;

- Promover interação entre ex-alunos;

A UERN, inclusive, dispõe de um portal específico para o acompanhamento dos seus egressos cujo acesso se dá através do link: <https://portal.uern.br/egressos/>.

- Promover a realização de atividades extracurriculares – estágios, participação em projetos de pesquisa ou extensão etc. - de cunho técnico-profissional, como complemento à sua formação prática;

- Possibilitar e incentivar que os egressos apresentem aos graduandos os trabalhos que vem desenvolvendo, através das Semanas Acadêmicas e outras formas de divulgação;

- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho;

- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação, visando atualizações no Projeto Pedagógico do Curso que permita a manutenção de sua consonância com as necessidades do mercado de trabalho.

Assim, o Acompanhamento visa buscar melhorias para o Curso por meio de adequações contínuas, no sentido da Universidade melhor cumprir o seu compromisso para com a sociedade.

Para dar conta dos objetivos propostos, serão realizadas as seguintes ações:

- Cadastro dos alunos formandos por meio de questionário eletrônico;

- Canais de comunicação com o egresso por meio de redes sociais;

- Promoção de eventos (palestras, seminários, dentre outros);

- Atualização cadastral (programa de atualização do cadastro dos egressos);

Redefinição contínua do perfil do egresso, caso se faça necessário, para atender às necessidades do mercado para sua melhor inserção.

O acompanhamento será realizado por meio da aplicação de um questionário

que envolve questões que abordam a avaliação do Curso, a situação atual do egresso. Ademais, será criado um banco de dados para acompanhamento desses egressos.

Além dessas estratégias específicas do Curso, a UERN disponibiliza um portal específico cujo objetivo principal é manter a comunicação com os ex-alunos para acompanhar seus percursos após saírem da instituição. No Portal do Egresso é possível acessar um questionário, com questões que se voltam para a sua formação na UERN e a situação do egresso no momento das respostas; espaço para depoimentos; link intitulado “oportunidades”, onde são colocados editais de vagas de emprego, de cursos, e outras formações complementares; e o link “serviço” local em que são disponibilizados serviços próprios para quem é ex-aluno.

O Portal do Egresso é uma plataforma essencial para fortalecer o vínculo entre a instituição e seus ex-alunos. [Portal do Egresso – UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte sites](#)

9.3 METODOLOGIA

O curso de Gestão em Segurança Pública na modalidade a distância irá desenvolver material didático próprio (autoinstrucional) a essa modalidade de ensino e utilizar materiais didáticos, disponibilizados pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, visando especificamente permitir ao aluno desenvolver as atividades educativas com autonomia. Todo o projeto pedagógico passou por intensas discussões, não só do corpo docente da casa, mas com participações da Academia de Polícia Militar e a ACADEPOL, haja vista que nasceu por uma demanda da Secretaria de Segurança Pública. Em toda a estrutura curricular foi permeada de flexibilidade, interdisciplinaridade e a articulação da teoria com a prática. Justamente por isso foram criados vários eixos de abordagens de conteúdos. As disciplinas serão desenvolvidas ainda através de material elaborado para estudo e interação on-line. Os conteúdos das disciplinas serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, espaço em que se realizarão atividades de avaliação da aprendizagem através de fóruns e trabalhos em grupo. São respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de bacharelado e demais dispositivos legais vigentes, bem como a Diretriz I - Melhoria da qualidade do ensino de graduação e da gestão acadêmica prevista no [PDI \(2016-2026\)](#). Adequa-se a [Resolução Nº 04/2024 - Consepe](#), que Regulamenta a Política de Inovação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Uern e a [Resolução 26/2017 - Consepe](#) (Regulamento dos Cursos de Graduação da Uern).

Para o Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública na modalidade a distância será utilizada a plataforma Moodle. O pacote de software Moodle, também chamado de plataforma e de ambiente de aprendizagem, pode ser utilizado para a criação de cursos com utilização da internet. Trata-se de um software livre, isto é, licenciado pela GNU General Public Licence (GNU), considerado atualmente como um dos mais bem sucedidos ambientes de aprendizagem, é utilizado por várias universidades brasileiras. Uma vez que é oferecido gratuitamente, o Moodle pode ser copiado, utilizado e alterado por seus usuários, de acordo com as normas da Licença Moodle de seu fornecedor e desde que se mantenham protegidos os direitos autorais. Cada disciplina contará ainda com pelo menos duas webconferências interativas. O sistema de webconferências é disponibilizado pela Universidade Aberta do Brasil e permite a realização de seminários, aulas, conferências e reuniões com a participação dos palestrantes e dos ouvintes. Os alunos terão ainda o apoio de “chats”, tanto presenciais quanto individuais, em que o professor e os tutores a distância fornecem

suporte ao ensino aprendizagem. Os tutores presenciais também se envolverão nesse projeto pedagógico, acompanhando as disciplinas ofertadas no semestre. Finalmente, o professor de cada disciplina irá ao polo para participar de encontros presenciais sempre for constatada a necessidade para tal.

Nos itens que se seguem, são descritas as ferramentas digitais utilizadas no curso, a estratégia de aprendizagem, a proposta pedagógica e a fundamentação técnica.

Webconferências

A webconferência é utilizada com alguns objetivos pedagógicos principais. A organização de aulas magnas ou palestras, em que o professor fala em tempo real para um grupo de alunos, que preparam perguntas e questões com antecedência e as enviam pelo próprio sistema de webconferência, propiciando a realização de aulas interativas, sendo priorizado o debate, a discussão e a reflexão sobre os conteúdos da disciplina, com participação de estudantes em um ou mais pontos. O sistema ainda permite a disponibilização de arquivos em formatos variados, como Word, PDF, vídeos e áudio. As aulas, palestras e conferências ministradas no sistema de webconferência podem ser gravadas e permanecer disponíveis para os/as alunos/as.

Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA)

Na atualidade, os ambientes de ensino e aprendizagem virtuais oferecem várias possibilidades de interação, potencializando o ensino e a aprendizagem a distância e expandindo os limites do material impresso, proporcionando uma leitura hipertextual e multimidiática dos conteúdos curriculares que podem ter como ponto de partida um pequeno texto que se vale de animações, links diretos, vídeos, simulações, bibliotecas e laboratórios virtuais.

O AVEA viabiliza a comunicação assíncrona entre professores ou colegas, permitindo comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento em fóruns, enviar certa produção ao professor, compartilhar trabalhos desenvolvidos com os demais colegas, acessar ementas e programas de disciplinas, bibliografias de referência, artigos on-line e outras informações importantes para um bom desempenho no curso. Mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo também estão presentes no ambiente, através, por exemplo, de fóruns especializados por área de conhecimento.

Os AVEA proporcionam as seguintes funcionalidades: a) Ferramentas de criação de conteúdo on-line – em que os designers e professores colocam textos, animações, áudios, vídeos, simulações, avaliação de aprendizagem etc.;

b) Ferramentas de avaliação de aprendizagem – as atividades podem ter resposta automática (questões de múltipla escolha, certo/errado, etc.) e resposta descritiva, em que os professores e/ou tutores comentam os trabalhos dos alunos. Em qualquer caso, as atividades devem ficar registradas na plataforma;

- c) Portal de informação por curso;
- d) Link com o portal da UERN;
- e) Ferramenta de registro acadêmico;

f) Ferramentas de colaboração: chats, listas de discussão, fóruns, etc. A interação com os demais colegas do curso, com os tutores e professores será facilitada por essas ferramentas;

g) Ferramentas de apoio: lista de contatos, “Fale com o professor”, “Fale com a monitoria”, “Fale com a tutoria”, webmail, entre outros. Por meio dessas ferramentas o aluno terá diversas possibilidades de resolver suas dúvidas;

h) Ferramentas de pesquisa: bibliotecas, eventos, busca no ambiente de aprendizagem e na internet. As ferramentas de pesquisa expandem e conferem autonomia e independência ao aluno na busca de fontes alternativas de informação;

i) Ferramentas de secretaria: conceitos, agenda, cronograma, informações. Este grupo de ferramentas foi criado para que o aluno possa organizar sua agenda, receber os *feedbacks* ou ainda para tirar suas dúvidas sobre seu desempenho no curso. Para esse CST Segurança Pública, na modalidade a distância, será utilizada a plataforma Moodle como sendo seu Ambiente Virtual de Aprendizagem, conforme indicação da UAB.

9.3.1 Inclusão e acessibilidade

A Diretoria de Educação a Distância juntamente com o campus onde o curso é oferecido e o DAIN buscarão as melhores soluções para os estudantes com necessidades especiais que necessitem de apoio para sua permanência no Curso. A Diretoria de Ensino, juntamente com a coordenação do curso e equipe pedagógica, desenvolverá diversas ações, como: a busca de softwares, intérpretes, materiais adaptados, salas/espaços com acessibilidade, e formação continuada para o corpo docente sobre a temática. Tal modalidade abrange um tipo de público que, devido às distâncias ou falta de acessibilidade nas instituições, encontram uma possibilidade na EAD: as pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência que até então tinham mais dificuldades de acesso à educação e às informações, graças à tecnologia podem estudar mais facilmente e com maior independência, por meio das tecnologias assistivas.

A partir da política de inclusão e de atendimento às pessoas com deficiências [PDI \(2016-2026\)](#), com a experiência da DEAD, eventualmente requerer-se-á a acessibilidade metodológica, demandando suporte da Diretoria de Ações Inclusivas, quando necessário. Previsão do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação adotadas no processo de ensino e aprendizagem, permitindo a execução do projeto pedagógico do curso, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional e assegurando o acesso a recursos didáticos a qualquer tempo e lugar.

Previsão de acessibilidade digital:

- Leitores de tela para pessoas cegas;
- Ampliação de tela e alto contraste para pessoas com baixa visão;
- Mouses e teclados adaptados para pessoas com deficiência física;
- ◆ Tradutores de Língua Portuguesa para Libras para pessoas surdas, etc

Há a previsão do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação-TICs adotadas no processo de ensino e aprendizagem, permitindo a execução do projeto pedagógico do curso, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional e assegurando o acesso a recursos didáticos a qualquer tempo e lugar.

O respeito pela individualidade do aluno, não só fisicamente, mas cognitivamente, é propósito de uma universidade socialmente referenciada. Diante da legislação vigente e das demandas apresentadas pelos discentes serão desenhadas, numa perspectiva de desenho universal , a fim de identificar e eliminar barreiras,

promover a assimetria. Ademais a educação à Distância fomenta a construção social de uma sociedade mais inclusiva.

9.3.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Universidade é erguida, inclusive constitucionalmente, sob três pilares indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão. São esses pilares que constituem a missão das universidades em transformar as sociedades através do conhecimento humano. Sendo assim temos como referencial as orientações da Resolução Nº 14/2017 - Consepe, a qual aprova o Regulamento de Extensão e da Resolução Nº 26/2017 - Consepe que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação e Plano Institucional de Desenvolvimento Da Pós-Graduação Stricto Sensu Da Uern 2019-2026.

A pesquisa parte da necessidade de aprofundar o conhecimento através da investigação, ou seja, enxergar a realidade pelo prisma da ciência e da metodologia para desta forma chegar a uma compreensão de mundo. Nesse caso há o grupo de pesquisa de Direitos Fundamentais e Desenvolvimento vinculado ao curso, tendo produções conjuntas dos membros do NDE do curso nos últimos anos.

Os Cursos Tecnólogos nascem de uma demanda social ou de mercado e apesar de sua curta duração, entende-se a importância de incentivar a pesquisa no decorrer do curso, ocorrendo de forma aplicada a realidade dos discentes. De igual forma, por se tratar de profissionais em exercício do quadro efetivo, em sua maioria militares, esses estarão envolvidos em práticas extensionistas ao considerar através da UCEs (Unidades Curriculares de Extensão); considerando ainda a Instrução Normativa 001/2018 – PROEX / PROEG / UERN, que estabelece como deve ser desenvolvida essa curricularização dentro da matriz curricular.

Essa prática será adotada pelo Curso, conforme componentes de UCEs inseridas no PPC. Atuação dos (as) docentes: · Elaboração e coordenação de programas/projetos; · Participação nos núcleos de extensão da universidade; · Supervisão de projetos; · Conferências; · Orientação de alunos(as) para as mais diversas atividades extensionistas; · Assessoria aos programas/núcleos; · Consultoria.

O Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública fomentará a pesquisa de campo por alunos nos seus respectivos órgãos de trabalho, podendo colocar em pauta assuntos discutidos em cada eixo de formação proposto por este PPC. É necessário assim estimular a produção de conhecimento para as áreas específicas da Segurança Pública, auxiliando dessa forma uma produção de conteúdo que pode se tornar cada vez mais relevante para melhorar as políticas públicas de segurança

que estão tão fragilizadas pela realidade do Estado.

É importante ressaltar que uma das principais vitrines para expor trabalhos na área da Gestão Pública é através do congresso anual, realizado pela Escola de Governo do RN, Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte - CONGESP, porém ainda há poucos trabalhos que tenham como foco a Segurança Pública no Rio Grande do Norte sendo apresentados e por isso existe a necessidade de estímulo a produção de pesquisas durante o curso. Outro fator fundamental é estimular o aluno do Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública para que depois do curso ele possa continuar o seu desenvolvimento de carreira, através de cursos de Pós-Graduação. A UERN oferece cursos nas áreas de Políticas Públicas e Gestão Organizacional, o que, aliado a iniciativas de outros órgãos governamentais (como os da Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte) ampliam o horizonte de oportunidades para que os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, no futuro, ingressem em algum curso de pós-graduação.

O Plano Nacional de Educação vigente, em uma das suas metas, abre possibilidades para um efetivo reconhecimento da Extensão Universitária, ao instituir um total de, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação para atividades dessa natureza. Assim, a Universidade promove, na formação inicial, a oportunidade de expansão e difusão do saber acadêmico.

Neste documento, entendemos que o objetivo central da extensão é integrar a universidade à comunidade, além disso, compreendemos que ensino e pesquisa estejam de tal modo relacionados às questões do entorno da instituição. No Brasil, em função da importância da extensão, dentre outras contribuições, na formação cidadã, a extensão passou a compor formalmente o currículo dos cursos superiores sob forma de componentes curriculares. A Resolução 07/2018 define as Diretrizes para Curricularização da Extensão, na educação superior brasileira:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018).

No Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública, para atender às exigências da Resolução 7/2018, no que tange ao seu percentual mínimo de 10%, serão oferecidas horas (configurando, na verdade, 10,1% da carga horária total) distribuídas em Unidades Curriculares de Extensão.

A Unidade Curricular de Extensão, doravante UCE, é definida na Resolução 25/2017 - CONSEPE como sendo “Componente Curricular obrigatório, autônomo,

constante da matriz curricular do Curso de Graduação.” Essas UCE farão parte do quadro de componente curriculares e estarão vinculados a projetos e/ou a propostas de extensão, previamente submetidos à Pró-reitoria de extensão, com carga horária de 30hs e 45hs.

A regulamentação curricular das atividades de extensão nos cursos de graduação da UERN segue a Resolução nº 25/2017 – CONSEPE –, que torna obrigatório o percentual mínimo de 10% da carga horária total do curso para a participação dos discentes em ações extensionistas, organizadas e ofertadas por meio de Unidades Curriculares de Extensão – UCE.

Vinculada à matriz curricular, cada UCE, com 01 (hum) crédito e 15 (quinze) horas, será sistematizada em bloco e ofertada a partir de sua associação com programas e/ou projetos institucionalizados na Pró Reitoria de Extensão da UERN, os quais deverão necessariamente envolver a coordenação de um professor, a participação de discentes da graduação e a presença do público externo à Instituição. Cabe destacar que esses projetos e/ou propostas contarão com a participação de alunos da graduação, terão um professor coordenador e devem ter essencialmente a participação da comunidade, mormente, não como mero receptor, mas, também, como sujeito ativo dessa atividade. Conforme prevê a Resolução 25/2017 - CONSEPE, a avaliação da aprendizagem será efetivada por meio de objetos avaliativos variados, de acordo com o objetivo específico da UCE: portfólios, vídeos, relatórios, diários, dentre outros. Neste mesmo documento, indica-se que seja aferido o processo avaliativo por meio de conceito e não de nota (SATISFATÓRIO ou INSATISFATÓRIO, por exemplo). A frequência está vinculada à forma de avaliação da aprendizagem, ao produto produzido pela (o) discente, expresso por meio do conceito satisfatório ou insatisfatório.

De acordo com a supracitada Resolução, o cumprimento das UCE será registrado por conceito em histórico acadêmico, devendo o discente realizar sua matrícula em conformidade com a matriz curricular do curso, considerando a proposta do CST Segurança Pública na modalidade a distância, a saber: as unidades curriculares de extensão serão ofertadas do 1º ao 5º período com um total de 195 horas, conforme quadro abaixo.

Oferta de Unidades Curriculares de Extensão Período UCE / CH

1º Período UCE / 45h

2º Período UCE / 45h

3º Período UCE / 30h

4º Período UCE / 30h

5º Período UCE / 45h

Quadro 13 – Carga Horária Extensionista Curricular

Componente Curricular	Carga Horária Total do Componente	Tipo do Componente	Relação do componente com a estrutura curricular
Unidade Curricular de Extensão I	45h	UCE	obrigatória
Unidade Curricular de Extensão II	45h	UCE	obrigatória
Unidade Curricular de Extensão III	30h	UCE	obrigatória
Unidade Curricular de Extensão IV	30h	UCE	obrigatória
Unidade Curricular de Extensão V	45h	UCE	obrigatória
CH extensionista total	195h		

9.3.3 Atividades Pedagógicas Inovadoras

Há a previsão de práticas e metodologias que vão além das abordagens tradicionais de ensino-aprendizagem. Elas buscam melhorar a qualidade da educação, tornando o processo mais dinâmico, participativo e alinhado às demandas contemporâneas. Algumas características dessas atividades incluem:

1. Aprendizagem ativa: Visa promover a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem, envolvendo-os em atividades práticas, projetos, estudos de caso, discussões em grupo, simulações, etc.
2. Tecnologia educacional: Integração de tecnologias digitais para enriquecer a experiência de aprendizagem, como o uso de plataformas de ensino online, recursos multimídia, realidade virtual, gamificação, entre outros.
3. Interdisciplinaridade: Promoção da integração de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, permitindo uma visão mais ampla e contextualizada dos temas estudados.
4. Metodologias colaborativas: Estímulo ao trabalho em equipe e à colaboração entre estudantes, professores e até mesmo com profissionais de diferentes áreas, fomentando a troca de experiências e o aprendizado conjunto.
5. Personalização da aprendizagem: Adaptação do ensino às necessidades individuais dos estudantes, considerando seus interesses, ritmos de aprendizagem e estilos cognitivos.
6. Avaliação formativa: Uso de métodos de avaliação que fornecem feedback contínuo e ajudam no desenvolvimento progressivo dos estudantes ao longo

do curso.

7. Experiências práticas: Incentivo à realização de estágios, projetos de pesquisa, visitas técnicas, entre outras atividades que proporcionem uma aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

9.3.4 Conteúdos Transversais

Incluem-se no projeto de Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, a inserção na prática profissional e nas atividades de extensão universitária, hipóteses em que o aluno alarga o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, profissionais, sociais e culturais, internos ou externos ao curso. Estas atividades são de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

As Resoluções CNE/CEB Nº 7/2010 e Nº 12/2012, na BNCC eles passaram a ser consideradas como conteúdos essenciais para a Educação, em função de sua contribuição para o desenvolvimento das habilidades vinculadas aos componentes curriculares. Outro aspecto fundamental das DCNs foi a ratificação da transversalização como critério orientador das práticas pedagógicas sistematizadas:

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (BRASIL, 2013, p.29).

Algumas resoluções do Conselho Nacional de Educação -CNE estabeleceram diretrizes específicas para os alguns temas contemporâneos que afetam a vida humana, dentre elas: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Resolução CNE/CP Nº 1/2004; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos - Resolução CNE/CP Nº 1/2012; e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – Resolução CNE/CP Nº 2/2012. Serão trabalhados como temas transversais: Direitos humanos e políticas transversais: direitos humanos, transversalidade e políticas públicas. Direitos da Criança e do Adolescente -Leis Nº 9.394/1996 (2^a edição, atualizada em 2018. Art. 32, § 5º) e Nº

8.069/1990. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11,

§ 6º - Ensino Médio); Diversidade Cultural - Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 26, § 4º e Art. 33), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010; Educação Ambiental Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II), Lei Nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP Nº 14/2012 e Resolução CNE/CP Nº 2/2012. CF/88 (Art. 23, 24 e 225). Lei Nº 6.938/1981 (Art. 2). Decreto Nº 4.281/2002. Lei Nº 12.305/2010 (Art. 8). Lei Nº 9.394/1996 (Art. 26, 32 e 43). Lei Nº 12.187/2009 (Art. 5 e 6). Decreto Nº 2.652/1998 (Art. 4 e 6). Lei Nº 12.852/2013 (Art. 35). Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Carta da Terra. Resolução CONAMA Nº 422/2010. Parecer CNE/CEB Nº 7/2010. Resolução CNE/CEB Nº 04/2010 (Diretrizes Gerais Ed. Básica). Parecer CNE/CEB Nº 05/2011 e Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio). Parecer CEN/CP Nº 08/2012. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio); Educação em Direitos Humanos Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 12, Incisos IX e X; Art. 26, § 9º), Decreto Nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e Resolução CNE/CP Nº 1/2012. Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e

16 - Ensino Médio, Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).

Deste modo, a proposta de curso seguirá, naturalmente, as orientações das seguintes normas:

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Lei Nº 11.201, de 11 de JULHO de 2022 - inclusão do componente extracurricular “Educação para as Relações Étnico- Raciais” nos cursos de Graduação e Pós-Graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

Quadro 14 - Conteúdos Transversais Obrigatórios

Conteúdos	Componente Curricular
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	DISCIPLINA OPTATIVA
Relações Étnico-raciais	<ul style="list-style-type: none"> - Relações humanas e Diversidade social - Ética e Cidadania
História e Cultura da África e Indígena	<ul style="list-style-type: none"> - Relações humanas e Diversidade social
Educação Ambiental / Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Ética e Cidadania - Direito Constitucional
Direitos Humanos	Direitos Humanos
Conteúdos transversais obrigatórios previstos na DCN do curso (direitos humanos, transversalidade e políticas públicas, Direitos da Criança e do Adolescente, Diversidade cultural)	<ul style="list-style-type: none"> - Ética e Cidadania - Relações humanas e Diversidade social - DISCIPLINA OPTATIVA

9.3.5 Estágios Curriculares

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, estabelecidas na resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, não definem carga horária de estágio supervisionado obrigatório, definindo no seu artigo 34:

“Art. 34. O estágio profissional supervisionado, quando previsto pela instituição em função do perfil de formação ou exigido pela natureza da ocupação, deve ser incluído no PPC à luz da legislação vigente acerca do estágio e conforme Diretrizes específicas a serem definidas pelo Conselho Nacional de Educação.”

O Regulamento de Cursos de Graduação da UERN, Resolução nº 26/2017 - CONSEPE, define no artigo 31:

- Art. 31. O estágio na UERN pode ser realizado em duas modalidades:
I. Estágio curricular obrigatório, sendo aquele definido em projeto pedagógico do curso, constituindo um componente curricular indispensável à integralização curricular;
- II. Estágio curricular não obrigatório, sendo aquele previsto no PPC do curso, não se constituindo, porém, componente indispensável à integralização curricular.

Dessa forma, por se tratar de um curso na modalidade educação a distância e dado que os polos de apoio normalmente se encontram longe de grandes centros de tecnologia, o curso contará apenas com o estágio curricular não obrigatório. O aluno poderá contabilizar carga horária do estágio curricular não obrigatório através de atividade complementar.

Seguiremos as Resoluções N.º 19/2023 - CONSEPE - Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Bacharelado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Uern e a Resolução Nº 26/2017 - Uern - Regulamento de Cursos de Graduação.

9.3.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, componente curricular obrigatório, objetiva demonstrar o grau de habilitação adquirido e o aprofundamento temático alcançado, o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica, bem como habilidade de proceder a uma correta investigação de uma temática.

Nesse sentido, o TCC será realizado na forma de um projeto de intervenção (projeto de consultoria), o qual será desenvolvido no interior do órgão público, considerando o vínculo do aluno a este órgão, ou, será realizado na forma de um artigo científico, o qual deverá contemplar as temáticas abordadas no decorrer do curso; contudo, as duas modalidades devem seguir as normas vigentes regidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Seguiremos as Normas institucionais definidas pela Instrução Normativa Nº 01/2018-SIB/UERN que define normas para entrega, recebimento e armazenamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso da UERN no formato de TCC, artigos online e os Links acadêmicos - DSIB-UERN de acesso a repositórios institucionais/bibliotecas digitais..

Quando estiver matriculado na disciplina Metodologia Científica e Projeto de Pesquisa, no 4º semestre do Curso, o professor orientará o aluno a elaborar um projeto de intervenção administrativa no órgão onde o mesmo atua ou um artigo científico, caso não seja servidor público. A finalidade é fazer com que o conhecimento teórico subsidie a ação prática e objetiva de modo a produzir um resultado concreto. A continuidade da ação dar-se-á quando o aluno estiver no 5º semestre e estiver matriculado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso , pois será nessa fase que o projeto elaborado anteriormente deve ser implementado ou, sendo artigo, efetivamente redigido. Durante essa fase o professor orientará a redação de um relatório que servirá como trabalho de conclusão de curso.

Será composta uma banca formada por três professores, os quais irão ler e analisar a consistência do conteúdo do relatório no que se refere ao emprego correto de técnicas gerenciais, bem como, a respeito às normas para publicação científicas sacramentadas pelas normas da ABNT e ainda a correção ortográfica e gramatical, seguindo-se a Resolução Nº 26/2017 - UERN - Regulamento de Cursos de Graduação.

Finalmente, o aluno fará uma apresentação defendendo seu trabalho e explicitando os ganhos que obteve individual e institucionalmente com o mesmo, demonstrando inclusive a aplicabilidade da tecnologia utilizada em outros órgãos e instituições do estado do Rio Grande do Norte. As notas atribuídas variarão entre 0,0 (zero vírgula zero) e 10,0 (dez), tanto para o trabalho escrito, quanto para a apresentação oral, sendo que os dois resultados deverão ser somados e posteriormente divididos por dois para integrar a nota da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso .

As orientações e subsídios para o desenvolvimento do TCC será

disponibilizado no componente curricular “metodologia do trabalho científico”, sendo ele uma condição para a conclusão do curso e o discente deverá ter nota igual ou superior a 7,0 (sete). Além do apoio teórico para o desenvolvimento da atividade ser explanado no componente curricular metodologia do trabalho científico, o TCC será regido por regulamento próprio, disponibilizado como anexo a este.

São consideradas produções acadêmicas de Trabalho de Conclusão para o Curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública: a) artigo publicado em revista ou periódico, com ISSN; b) capítulo de livro publicado, com ISBN; c) Apresentação de trabalho em evento de reconhecimento nacional ou internacional, da área, ou d) trabalho aceito pela coordenação do curso, como suficiente para ser considerado um produto.

A apresentação do trabalho realizado deverá ser feita a uma banca avaliadora composta pelo orientador do estudante e, pelo menos, mais dois avaliadores convidados pelo primeiro. É admitida a orientação em regime de coorientação, desde que formalmente acordada entre os envolvidos (estudantes e orientadores) e com a Coordenação do Curso, devendo o nome do coorientador constar em todos os documentos, inclusive no trabalho final. A orientação em regime de coorientação admitirá a possibilidade de um profissional graduado e/ou externo à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Em caso de demanda de orientação em área/tema que não sejam contemplados pelo corpo docente do curso, a orientação por profissional de outro curso ou externo à UERN será possível mediante aprovação pela Coordenação do Curso e aceitação tácita, por parte do orientador externo, das normas e deliberações da UERN para esse fim, necessariamente em regime de coorientação com algum professor do curso. A substituição do orientador só será permitida em casos justificados, formalmente documentados e aprovados pela coordenação do curso e quando o orientador substituto assumir expressa e formalmente a orientação.

9.3.7 Atividades Curriculares Complementares

As atividades complementares diferem do programa letivo identificado com o cotidiano da sala de aula e são componentes curriculares enriquecedores que rematam o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes dos alunos, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico. Incluem-se nas atividades acadêmicas curriculares complementares a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, a inserção na prática profissional e nas atividades de extensão universitária, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, profissionais, sociais e culturais, internos ou externos ao curso. Estas atividades são de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, conforme previsto na

Resolução Nº 26/2017 - Uern.

As Atividades Acadêmicas Complementares tornam-se importantes na medida em que favorecem a ampliação dos mapas mentais do formando (ANDRADE; AMBONI, 2003[1]). Por se tratar de uma formação de tecnólogos com uma demanda bem específica, buscou-se desenvolver um quadro de atividades complementares que permitisse, dentro dos objetivos listados nestes PPC, contribuir efetivamente na construção do perfil do formando desejado. Além disso, vislumbrou-se a função exercida no serviço público como um laboratório de excelência para a aplicação dos conhecimentos adquiridos e construídos no decorrer do curso, seja através de aulas, leituras, vivências em laboratórios ou em aulas de campo, seja em oportunidades de participação em eventos acadêmicos, realização de pesquisa e participação em atividades de extensão.

Faz-se importante destacar que um bom profissional precisa ter a oportunidade de ter uma formação básica de qualidade, e isso envolve conhecimentos gerais e complementares à sua atuação profissional. Crê-se, por princípios, que um servidor público deva investir tempo e compromisso em atividades que lhe possibilitem aprender novos idiomas, dominar minimamente a informática e aprofundar seus conhecimentos nas áreas afins a de sua atividade profissional.

Para fins de integralização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, são consideradas atividades complementares:

I– Atividades Complementares de Ensino:

- a) Disciplinas de cursos superiores, cumpridas, com aprovação, nos últimos 05 (cinco) anos e que sejam correlatas à formação jurídica, a serem analisadas pela Orientação Acadêmica, limitando-se a uma carga horária máxima de 60 (sessenta) horas/aulas para fins de aproveitamento;
- b) Monitoria em disciplina pertencente ao currículo do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, limitada, para efeitos de aproveitamento como atividade complementar, a uma carga horária de 50% (cinquenta por cento) do total;
- c) Participação em Projetos de Ensino desenvolvidos pela UERN, durante no período em que o/ a Discente esteja vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, limitada, para efeitos de aproveitamento como atividade complementar, a uma carga horária de 50% (cinquenta por cento) do total.

II– Atividades Complementares de Pesquisa:

- a) Participação em Programas de Iniciação Científica, orientados por Professor/a, limitando-se a 30 (trinta) horas-aulas em todo o curso de graduação, para fins de aproveitamento;
- b) Participação em Grupos de Estudos e/ou Pesquisa, aprovada pela

Orientação Acadêmica até o limite de 30 (trinta) horas-aulas em todo o Curso de Graduação;

c) Trabalhos desenvolvidos, na área da segurança pública ou jurídica ou afins, com orientação Docente, apresentados na IES (extra sala de aula e extra disciplina curricular específica), em eventos científicos específicos ou em seminários multidisciplinares: 20 (vinte) horas-aula por trabalho, limitando-se a, no máximo, 60 (sessenta) horas-aula em todo o Curso de Graduação;

d) Livros ou capítulos de livros publicados na área da segurança pública ou jurídica ou afins, com o registro do nome da IES: 40 (quarenta) horas-aula por trabalho, limitando-se a dois em toda a Graduação;

e) Trabalhos científicos, na área da segurança pública ou correlatas, publicados em revista de circulação nacional: 30 (trinta) horas-aula por trabalho; de circulação regional: 20 (vinte) horas-aula; de circulação local: 10 (dez) horas-aula por trabalho, sempre registrando o nome da IES e limitando-se a, no máximo, 02 (dois) trabalhos em toda a Graduação;

f) Publicação em anais de trabalhos apresentados eventos científicos, mencionando o nome da IES ou instituição de incentivo à pesquisa acadêmica: 15 (quinze) horas-aula por trabalho, limitando-se a, no máximo, 45 (quarenta e cinco) horas-aula em todo o Curso de Graduação;

g) Publicação de trabalhos, na área da segurança pública ou jurídica ou afins, em páginas eletrônicas da internet, com registro do nome da IES, desde que evidenciem aprofundamento no estudo da matéria: 03 (três) horas-aula por trabalho, até o limite de 15 (quinze) horas-aulas em todo o Curso de Graduação;

h) Premiação em Concursos de Monografias ou similares, na área da segurança pública, jurídica ou afins: 20 (vinte) horas por premiação, limitada a 02 (duas) em todo o Curso de Graduação.

III– Atividades Complementares de Extensão:

a) Estágios curriculares em órgãos públicos ou instituições privadas conveniadas ou cadastradas junto à IES, desempenhando atividades relacionadas à prática das carreiras de segurança pública ou jurídica, desde que orientados e que atendidas às exigências regulamentares: até 40 (quarenta) horas-aula por semestre, até o limite de 60 (sessenta) horas-aula em todo o Curso de Graduação;

b) Vínculo empregatício com o poder público ou instituições privadas cadastradas junto ao curso de Direito do Campus Avançado de Natal, desempenhando atividades estritamente relacionadas à prática das carreiras de segurança pública ou jurídica: até 40 (quarenta) horas-aula por semestre, até o limite de 80 (oitenta) horasaula em todo o Curso de Graduação;

c) Participação em Projeto de Extensão, na área jurídica ou correlata,

desenvolvido por IES, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) ou órgão similar: até 40 (quarenta) horas aula por projeto, limitado a 02 (dois) durante a Graduação;

d) Participação no Projeto Institucional Atividade Curricular na Comunidade (ACC): 60 (sessenta) horas-aula, limitando-se a um semestre.

e) Participação presencial em congressos, seminários, palestras, jornadas, conferências, simpósios, semanas acadêmicas e congêneres, na área da segurança pública ou do Direito ou afins: aproveitamento de acordo com a carga horária expressa no certificado, sendo de 50% (cinquenta por cento) da carga horária em caso de atividade à distância (on line), limitando-se a um total de, no máximo, 80 (oitenta) horas-aula em todo o Curso de Graduação;

f) Participação em cursos de extensão, atualização ou congêneres, na área da segurança pública ou jurídica ou afins: aproveitamento de acordo com a carga horária expressa no certificado, sendo de 50% (cinquenta por cento) da carga horária em caso de atividade à distância (on line), até o limite de 100 (cem) horas-aula em todo o Curso de Graduação;

g) Comparecimento comprovado, sessões de tribunais administrativos e judiciais e júris: 04 (quatro) horas-aula por atividade, até o limite de 30 (trinta) horas/aulas, desde que não computada na carga horária de disciplina

h) Comparecimento comprovado a defesas de monografias: 02 (duas) horas-aula por defesa, até o limite de 30 (trinta) horas-aulas, desde que não computada na carga horária de disciplina;

i) Participação ativa em sessão do júri popular, na qualidade de estagiário: 10 (dez) horas aula por sessão do júri popular, até o limite de 40 (trinta) horas-aula, em todo o Curso de Graduação;

j) Participação na organização, coordenação ou realização de cursos e/ou eventos científicos internos ou externos à UERN, de interesse desta ou da Comunidade, na área da segurança pública ou jurídica ou afins: até 15 (quinze) horas-aula por evento, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitando-se, a, no máximo, 45 (quarenta e cinco) horas-aula em todo o Curso de Graduação;

k) Participação na organização de periódicos informativos, home page do Curso, do Centro Acadêmico, dentre outros: até 10 (dez) horas-aula por semestre letivo de participação, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitado a, no máximo 20 (vinte) horas- aula em todo o Curso de Graduação;

l) Representação estudantil nos diversos órgãos e conselhos universitários ou representação de classe (líder de turma): até 10 (dez) horas-aula por semestre letivo de participação, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitado a, no máximo, 20 (vinte) horas- aula em todo o Curso de Graduação;

m) Trabalho na organização de campanhas de voluntariado ou programas de ação social, realizadas ou apoiadas pela UERN: até 05 (cinco) horas-aula por evento, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitando-se a, no máximo, 20 (vinte) horas-aula em todo o Curso de Graduação;

n) Participação em visitas programadas, desde que não contabilizada na carga-horária de disciplina, ou seja, computada como outra atividade: até 04 (quatro) horas-aula por evento, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitando-se a, no máximo 20 (vinte) horasaula em todo o Curso de Graduação;

o) Participação em programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacional: até 20 (vinte) horas-aula por programa, de acordo com avaliação do Orientador Acadêmico, limitando-se a, no máximo 40 (quarenta) horas-aula em todo o Curso de Graduação;

p) Participação, com frequência e aprovação, em cursos de idiomas, comunicação e expressão e de informática, realizados durante o período do Curso de segurança pública , cujas cargas horárias não tenham sido objeto de validação de disciplina ou aproveitamento de estudos, sendo de 50% (cinquenta por cento) da carga horária em caso de atividade à distância (on line): até 20 (vinte) horas-aula, por curso ou semestre, limitando-se a, no máximo, 60 (sessenta) horas-aula em todo o Curso de Graduação.

IV– Atividades Complementares que integram Ensino, Pesquisa e Extensão, com caráter cultural, de inovação e transdisciplinaridade:

a) Produção de programa de computador e/ou aplicativos de conteúdo e interesse jurídicos, colocados à disposição da comunidade acadêmica de forma gratuita;

b) Produção de material didático instrucional de área jurídica ou afim, produzido mediante orientação de docente e empregado em disciplina do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública como material de apoio, desde que o referido emprego se estenda a outros semestres do curso e disponibilizado para uso irrestrito e gratuito pela comunidade acadêmica;

c) Oferta de cursos gratuitos de curta duração de caráter da segurança pública ou jurídica ministrado dentro ou fora da Universidade cuja finalidade seja promover a formação democrática e cidadã, conforme carga horária do curso ministrado, limitado à carga horária total de 40 (quarenta) horas.

d) Participação em entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia de conteúdo da segurança pública ou jurídico, dentro ou fora da universidade com a finalidade de promover a formação cidadã e democrática, com atribuição de carga horária de 02 (duas) horas por evento, limitada à carga horária total de 20 (vinte) horas.

e) Criação de perfis voltados exclusiva ou predominantemente para a

informação sobre segurança pública ou jurídica, situados em redes sociais, websites ou blogs e outros gêneros midiáticos audiovisuais, mantidos pelo período mínimo de 4 meses, limitado a 02 (dois) eventos, com atribuição de carga horária de 20 (vinte) horas por evento.

f) Produções relacionadas às artes cênicas, visuais, musicais, literárias ou outra produção artística ou cultural cujo conteúdo seja de interesse da segurança pública ou área jurídica, desde que publicizadas dentro ou fora do ambiente acadêmico e disponibilizadas de forma irrestrita e gratuita, limitado a 05 (cinco) eventos, com atribuição de carga horária de até 10 (dez) horas por evento.

10 ESTRUTURA CURRICULAR

O curso possui uma carga horária total de 1800h que, a matriz curricular está estruturada em quatro eixos de conhecimentos, sendo estes: 1) disciplinas de natureza de básicas, 2) disciplinas de natureza de formação aplicada, 3) disciplinas de natureza específicas, e 4) disciplinas de natureza optativas. As disciplinas estão divididas da seguinte forma: as obrigatórias correspondem a um total de 1455 horas (distribuídos em 97 créditos), as disciplinas optativas correspondem a um total de 90 horas(distribuídos em 6 créditos), e as atividades complementares correspondem a um total de 60 horas, além de 195 horas de atividades de extensão.

As organizações educacionais, e em âmbito mais específico as Instituições de Educação Superior (IES), passam por mudanças constantes, especificamente na sua organização curricular, trabalhando para atender a demanda de um mundo organizacional também inconstante, especificamente no que se refere às exigências para a formação de novos perfis profissionais.

Assim, existe a necessidade de se trabalhar constantemente as matrizes curriculares dos cursos das IES, priorizando apresentar um relatório de mudança que venha informar tecnicamente todas as alterações necessárias e trabalhadas para atender a demanda requerida pelos órgãos competentes da sociedade.

Para tanto, é primordial a junção de todos os profissionais envolvidos: Coordenadores (de Curso, Pedagógico e de Estágio), Docentes e Discentes em que todos juntos, contribuam significativamente na formação de uma nova matriz curricular que favoreça as realizações de um trabalho adequado não só com atendimento destas demandas, mas também para se trabalhar com uma maior eficácia na formação do profissional da Segurança Pública.

A proposta da matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública foi discutida e debatida em várias ocasiões entre representantes dos diversos cursos do Campus de Natal, provocando alterações por diversas vezes nas ideias originais com o objetivo de desenvolver uma melhor aprendizagem

tecnológica profissional dos futuros alunos e beneficiar a região onde a mesma estará inserida. Tais alterações ocorreram prioritariamente no que diz respeito a uma formação utilitária e funcional, portanto, algumas disciplinas teóricas foram substituídas por outras não menos importantes, mas cujo valor formativo era mais denso no que se referia à formação do perfil profissional idealizado.

O tempo médio de integralização do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública será de 02 anos e meio e o máximo de 04 anos.

A compreensão da estrutura didática desse fluxo curricular pode ser percebida se forem segregados e separados os eixos formativos, que são:

Quadro 15-Conteúdos de Formação Básica

Conteúdos de Formação Básica				
Período	Disciplina	CR	CH	EAD
1º	História da segurança pública	4	60	Obrigatória
1º	Ciência Política	2	30	Obrigatória
1º	Introdução à Economia	2	30	Obrigatória
1º	Introdução à Sociologia	2	30	Obrigatória
1º	Introdução à Estatística	2	30	Obrigatória
1º	Direito Constitucional	4	60	Obrigatória
1º	Leitura e produção de textos	4	60	Obrigatória
	UCE	3	45	
Totais		23	345	

Os conteúdos de formação básica são aqueles essenciais para o nivelamento dos alunos, bem como para introduzi-los nos conhecimentos e tecnologias fundamentais para o aprendizado de outros temas mais avançados. Não se pode conceber, portanto, que um gestor público não tenha conhecimento básico acerca de História da Segurança Pública, Direito Constitucional, Ciência política, Sociologia,

Estatística e Economia, assim como também que não possa dominar métodos de estudo e feitura de trabalhos científicos. A seguir, apresenta-se o eixo de conteúdos de formação profissional:

Quadro 16-Conteúdos de Formação Profissional

Conteúdos de Formação Profissional				
Período	Disciplina	CR	CH	EAD
2º	Planejamento, Cultura Organização da Segurança	2	30	Obrigatória
2º	Direitos Humanos	4	60	Obrigatória
2º	Fundamentos da Gestão Pública e Gestão Integrada e Comunitária	4	60	Obrigatória
2º	Introdução à Antropologia	2	30	Obrigatória
2º	Optativa 1	2	30	Obrigatória
2º	Direito Administrativo I	4	60	Obrigatória
2º	Comunicação Administrativa	2	30	Obrigatória
	UCE	3	45	
Totais		23	345	

Os conteúdos de formação profissional são aqueles essenciais à compreensão das tecnologias próprias da Segurança pública. Abrangem o conhecimento mais aprofundado do Direito Administrativo, de questões ligadas ao planejamento e à organização da segurança, bem como gestão pública e integrada, ou ainda não possa compreender os meandros da comunicação organizacional, aqui representada pela Comunicação Administrativa. Cabe ainda referência ao estudo da Antropologia, no contexto das relações sociais.

Como se vê nesse conjunto de disciplinas apresentadas acima, o gestor público precisa conhecer e dominar tecnologias e métodos quantitativos como forma de diagnosticar, interpretar contextos e propor soluções racionais para uma série de situações cotidianas da vida organizacional. Para tanto, faz-se necessário estudar conteúdos de formação profissional, que se apresenta abaixo:

Quadro 17-Conteúdos de Formação Profissional II

Conteúdos de Formação Profissional II				
Período	Disciplina	CR	CH	EAD
3º	Política e gestão pública de segurança	4	60	Obrigatória
3º	Direito da Criança e do Adolescente e do Idoso	4	60	Obrigatória
3º	Gestão de pessoas	2	30	Obrigatória
3º	Direito Administrativo II	4	60	Obrigatória
3º	Didática e Fundamentos da Educação	4	60	Obrigatória
3º	Introdução à Psicologia	2	30	Obrigatória
3º	Optativa 2	2	30	Obrigatória
	UCE	2	30	
Totais		24	360	

Esse eixo inclui as disciplinas de Direito Administrativo II(licitações e contratos administrativos), que pretende instrumentalizar o gestor com as ferramentas essenciais ao pensamento analítico, lógico e racional baseado em Gestão de Pessoas; e as disciplinas de Direito da Criança e Adolescente e do idoso, para estudarmos o ECA e o Estatuto do Idoso.

Identifica-se a necessidade do profissional de segurança identificar as políticas públicas de gestão de segurança aplicadas em nosso país. Complementando estas assertivas, faz se mister detectar os fundamentos iniciais de psicologia para o profissional estar bem capacitado no trato pessoal.

Abaixo, encontra-se o conjunto de disciplinas pertencentes ao chamado eixo formação complementar.

Quadro 18- Conteúdos de Formação Complementar

Conteúdos de Formação Complementar				
Período	Disciplina	CR	CH	EAD
4º	Modelos, Sistema e instituições de Segurança Pública em uma perspectiva comparada	4	60	Obrigatória
4º	Ética e Cidadania	2	30	Obrigatória
4º	Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos	4	60	Obrigatória
4º	Direito Penal	4	60	Obrigatória
4º	Metodologia Científica e Projeto de Pesquisa	4	60	Obrigatória
4º	Relações humanas e Diversidade social	2	30	Obrigatória
4º	Optativa 3	2	30	Obrigatória
	UCE	3	45	
Totais		25	375	

Sabe-se que a formação profissional sintonizada com o ambiente complexo que envolve as organizações não depende unicamente de uma formação linear subsidiada com conhecimentos padronizados. Por isso, analisamos os modelos, sistemas e instituições de segurança, em uma perspectiva comparada.

A discussão sobre os limites comportamentais do servidor(Ética e cidadania), compõe seu acervo patrimonial, bem como as iniciativas empreendedoras de realização profissional compõem este semestre.

O atual contexto requisita uma formação ampla do profissional, na prevenção e mediação de conflitos requerendo dele competências para analisar e compreender as relações entre os diversos fatores que compõem a realidade organizacional, social, econômica, política, etc.

Assim, o eixo de formação complementar vem atender a essa demanda típica da realidade atual , inclusive no paradigma econômico, e do contexto em que estão imersas as relações humanas e sua diversidade, inclusive quando a sociedade acaba incidindo nas tipologias penais.

Na formação complementar temos um conjunto de disciplinas povoadas com temas flexíveis e adaptativos, capazes de enriquecer debates e fomentar estudos

aprofundados. Eles comporão um leque de conteúdos que os discentes escolherão, segundo suas vocações profissionais(Optativa 3).

Quadro 19-Conteúdos de Formação Complementar

Conteúdos de Formação Complementar				
Período	Disciplina	CR	CH	EAD
5º	Preservação e Valorização da Prova	2	30	Obrigatória
5º	Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	1	15	Obrigatória
5º	Análise de Cenários de Riscos	1	15	Obrigatória
5º	Saúde e Segurança do trabalho	1	15	Obrigatória
5º	Criminologia	4	60	Obrigatória
5º	TCC	4	60	Obrigatória
5º	Diversidade Étnico Sócio Cultural	4	60	Obrigatória
5º	Tópicos Especiais em Segurança Pública	2	30	Obrigatória
	UCE	3	45	
Totais		22	330	

Essas últimas disciplinas darão ao discente visão geral da temática da segurança pública, identificando os questionamentos étnico raciais, sociais e culturais, os tópicos na reforma da segurança pública, a identidade da criminologia, além da Resolução de Problemas e Tomada de Decisão para que o técnico pondere suas futuras determinações.

Com a Preservação e Valorização da Prova, somada a Análise de Cenários de Riscos o técnico descobrirá os meandros da investigação e meios (ou formas) de minorar ou evitar os problemas de segurança.

Quadro 9 - Matriz Curricular / Exigências Gerais para Integralização

**CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA EM SEGURANÇA PÚBLICA -
UERN**

Apresentação dos eixos curriculares

O Projeto Pedagógico do Curso, bem como sua organização curricular, organiza-se em eixos que articulam os conhecimentos teóricos e as práticas necessárias à formação do profissional em Segurança Pública. Tais eixos estão abaixo indicados e relacionados às temáticas do curso:

Tabela 20: Distribuição de disciplinas por eixos curriculares

EIXOS	Componentes Curriculares
Segurança Pública	História da segurança pública Planejamento, Cultura Organização da Segurança Política e gestão pública de segurança Modelos, Sistema e instituições de Segurança Pública em uma perspectiva comparada Preservação e Valorização da Prova
Humanístico	Ciência Política Direitos Humanos Direito da Criança e do Adolescente e do Idoso Ética e Cidadania
Gestão Pública	Introdução à Economia Fundamentos da Gestão Pública e Gestão Integrada e Comunitária Gestão de pessoas Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos Resolução de Problemas e Tomada de Decisão Análise de Cenários de Riscos Saúde e Segurança do trabalho Introdução a estatística
Jurídico	Direito Constitucional Direito Administrativo I Direito Administrativo II Direito Penal Criminologia

Propedêutico	Leitura e produção de textos Comunicação Administrativa Didática e Fundamentos da Educação Metodologia Científica e Projeto de Pesquisa
Social	Introdução à Sociologia Introdução à Antropologia Introdução à Psicologia Relações humanas e Diversidade social Diversidade Étnico Sócio Cultural
Flexível	TCC Optativa 1 Optativa 2 Optativa 3 Tópicos Especiais em Segurança Pública

O Curso de Gestão em Segurança Pública tratará a avaliação de aprendizagem, assim como nos demais cursos da UERN, é tratada como instrumento necessário para que o direito de aprender efetive-se da melhor maneira possível, haja vista que o processo de avaliação está intimamente relacionado com o processo de ensino aprendizagem, principalmente porque não se pode pensar em educação por objetivos sem considerar algum tipo de avaliação.

Através da utilização da avaliação na aprendizagem, podem-se destacar as seguintes justificativas:

- fornece uma resposta em relação ao conhecimento adquirido para o professor e para o aluno;
- serve para avaliar a ação do professor e da instituição;
- fornece dados necessários à melhoria do ensino e da aprendizagem.
- mensura a aprendizagem com razoável grau de precisão;
- permite que os estudantes se situem em relação à matéria e aos outros estudantes;

A proposta curricular do Curso de Gestão em Segurança Pública, segue a legislação vigente, visando conceder a merecida importância à avaliação de rendimento escolar, enfatizando que a mesma deve ser apresentada ao longo do curso, de forma contínua e formativa, assim como possibilitar que o conhecimento seja resultado das ações didáticas aprimoradas.

A avaliação constitui-se elemento dos mais importantes no processo de ensino

aprendizagem a distância. Portanto, neste curso, compreendemos a avaliação para além do diagnóstico (embora precisemos do diagnóstico para encaminhar o redimensionamento para possibilitar o aprendizado). Além disso, levando em consideração as características do público da EAD, faz-se necessário estruturar formas diversificadas de avaliação e de atividades que permitam que o aluno reflita sobre seu aprendizado para que seja mais autônomo, crítico e responsável.

Ademais, em decorrência do plágio, comum em todas as modalidades de ensino, os testes, provas devem se voltar para as atividades reflexivas e pouco pontuais para que essa prática seja evitada.

Assim sendo, ao se elaborar instrumentos de avaliação, deve-se ter em mente que as questões propostas para os alunos devem ser instigantes, buscando a resolução de problemas para que possa ampliar a aprendizagem. Assume-se, aqui, portanto, a noção de avaliação emancipatória. Esse tipo de concepção só é possível por meio de elaboração de instrumentos de avaliação variados e de avaliação contínua.

Desse modo, deverá haver múltiplas atividades avaliativas por unidade curricular de modo a permitir o melhor acompanhamento por parte de tutores, professores, formadores e alunos.

Desta maneira, propõe-se utilizar avaliações periódicas e contínuas para o aprimoramento da aprendizagem dos discentes do curso. Entende-se por avaliação periódica aquela não cumulativa que se efetua no decurso do período letivo, em momentos, e através de elementos previamente definidos. Por sua vez, entende-se por avaliação contínua o processo cumulativo que reflete uma constante interação entre docentes e discentes. Funciona durante o período letivo e incide sobre diferentes tipos de trabalhos, escritos ou orais, e sobre a participação dos alunos nas atividades letivas. Aplicar-se-á, principalmente, a unidades curriculares cuja especificidade prática assim o exija.

Ambos os regimes avaliativos deverão prever a aquisição das capacidades e competências, tais como: conhecimento e capacidade de compreensão; realização de julgamento/tomada de decisões; comunicação; competências de autoaprendizagem.

As abordagens pedagógicas exigem uma prática educativa que considere as diferentes subjetividades do alunado que, por sua vez, desenvolvem formas e ritmos diversos de aprendizagens.

O processo de avaliação constitui-se como importante ferramenta para subsidiar a busca pela melhoria da qualidade de aprendizagem e do ensino e, consequentemente, para melhorar a qualidade do projeto pedagógico do curso.

Nesse contexto, a apreciação não é feita de forma estanque, mas está inserida em um processo sistemático e contínuo, tendo como objetivo primordial efetuar o diagnóstico sobre a aprendizagem dos discentes.

Os métodos avaliativos ocupam espaço relevante no conjunto das práticas pedagógicas aplicadas ao processo de ensino e de aprendizagem. Avaliar, neste contexto, não se resume à mecânica do conceito formal e estatístico; não é simplesmente atribuir notas, obrigatórias à decisão de avanço ou retenção do aluno em determinados componentes curriculares, mas, configura-se apenas como um parâmetro para se analisar a respeito dos objetivos pretendidos no processo ensino aprendizagem.

Existem várias técnicas de avaliação da aprendizagem. Porém, a escolha deve ser feita após o professor considerar as que melhor se ajustam aos objetivos definidos no plano de curso. Entre essas técnicas, podem-se destacar as seguintes:

- provas discursivas (dissertativas ou com perguntas curtas) – apresentam temas ou questões para que os alunos discorram sobre elas ou respondam a elas;
- provas objetivas – caracterizam-se por apresentarem objetividade na avaliação: brevidade da resposta e exatidão na correção. Geralmente, as questões podem assumir as formas de lacuna, certo ou errado, múltipla escolha, associação e ordenação, e a resposta é um sinal, número, palavra ou frase;
- provas práticas – são utilizadas para avaliar habilidades pessoais, podendo se referir tanto à execução de atividades quanto ao resultado de qualquer execução. São exemplos: aula expositiva ou seminário; trabalho de laboratório, clínica ou oficina; pesquisa de campo; manejo de equipamentos, maquinaria ou veículos; condução de uma entrevista; execução de uma peça musical etc.;
- provas orais – normalmente são utilizadas para avaliar tarefas que exijam habilidade de argumentação ou estudantes portadores de necessidades especiais.

A escolha das modalidades, critérios e instrumentos de avaliação das unidades curriculares é de competência do docente responsável e se aplicam aos alunos regularmente matriculados no Curso de Gestão em Segurança Pública, de modo a satisfazer as necessidades de cada componente curricular para alcance dos objetivos de ensino aprendizagem.

Quadro 21 - Matriz Curricular / Exigências Gerais para Integralização

TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO:
() Matutino
() Matutino e vespertino
() Matutino, vespertino e noturno () Noturno
() Vespertino
() Vespertino e noturno (X) Não se aplica.
CARGA HORÁRIA ELETIVA MÁXIMA 300
CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO: Mínima 330
Máxima 420
TEMPO PARA CONCLUSÃO (prazo em semestres): Padrão: 5 SEMESTRES
Máxima: 8 SEMESTRES
PERÍODO LETIVO DE INGRESSO: 1º semestre (x) Número de vagas: 100
2º semestre () Número de vagas

Quadro 22 - Identificação da Estrutura Curricular

Código do SIGAA da Estrutura Curricular:	
Ano e Período de Início do Funcionamento da Estrutura Curricular:	2025.2
Carga Horária em Componentes Obrigatórios	1455
Carga Horária em Componentes Optativos	90
Carga Horária em Atividades Curriculares Complementares	60
Carga Horária em Atividades Curriculares de extensão	195
Carga Horária Total do Curso	1800

Quadro 23 - Lista dos componentes curriculares optativos-

Código Sigaa	Componente Curricular	Carga Horária/Créditos				CH semanal (encontros semanais)	Equivalência (código e nome do componente)
		T	P	O	Total		
	SAÚDE MENTAL DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	30/2			30/2	1	
	USO DIFERENCIAL DA FORÇA	30/2			30/2	1	

	ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS GRUPOS VULNERÁVEIS	30/2			30/2	1	
	NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	30/2			30/2	1	
	BUSCA E APREENSÃO	30/2			30/2	1	
	POLÍCIA COMUNITÁRIA	30/2			30/2	1	

Legenda:

T - Teórica: Carga horária destinada ao desenvolvimento de aulas teóricas.

P - Prática: Carga horária prática a ser cumprida pelo aluno, sendo necessária a presença do docente com horário definido no SIGAA UERN.

O - Orientação: Carga horária de atividade prática a ser cumprida pelo aluno no campo profissional sem, necessariamente, a presença do docente. No cadastro de oferta não há horário definido no SIGAA para essa atividade. Exemplos: Prática do Componente Curricular, Estágios, UCE e Trabalho de Conclusão de Curso.

Estrutura Curricular (por período/ nível)

CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA EM SEGURANÇA PÚBLICA - UERN

MATRIZ CURRICULAR INTEGRAL

Quadro 24 - Estrutura Curricular 1 semestre

PRIMEIRO SEMESTRE

Código Sigaa	Componen te Curricular	Carga Horária/Créditos				CH semanal (encontr os semanais)	Equivalência (código e nome do componente)
		T	P	O	Total		
	História da segurança pública	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Ciência Política	30 hs			30 hs	2(1)	---

	Introdução à Economia	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Introdução À Sociologia	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Introdução à estatística	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Direito Constitucional	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Leitura e produção de textos	60 hs			60 hs	4(1)	---
	UCE I	15h s	30		45hs	3(1)	---

SEGUNDO SEMESTRE

Código Sigaa	Componen te Curricular	Carga Horária/Créditos				CH semana I (encontr os semanas is)	Equivalência (código e nome do componente)
		T	P	O	T ot al		
	Planejamento , Cultura Organização da Segurança	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Direitos Humanos	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Fundamentos da Gestão Pública e Gestão Integrada e Comunitária	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Direito Administrativo I	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Comunicação Administrativa	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Introdução à Antropologia	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Optativa 1	30 hs			30 hs	2(1)	---

	UCE II	15 hs	30hs		45 hs	3(1)	---
--	--------	-------	------	--	-------	------	-----

Obs CH:

T - teórica; P - prática; O - observação.

TERCEIRO SEMESTRE

Código Sigaa	Componente Curricular	Carga Horária/Créditos				CH semana I (encontrados semanas)	Equivalência (código e nome do componente)
		T	P	O	Total		
	Política e gestão pública de segurança	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Direito da Criança e do Adolescente e do Idoso	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Gestão de pessoas	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Direito Administrativo II	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Didática e Fundamentos da Educação	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Introdução à Psicologia	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Optativa 2	30 hs			30 hs	2(1)	---

	UCE III	15 hs	15hs		30 hs	2(1)	---
--	---------	-------	------	--	-------	------	-----

Obs CH:

T - teórica; P - prática; O - observação.

QUARTO SEMESTRE

Código Síga	Componen te Curricular	Carga Horária/Créditos				CH semana I (encontr os semanas is)	Equivalência (código e nome do componente)
		T	P	O	T ot al		
	Modelos, Sistema e instituições de Segurança Pública em uma perspectiva comparada	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Ética e Cidadania	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Direito Penal	60 hs			60 hs	4(1)	---
	Metodologia Científica e Projeto de Pesquisa	60 hs			60 hs	4(1)	---

	Relações humanas e Diversidade social	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Optativa 3	30 hs			30 hs	2(1)	---
	UCE IV	15 hs	15hs		30 hs	3(1)	---

Obs CH:

T - teórica; P - prática; O - observação.

QUINTO SEMESTRE

Código Sigaa	Componen te Curricular	Carga Horária/Créditos				CH semana I (encontr os semanas is)	Equivalênci a (código e nome do componente)
		T	P	O	T otal		
	Preservação e Valorização da Prova	30 hs			30 hs	2(1)	---
	Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	15 hs			15 hs	2(1)	---
	Análise de Cenários de Riscos	15 hs			15 hs	2(1)	---
	Saúde e Segurança do trabalho	15 hs			15 hs	2(1)	---
	Criminologia	60 hs			60 hs	2(1)	---

	TCC	60 hs			60 hs	2(1)	---
	Diversidad e Étnico Sócio Cultural	60 hs			60 hs	2(1)	---
	Tópicos Especiais em Segurança Pública	30 hs			30 hs	2(1)	---
	UCE V	45 hs	15hs	30h s	45 hs	2(1)	---

Obs CH:

T - teórica; P - prática; O - observação.

1 SEMESTRE

Numero	Nome	Carga horária	Créditos	Pré requisito
1.	História da segurança pública	60 horas	4	---
2.	Ciência Política	30 horas	2	---
3.	Introdução à Economia	30 horas	2	---
4.	Introdução À Sociologia	30 horas	2	---
5.	Introdução à estatística	30 horas	2	---
6.	Direito Constitucional	60 horas	4	---
7.	Leitura e produção de textos	60 horas	4	---
8.	UCE I	45 horas	2	---
		345		

Quadro 25 - Estrutura Curricular 2 semestre

2 SEMESTRE

Numero	Nome	Carga horária	Créditos	Pré requisito
1.	Planejamento, Cultura Organização da Segurança	30 horas	2	História da segurança pública
2.	Direitos Humanos	60 horas	4	Ciência Política
3.	Fundamentos da Gestão Pública e Gestão Integrada e Comunitária	60 horas	4	Introdução à Economia
4.	Direito Administrativo I	60 horas	4	Direito Constitucional
5.	Comunicação Administrativa	30 horas	2	Leitura e Produção de texto
6.	Introdução à Antropologia	30 horas	2	---
7.	Optativa 1	30 horas	2	---
8.	UCE II	45 horas	3	---
		345		

Quadro 26 - Estrutura Curricular 3 semestre

3 SEMESTRE

Número	Nome	Carga horária	Créditos	Pré requisito
1.	Política e gestão pública de segurança	60 horas	4	Planejamento, Cultura Organização da Segurança
2.	Direito da Criança e do Adolescente e do Idoso	60 horas	4	Direitos Humanos

3.	Gestão de pessoas	30 horas	2	Introdução à estatística Introdução à Economia
4.	Direito Administrativo II	60 horas	4	Direito Administrativo I
5.	Didática e Fundamentos da Educação	60 horas	4	Comunicação Administrativa
6.	Introdução à Psicologia	30 horas	2	---
7.	Optativa 2	30 horas	2	---
8.	UCE III	30 horas	2	---
		360		

Quadro 27 - Estrutura Curricular 4 semestre
4 SEMESTRE

Numero	Nome	Carga horária	Créditos	Pré requisito
1.	Modelos, Sistema e instituições de Segurança Pública em uma perspectiva comparada	60 horas	4	Política e gestão pública de segurança
2.	Ética e Cidadania	30 horas	2	Direito da Criança e do Adolescent e e do Idoso
3.	Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos	60 horas	4	Gestão de pessoas

4.	Direito Penal	60 horas	4	Direito Administrativo II
5.	Metodologia Científica e Projeto de Pesquisa	60 horas	4	Didática e Fundamentos da Educação
6.	Relações humanas e Diversidade social	30 horas	2	Introdução à Psicologia Introdução à Antropologia Sociologia
7.	Optativa 3	30 horas	2	---
8.	UCE IV	45 horas	2	---
		360		

Quadro 28 - Estrutura Curricular 5 semestre
5 SEMESTRE

Numero	Nome	Carga horária	Créditos	Pré requisito
1.	Preservação e Valorização da Prova	30 horas	2	Modelos, Sistema e instituições de Segurança Pública em uma perspectiva comparada
2.	Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	15 horas	1	Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos
3.	Análise de Cenários de Riscos	15 horas	1	Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos

4.	Saúde e Segurança do trabalho	15 horas	1	Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos
5.	Criminologia	60 horas	4	Direito Penal
6.	TCC	60 horas	4	Metodologia Científica e Projeto de Pesquisa
7.	Diversidade Étnico Sócio Cultural	60 horas	4	Relações humanas e Diversidade social
8.	Tópicos Especiais em Segurança Pública	30 horas	2	
9.	UCE V	45 horas	3	---
		330		

11 APOIO AO DISCENTE

Este tópico apresenta algumas orientações Acadêmicas ao Discente do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública (EaD) da UERN . A orientação acadêmica no curso de Tecnólogo em Segurança Pública na modalidade Educação a Distância (EaD) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) é um processo contínuo e sistemático, voltado para o acompanhamento, apoio e desenvolvimento integral do discente. Ela visa garantir não apenas o sucesso acadêmico, mas também a formação crítica, ética e profissional do estudante.

A orientação acadêmica no curso ocorre de forma regular e personalizada, com o objetivo de auxiliar os discentes em sua trajetória acadêmica. Cada professor-orientador será responsável por um número limitado de estudantes, garantindo um atendimento individualizado e eficaz. A periodicidade das orientações será definida conforme as necessidades dos discentes e as demandas do curso, podendo ocorrer cotidianamente, por meio de encontros virtuais síncronos (via plataformas digitais) ou assíncronos (por e-mail, fóruns ou mensagens no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA).

Além disso, os professores-orientadores atuarão como facilitadores no planejamento de estudos, na elaboração de trabalhos acadêmicos e na resolução de dúvidas

relacionadas ao conteúdo do curso. Essa prática busca fortalecer a autonomia do estudante, ao mesmo tempo em que oferece suporte para superar desafios acadêmicos.

O Regime de Acompanhamento Acadêmico é uma ação específica voltada para estudantes que apresentam dificuldades no acompanhamento do curso, seja por questões acadêmicas, pessoais ou de adaptação à modalidade EaD. Esse regime inclui:

- Diagnóstico: Identificação das dificuldades por meio de avaliações diagnósticas, feedbacks dos tutores e professores, ou autoavaliação do discente.
- Plano de Ação: Elaboração de um plano individualizado de estudos, com metas claras e prazos definidos, em parceria com o professor-orientador.
- Acompanhamento: Monitoramento contínuo do progresso do estudante, com reuniões periódicas para ajustes no plano de ação.
- Recursos de Apoio: Disponibilização de materiais complementares, aulas de reforço e atividades de nivelamento, quando necessário.

Essa iniciativa visa garantir que todos os discentes tenham condições de superar suas dificuldades e concluir o curso com êxito.

O curso de Tecnólogo em Segurança Pública (EaD) da UERN conta com uma série de programas e projetos institucionalizados, geridos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg), Pró-Reitoria de Extensão (Proex), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Proeg) e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae).

No âmbito da PROEG serão apresentados aos alunos a possibilidade de se inserir no:

- Programa Institucional de Monitoria (PIM);
- Projeto de Ensino de Graduação (PEG).

No âmbito da PRAE as ações são voltadas para o acolhimento, permanência e sucesso dos estudantes; dentre várias ações destacam-se:

- Programa de Apoio ao Estudante (PAE);
- Auxílio Inclusão Digital;

Outras ações que consolidam o Apoio ao Estudante através do Acolhimento e Permanência:

- Programa de Acolhimento ao Calouro (PAC): Realizado no início de cada semestre, o PAC promove a integração do estudante ao ambiente virtual, apresentando as ferramentas do AVA, as metodologias do EaD e as diretrizes do curso.

Acessibilidade Metodológica e Instrumental

- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI): Oferece suporte a estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas, disponibilizando recursos como materiais em formatos acessíveis, intérpretes de Libras e tecnologias assistivas.

Tutoria e Monitoria

- Tutoria: Tutores presenciais e a distância acompanham os estudantes, esclarecendo dúvidas, mediando o acesso aos conteúdos e incentivando a participação nas atividades.

- Monitoria: Discentes com bom desempenho acadêmico atuam como monitores, auxiliando colegas em disciplinas específicas e promovendo grupos de estudo.

Nivelamento

- Cursos de Nivelamento: Oferecidos no início do curso, abordam conteúdos básicos de língua portuguesa, matemática e metodologia científica, visando reduzir deficiências de formação prévia.

Intermediação e Acompanhamento de Estágios Não Obrigatórios Remunerados

- Central de Estágios: Responsável por intermediar oportunidades de estágio em órgãos públicos e privados relacionados à área de segurança pública, além de acompanhar o desempenho do estudante durante a prática profissional.

Apoio Psicopedagógico

- Serviço de Apoio Psicopedagógico: Oferecido pela Prae, proporciona atendimento individualizado para auxiliar estudantes em questões emocionais, de adaptação ao curso ou de organização dos estudos.

Participação em Centros Acadêmicos, Intercâmbios e Outras Ações

- Centro Acadêmico: Espaço de representação estudantil que promove atividades culturais, científicas e políticas, fortalecendo o senso de pertencimento à comunidade acadêmica.

- Intercâmbios Nacionais e Internacionais: Programas como o "UERN sem Fronteiras" incentivam a mobilidade acadêmica, ampliando as oportunidades de formação e experiência profissional.

Ações Inovadoras e Exitosas

- Projetos de Extensão: Integração entre teoria e prática por meio de projetos comunitários, campanhas educativas e parcerias com instituições de segurança pública.

- Feiras e Seminários: Eventos que promovem a divulgação de pesquisas, troca de experiências e networking entre discentes, docentes e profissionais da área.

A orientação acadêmica no curso de Tecnólogo em Segurança Pública (EaD) da UERN é um processo dinâmico e participativo, que envolve toda a comunidade acadêmica. Por meio de ações integradas e programas institucionalizados, busca-se garantir o acesso, a permanência e o êxito dos discentes, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e comprometidos com a segurança pública e a cidadania.

Será feita orientação acadêmica como forma de acompanhamento e orientação aos estudantes, em relação à periodicidade e à quantidade de alunos orientados por professor.

O AVEA será um grande instrumento de acompanhamento e apoio aos estudantes pela viabilidade de comunicação e interação entre todos os membros do curso. O AVEA viabiliza a comunicação assíncrona entre professores ou colegas, permitindo comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento em fóruns, enviar certa produção ao professor, compartilhar trabalhos desenvolvidos com os demais colegas, acessar ementas e programas de disciplinas, bibliografias de referência, artigos on-line e outras informações importantes para um bom desempenho no curso. Mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo também estão presentes no ambiente, através, por exemplo, de fóruns especializados por área de conhecimento.

Os AVEA proporcionam as seguintes funcionalidades:

- a) Ferramentas de criação de conteúdo on-line – em que os designers e professores colocam textos, animações, áudios, vídeos, simulações, avaliação de aprendizagem etc.;
- b) Ferramentas de avaliação de aprendizagem – as atividades podem ter resposta automática (questões de múltipla escolha, certo/errado, etc.) e resposta descritiva, em que os professores e/ou tutores comentam os trabalhos dos alunos. Em qualquer caso, as atividades devem ficar registradas na plataforma;
- c) Portal de informação por curso;
- d) Link com o portal da UERN;
- e) Ferramenta de registro acadêmico;
- f) Ferramentas de colaboração: chats, listas de discussão, fóruns etc. A interação com os demais colegas do curso, com os tutores e professores será facilitada por essas ferramentas;
- g) Ferramentas de apoio: lista de contatos, “Fale com o professor”, “Fale com a monitoria”, “Fale com a tutoria”, webmail, entre outros. Por meio dessas ferramentas

o aluno terá diversas possibilidades de resolver suas dúvidas;

- h) Ferramentas de pesquisa: bibliotecas, eventos, busca no ambiente de aprendizagem e na internet. As ferramentas de pesquisa expandem e conferem autonomia e independência ao aluno na busca de fontes alternativas de informação;
- i) Ferramentas de secretaria: conceitos, agenda, cronograma, informações. Este grupo de ferramentas foi criado para que o aluno possa organizar sua agenda, receber os *feedbacks* ou ainda para tirar suas dúvidas sobre seu desempenho no curso.

12 AVALIAÇÃO

12.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As ações formativas devem ser submetidas a processos de avaliação sistemático, garantindo, assim, a qualidade e a excelência das referidas ações. As avaliações no **contexto online** deve acontecer de maneira diagnóstica, a identificar as potencialidades e limites dos cursistas, e formativas, no percurso de aquisição dos novos conhecimentos, de maneira a possibilitar reflexão, para que facilite a construção autônoma do conhecimento. Um dos aspectos fundamentais no processo avaliativo é o *feedback* por parte do professor àquele que se encontra em processo de aprendizagem. Deve-se, portanto, evitar avaliações formais cujas questões requisitem respostas pontuais dos alunos. O trabalho como princípio educativo serão necessários para enriquecer e tornar significativa a construção do conhecimento. Faz-se importante explicitar, de forma objetiva, a sistemática de avaliação do ensino-aprendizagem, em conformidade com o Regimento Geral da UERN. Segundo a Subseção V Da Avaliação do Rendimento Acadêmico tem-se:

Art. 137. Consistem-se instrumentos de avaliação: I – as provas orais e escritas; II – textos elaborados a partir de trabalhos de pesquisa e extensão; III – seminários; IV – exercícios; V – aulas práticas ou de campo; VI – autoavaliações; VII – apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos; VIII – oficinas; IX – por órios; X – trabalhos individuais e em grupos; XI – outros instrumentos específicos propostos nos PPCs ou nos PGCCs.

[...]

Art. 142. Nos componentes curriculares de 03 (três) ou mais créditos, será aprovado por média o(a) estudante que obter média ponderada igual ou superior a sete, nas três avaliações parciais, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $MP = (A1 \times 4) + (A2 \times 5) + (A3 \times 6)/15$

Parágrafo único. Na fórmula do caput deste artigo, MP é média parcial, A1 é a nota da primeira avaliação, A2 é a nota da segunda avaliação e A3 é a nota da terceira avaliação. Art. 143. Nos componentes curriculares de (02) dois créditos, será aprovado por média o(a) estudante que obtenha média ponderada igual ou superior a sete, nas duas avaliações parciais, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $MP = (A1 \times 4) + (A2 \times 5)/9$.

A avaliação é compreendida como um processo contínuo e cumulativo, devendo ser realizada, ao longo do semestre letivo, pelos diferentes componentes curriculares, através dos critérios de assiduidade e aprendizagem. O Anexo único da Resolução Nº 01/2022 - Consuni, de 08 de fevereiro de 2022 e em seu Art. 132 regem o intento.

A assiduidade será aferida individualmente, devendo os(as) docentes dos componentes curriculares verificar a frequência e a pontualidade: I – é obrigatória a frequência mínima de 75% do total das aulas para aprovação; II – não existe, como norma geral, abono de falta, salvo em situações especiais previstas em legislação.

As atividades acadêmicas que não se caracterizam como aulas serão avaliadas de acordo com os critérios específicos de cada uma delas. Por aula entende-se a atividade didática sistematicamente planejada e ministrada por um(a) ou mais professores(as), tendo como intencionalidade a produção de conhecimento e a formação humana, com o uso de estratégias e instrumentos pedagógicos adequados aos fins da atividade, bem como a participação ativa e eticamente comprometida de docentes e discentes com o processo de ensino e aprendizagem dos saberes curriculares e demais saberes instituídos pelos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. § 3º As aulas são planejadas conforme Programa Geral do Componente Curricular – PGCC e o cronograma a ser cumprido durante o semestre letivo, com a carga horária estabelecida para o componente curricular. § 4º É possível o cômputo de falta em aula extra, quando esta estiver prevista no cronograma do Programa Geral do Componente Curricular ou em regulamentação específica do Consepe. Art. 133. Os(as) docentes responsáveis pelos componentes curriculares devem verificar e registrar as circunstâncias que justificam o abono de faltas, após receber da Unidade Acadêmica a documentação apresentada pelo estudante.

Nesse sentido, embora os documentos reguladores há muito preconizam a necessidade de se romper com a dicotomia teoria-prática, os cursos de graduação parecem não ter conseguido uma tal aproximação. Isso ocorre em grande parte pelo fato de apenas associarem prática às atividades de laboratório ou de campo. Para essa aproximação, é preciso romper com a visão tradicional de prática, ampliando sua compreensão. Pode haver prática em toda disciplina do currículo; por meio da reflexão contextualizada, por meio da análise de material didático, por meio de elaboração de material, por meio de maior contato com a realidade, por exemplo. O curso proposto se ancora nessa compreensão ampla, buscando oferecer oportunidade de aprendizagem contextualizada em todos os componentes

curriculares.

Embora exista distribuição de tarefas para os autores de cursos EaD que podem provocar compartimentação, para favorecer uma proposta de interdisciplinaridade, faz-se necessário que toda a equipe entenda o perfil do profissional que o curso quer formar, os objetivos das disciplinas e a articulação dos conteúdos. Para isso, essa equipe precisa manter diálogo constante.

A avaliação pode ser dividida em três momentos: avaliação na entrada do aluno (antes do início do curso); formativa (durante o curso) e somativa (ao final do curso). Assim, a avaliação será diversa, por exemplo: questionários, análise de casos, exercícios, mapa mental, texto colaborativo através da atividade Wiki, disponível no ambiente Moodle, além de texto online. (Mattar, 2012)

A coordenação do curso deverá promover encontros frequentes com a equipe de professores, para planejamento de atividades integradas e articuladas. Ademais, os componentes curriculares intitulados Tópicos especiais servirão como seminários de integração de saberes que serão construídos ao longo do curso, uma vez que para construção desse trabalho final será preciso fazer emergir saberes variados.

A avaliação constitui-se elemento dos mais importantes no processo de ensino aprendizagem a distância. Portanto, neste curso, compreendemos a avaliação para além do diagnóstico (embora precisemos do diagnóstico para encaminhar o redimensionamento para possibilitar o aprendizado). Além disso, levando em consideração as características do público da EAD, faz-se necessário estruturar formas diversificadas de avaliação e de atividades que permitam que o aluno reflita sobre seu aprendizado para que seja mais autônomo, crítico e responsável. Os métodos avaliativos ocupam espaço relevante no conjunto das práticas pedagógicas aplicadas ao processo de ensino e de aprendizagem.

12.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) adota um processo contínuo de avaliação de seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), incluindo o curso de Tecnologia em Segurança Pública na modalidade a distância.

Essas avaliações, tanto internas (autoavaliações) quanto externas, têm como objetivo identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias. Com base nos resultados obtidos, são planejadas e implementadas ações acadêmico-administrativas visando ao aprimoramento contínuo do planejamento e execução dos cursos. Isso inclui ajustes curriculares, capacitação docente, melhorias na infraestrutura e na oferta de recursos didático-pedagógicos, entre outras iniciativas.

A UERN valoriza a participação de toda a comunidade acadêmica nesse processo, incentivando a colaboração de docentes, discentes e técnicos

administrativos na construção de um ambiente educacional de excelência.

A autoavaliação do curso de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) é um processo contínuo que visa ao aprimoramento da qualidade acadêmica e administrativa. É prática comum na UERN implementar programas de avaliação continuada para verificar as condições de funcionamento dos cursos.

A autoavaliação envolve a participação de diversos segmentos da comunidade acadêmica, incluindo docentes, discentes e técnicos administrativos. Em decorrência dela e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), serão planejadas ações acadêmico-administrativas visando o aprimoramento contínuo do planejamento do curso:

São utilizados, além dos instrumentos institucionais disponibilizados pela COSE e AAI, questionários, entrevistas e análises de indicadores de desempenho para coletar dados sobre diferentes aspectos do curso, como:

- Qualidade do ensino;
- Infraestrutura disponível;
- Atuação do corpo docente;
- Satisfação dos estudantes;
- Eficiência dos processos administrativos.

A Semana de Avaliação e Planejamento do curso será realizada anualmente por ocasião do início do ano letivo, conforme o Calendário Universitário da UERN. O Plano de Ação será elaborado logo que a coordenação do curso for institucionalmente constituída através de Portaria, e será subsidiada pela PROEG e Assessoria de Avaliação Institucional (AAI).

Os resultados dessa autoavaliação serão analisados para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias. Com base nessas análises, são elaborados planos de ação que podem incluir:

- Revisão e atualização do currículo;
- Desenvolvimento de programas de capacitação para docentes;
- Investimentos em infraestrutura e recursos didáticos;
- Implementação de novas metodologias de ensino.

Esse ciclo de autoavaliação e aprimoramento contínuo assegura que o curso se mantenha alinhado às necessidades dos estudantes e às demandas do mercado de trabalho, serão feitas semestralmente, promovendo uma formação de excelência em

Segurança Pública. Será realizado em cooperação entre o curso, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG).

Quanto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), a sua implantação está prevista tão logo seja definido o corpo docente do curso; será instituído através de Portaria emitida pelo departamento acadêmico ao qual está vinculado.

O seu funcionamento, instituindo por meio de portaria do colegiado do curso de Direito, objetiva sistematizar a Fundamentação técnica do curso.

- O Núcleo Docente Estruturante é composto por dois representantes dos professores, um representante dos técnicos, pelo coordenador do estágio 137 supervisionado, pelo chefe do departamento, pelo orientador acadêmico do curso (UERN, 2013) e de professores colaboradores “que se ocupa da concepção do curso e de sua consolidação, desenvolvendo suas atividades de modo articulado com as entidades representativas e deliberativas de professores e alunos” (UERN, 2013, Art. 2º), considerando as demandas sociais locais e regionais, as diretrizes curriculares nacionais e, a missão da Universidade. O trabalho do NDE não se confunde com atividades que atendam a demandas de ordem burocrática.

- De acordo com a Resolução n. 059/2013 – CONSEPE/UERN, são atribuições deste colegiado:

- I - Formular o Projeto Pedagógico do Curso - PPC, estabelecendo os seus princípios definindo seu currículo, suas estratégias metodológicas e o perfil do profissional egresso; II - Acompanhar a implantação do PPC do curso e atualizá-lo periodicamente com vistas a garantir sua sintonia com a dinâmica das demandas sociais, com as políticas públicas da área e as diretrizes nacionais, assegurando o perfil desejado para o profissional egresso; III - Contribuir na discussão das concepções de estágio supervisionado, no planejamento de suas atividades e na elaboração de mecanismos avaliativos, de modo a assegurar o cumprimento de sua função na formação do aluno; IV - Propor atividades estratégicas para o fomento à interdisciplinaridade e à articulação teoria-prática, considerando as relações dialéticas existentes entre estas no processo de formação; V - Acompanhar a produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso -TCC para que estejam efetivamente conectados ao projeto do curso e às realidades de seu campo de atuação; VI - Incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e de atividades de extensão que fortaleçam a graduação, contribuindo para a consolidação da identidade do curso e obtenção da formação desejada para o egresso; VII – Orientar os demais docentes na consecução dos Programas Gerais dos Componentes Curriculares –PGCC, de modo a assegurar que este efetivamente expresse o PPC do Curso; VIII - Desenvolver estratégias de acompanhamento e avaliação do processo de consolidação do curso e desenvolvimento dos alunos na sua relação com seus objetos de estudo e com os demais atores sociais; IX - Elaborar juntamente com a comunidade acadêmica e entidades representativas de alunos e da sociedade em geral, um conjunto de princípios norteadores para o curso com o intuito de cumprir com o seu propósito

social; X - Incentivar a discussão a respeito das questões étnico-raciais, das diferenças socioeconômicas, das pessoas com deficiência, das questões de gênero, das religiosidades, das diversas expressões culturais, das minorias e dos direitos humanos em geral, promovendo assim a formação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando a construção de relações positivas entre diferentes grupos de pessoas, rumo à consolidação de uma nação democrática onde as diferentes identidades são preservadas; XI - Estimular e promover a integração de políticas de educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente; XII - Adotar estratégias para garantir que o PPC do curso e a formação dos alunos reflitam os valores universais, como a ética, o compromisso com o 138 coletivo e com a natureza, o cooperativismo, a democracia e a preservação da identidade cultural local e nacional; XIII - Acompanhar e discutir os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e propor estratégias para melhoria dos resultados quando for o caso; XIV - Estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento da legislação em vigor para que o curso possa alcançar os seus objetivos; XV - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso. (UERN, 2013).

A projeto pedagógico do curso prevê atividades síncronas e assíncronas do mesmo funcionarão como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- a) adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- b) prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- c) inclusão de atividades contextualizadas;
- d) manutenção de diálogo permanente com o estudante;
- e) consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- f) disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;
- g) adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- h) adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;

Outro ponto de valiosa observância é o Regime de Exercícios Domiciliares, esses procedimentos relativos à concessão deste Regime são disciplinados pelo Regulamento dos Cursos de Graduação e pelo Manual de Procedimentos Acadêmicos da Uern (Regimento da UERN, 2016).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. Teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p.109.

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 277, de 7 de dezembro de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder executivo, DF, 11 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília, DF, 2010

BRASIL. Constituição do Estado do Rio Grande do Norte

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em Acesso em 21 Mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. MEC, 2013.

Brasília, DF, 2013. Disponível em Acesso em 21 Mar. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

BUARQUE, Cristovam. A aventura da universidade. 2.ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MEC.

**<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Disponível em:
30/06/2017**

DRUCKER, Peter. O gerente eficaz. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Extraído do sítio da internet, disponível em:
[<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/segurança-publica/orgaos-de-segurança-1/conceitos-basicos>](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/segurança-publica/orgaos-de-segurança-1/conceitos-basicos). Acesso em 22 de novembro de 2017.

Extraído do sítio da internet, disponível em:

[<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/segurança-publica/orgaos-de-segurança-1/conceitos-basicos>](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/segurança-publica/orgaos-de-segurança-1/conceitos-basicos). Acesso em 22 de novembro de 2017.

Informação extraída da internet. Disponível em:
[<http://www.guiadacarreira.com.br/cursos/segurança-publica/>](http://www.guiadacarreira.com.br/cursos/segurança-publica/). Acesso em 22 de novembro de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA-INEP/MEC. – <http://www.inep.gov.br/> Disponível em 20 de junho de 2017.

MELLO, Sebastião Luiz de. Guia de Orientação Profissional do Tecnólogo em determinada área da administração/Sebastião Luiz de Mello, José Samuel de Melo Junior, Hercules da Silva Falcão—Brasília:CFA/CRAS, 2012, p.8

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 24^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009, pág. 804.

SICHONANY JÚNIOR, Wilson Klippel. Segurança pública: obrigação ou faculdade dos municípios?. In: Segurança, justiça e cidadania: perícia e investigação criminal. Ano 06, nº 09. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2014, pág. 128. Disponível em:

[<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/segurança-publica/analise-e-pesquisas/download/revista_segurança/revista-segurança-justica-e-cidadania numero-9.pdf>](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/segurança-publica/analise-e-pesquisas/download/revista_segurança/revista-segurança-justica-e-cidadania numero-9.pdf). Acesso em 21 de novembro de 2017.

SILVA, Carlos Sérgio Gurgel. Políticas de segurança pública e liberdade nas cidades brasileiras. Reflexões e proposições. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4624, 28 fev. 2016. Disponível em:
[<https://jus.com.br/artigos/46798>](https://jus.com.br/artigos/46798). Acesso em: 22 nov. 2017.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5º ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Disponível em: <https://portal.uern.br/pdi/>

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução nº 28/2018/CONSEPE/UERN, de 18 de julho de 2018. Dispõe sobre o Ensino a Distância – EaD - no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução nº 26/2017/CONSEPE/UERN, de 28 de junho de 2017. Aprova o Regulamento de Cursos de Graduação presenciais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução nº 14/2017/CONSEPE/UERN, de 29 de março de 2017. Aprova o Regulamento Geral da Extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

ZANOBINI, Guido. Corso de direto administrativo. Milão: Giuffrè, 1968. v. 4.

APÊNDICE A - EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1º PERÍODO		
Nome do componente:	História da segurança pública	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora
Departamento de origem: Direito–Campus Avançado de Natal		
Pré-requisito: Não possui pré requisito		
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 60h / 04		
EMENTA: Conceito de segurança pública. Evolução histórica da segurança pública: do Brasil Colônia até a República no século XXI. Surgimento dos órgãos de segurança pública. A estrutura dos principais órgãos de segurança pública, Situação atual da segurança pública no Brasil.		
OBJETIVO (GERAL): Compreender a evolução histórica, os fundamentos e a estrutura dos órgãos de segurança pública no Brasil, analisando seu desenvolvimento desde o período colonial até a atualidade, para refletir criticamente sobre os desafios contemporâneos e as possibilidades de reforma na área de segurança pública, em consonância com a promoção dos direitos cidadãos e a construção de uma sociedade mais justa e segura.		
CONTEÚDO (GERAL): Introdução à Segurança Pública <ul style="list-style-type: none"> ① Conceitos básicos e importância da segurança pública. 2. História da Segurança Pública no Brasil <ul style="list-style-type: none"> ① Desenvolvimento da segurança pública do Brasil Colônia à República. 3. Órgãos de Segurança Pública <ul style="list-style-type: none"> ① Estrutura e função das polícias militares, civis e órgãos federais. 4. Reformas no Sistema de Segurança <ul style="list-style-type: none"> ① Mudanças e desafios nas polícias, com foco em violência e responsabilidade. 5. Situação Atual da Segurança Pública <ul style="list-style-type: none"> ① Problemas atuais e estratégias para combater a criminalidade. 6. Perspectivas Futuras <ul style="list-style-type: none"> ① Propostas de reforma, inclusão social e prevenção da violência. 		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Zaffaroni, E. R. (2012). *A história do crime e da punição no Brasil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
2. Rabelo, L. (2010). *Segurança Pública: História e Políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
3. SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública tem saída. Rio de Janeiro: Sextante. 2006.
4. HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
2. FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.
3. LAZZARINI, Álvaro. Estudos de direito administrativo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
3. Silva, A. (2015). *História da Segurança Pública no Brasil: Uma Análise Crítica*. Brasília: Editora UnB.
4. Lima, J. (2017). *Políticas de Segurança Pública no Brasil: Um Estudo de Caso*. São Paulo: Editora Atlas.
5. Santos, M. (2018). *Segurança, Crime e Justiça: Uma História Social*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

1º PERÍODO

Nome do componente:	Ciência política	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora			
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Não possui pré-requisito				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30h / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30h / 02				

EMENTA:

Ciência Política: poder, governo, autoridade, Estado e sociedade. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna. Sociedade, Estado e mercado. Estado: origem, justificação, elementos constitutivos, formação e modificação. Formas de Estado, formas e regimes de Governo. Funções do Estado e revisão da separação dos poderes estatais. Democracia e sistemas representativos. O pensamento político ocidental moderno no contexto internacional: teoria do Estado Contemporâneo, complexidade, governança e pós-modernidade.

OBJETIVO (GERAL):

Conhecer os conceitos de Estado, poder, Governo e autoridade, entendendo o pensamento político e a complexidade da democracia e de seus sistemas representativos

CONTEÚDO (GERAL):

1. Conceitos básicos: poder, governo, autoridade, Estado e sociedade.
2. Evolução do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Moderna.
3. Sociedade, Estado e mercado: relações e influências.
4. Origem e fundamentos do Estado: teorias sobre sua formação.
5. Tipos de Estado e formas de governo.
6. Funções do Estado e separação dos poderes.
7. Democracia e sistemas representativos.
8. Teoria do Estado Contemporâneo: complexidade, governança e pós-modernidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Sartori, G. (2007). *Teoria da Democracia: Um Estudo Comparado*. Brasília: Editora UnB.
2. Bobbio, N. (1992). *Teoria Geral do Direito*. São Paulo: Editora Campus
3. AZAMBUJA, Darcy. *Teoria geral do estado*. 38 ed. São Paulo: Ed. Globo, 1998.
4. *Ciência política*. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
5. MALUF, Said. *Teoria geral do estado*. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. *Elementos de teoria geral do estado*. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do Estado - Novos Paradigmas em face da Globalização*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
3. Dahl, R. A. (1989). *Democracia e seu Crítico*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
4. Held, D. (2006). *Modelos de Democracia*. São Paulo: Editora Unesp.
5. Linz, J. J., & Stepan, A. (1996). *Civic Culture, Democracy and the State*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

1º PERÍODO			
Nome do componente:	Introdução à Economia	Classificação: Obrigatória	
Código Sigaa:	Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	
Pré-requisito: Não possui pré-requisito			
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)			
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02			
EMENTA: Fundamentos de economia: microeconomia e macroeconomia. Noções de Economia Monetária. Introdução ao crescimento e desenvolvimento econômico. Noções de Economia Internacional. Revisão de conceitos.			
OBJETIVO (GERAL): conhecer conceitos econômicos e estatísticos que possibilitem entender o desenvolvimento econômico e a leitura de gráficos para uma visão quantitativa mais ampla			
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos de Economia: introdução à microeconomia e macroeconomia. 2. Noções de Economia Monetária. 3. Conceitos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico. 4. Noções de Economia Internacional. Revisão de conceitos econômicos essenciais. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2010). *Economia*. São Paulo: McGraw-Hill. 2. Mankiw, N. G. (2016). *Princípios de Economia*. São Paulo: Cengage Learning. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: <ol style="list-style-type: none"> 3. Krugman, P., & Wells, R. (2015). *Microeconomia*. Rio de Janeiro: Elsevier. 4. Stiglitz, J. E. (2003). *Economia do Setor Público*. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall. 5. Piketty, T. (2014). *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES: <ol style="list-style-type: none"> 1. Mankiw, N. G. (2017). <i>Princípios de Economia</i> (8ª edição). Cengage Learning. 2. Krugman, P. & Wells, R. (2018). <i>Microeconomia</i> (4ª edição). Editora Elsevier. 3. Samuelson, P. A. & Nordhaus, W. D. (2010). <i>Economia</i> (19ª edição). McGraw-Hill. 4. Blanchard, O. & Johnson, D. R. (2017). <i>Macroeconomia</i> (7ª edição). Pearson. 5. Varian, H. R. (2014). <i>Microeconomia: Princípios e Aplicações</i> (8ª edição). Editora Campus. 			

1º PERÍODO		
Nome do componente:	Introdução à Estatística	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: Não possui pré-requisito		
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02		

EMENTA:

Estatística e análise exploratória de dados. Gráficos. Medidas de posição central. Amostragem

OBJETIVO (GERAL):

Introduzir os conceitos fundamentais de estatística e análise de dados, capacitando o aluno a interpretar e representar dados de forma clara e a aplicar técnicas de amostragem e medidas de posição central.

CONTEÚDO (GERAL):

1. Introdução à Estatística e Análise Exploratória de Dados.
2. Representação Gráfica de Dados.
3. Medidas de Posição Central.
4. Técnicas de Amostragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Triola, M. F. (2018). **Introdução à Estatística**. São Paulo: Pearson.
2. Anderson, D. R., Sweeney, D. J., & Williams, T. A. (2015). **Estatística**. São Paulo: Cengage Learning.
3. HUBBARD, R. G.; O'BRIEN, A. P. *Introdução à economia*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
4. PASSOS, C. R. M.; NOGANI, O. *Princípios de economia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2012.
5. BUSSAB, W. de O. *Estatística Básica*. São Paulo: Editora Saraiva: 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. VASCONCELLOS, M. A. S. *Economia: Micro e Macro*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
2. PINHEIRO, J. I. D. *Estatística Básica*. São Paulo: Campus, 2008
3. Freund, J. E., & Walpole, R. E. (2005). **Matemática e Estatística para Administração e Economia**. São Paulo: Editora Prentice Hall.
4. Cochran, W. G. (1977). **Sampling Techniques**. New York: John Wiley & Sons.
5. Agresti, A., & Finlay, B. (2009). **Estatística**. São Paulo: Editora Pearson.

1º PERÍODO			
Nome do componente:	Introdução á sociologia	Classificação: Obrigatória	
Código Sigaa:	Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	
Pré-requisito: Não possui pré-requisito			
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)			
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02			

EMENTA:

O contexto histórico do surgimento da sociologia. A sociologia e a modernidade. A sociologia como disciplina científica. Conceitos fundamentais: indivíduo e sociedade, grupos sociais, comunidade e sociedade, estrutura e organização social, valores e normas sociais, papel e status.

OBJETIVO (GERAL):

conhecer o conceito de sociologia, sua evolução e seus estudos relativos a grupo, normas e valores

CONTEÚDO (GERAL):

1. Surgimento da Sociologia e sua relação com a Modernidade.
2. A Sociologia como Ciência.
3. Conceitos Básicos:
 - ① Indivíduo e Sociedade
 - ① Grupos e Estrutura Social
 - ① Comunidade e Organização Social
 - ① Valores, Normas, Papel e Status

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Giddens, A. (2010). *Sociologia*. São Paulo: Editora Globo.
2. Durkheim, É. (2013). *A Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
3. ALCOFORADO, Rogério Emiliano Guedes. Uma breve história dos direitos fundamentais: do esboço teórico ao mundo real. – Mossoró: EDUERN, 2017.
4. ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. – 5 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.
5. LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. – 7^aed. São Paulo: Ática, 1999.
5. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. Coleção primeiros passos. – 2^aEd. – Editora brasiliense, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. AGUIAR, Roberto A. R de. Direito, Poder e Opressão. – Editora Alfa-Ômega, 1990.
2. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A desordem mundial: o espectro da total dominação. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.
3. Weber, M. (1999). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
4. Bourdieu, P. (2001). *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Editora 34.
5. Bauman, Z. (2001). *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

1º PERÍODO				
Nome do componente:	Direito Constitucional	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora		
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Não possui pré-requisito				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 60H / 04				
EMENTA: Teoria da Constituição. Teoria do Direito Constitucional. Constituições Brasileiras. Princípios Fundamentais. Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais em Espécie. OBJETIVO (GERAL): conhecer a estrutura e os princípios fundamentais do Estado				
CONTEÚDO (GERAL):				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Teoria da Constituição. 2. Teoria do Direito Constitucional. 3. História das Constituições Brasileiras. 4. Princípios Fundamentais. 5. Teoria dos Direitos Fundamentais. 6. Direitos Fundamentais em Espécie. 				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
1. Gomes, L. (2018). *Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva. 2. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). *Brasília: Senado Federal 3. BARROSO, Luís R. <i>O Direito constitucional e a efetividade de suas normas</i> . 7 ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 4. MORAES, Alexandre de. <i>Direito constitucional</i> . 28 ed., São Paulo : Atlas, 2012. 5. SILVA, José Afonso da. <i>Curso de direito constitucional positivo</i> . 34 ed., São Paulo : Malheiros, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				

- 1.BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição federal anotada*. 6 ed., São Paulo : Saraiva, 2005.
- 2.CUSTÓDIO, Antonio Joaquim F. *Constituição federal interpretada pelo STF*. 8 ed. São Paulo: Juarez
3. Canotilho, J. J. (2003). *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina.
4. Mendes, G., & Branco, P. (2017). *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
5. Barroso, L. (2018). *Direito Constitucional Contemporâneo: Transformações e Críticas*. São Paulo: Editora Saraiva.

1º PERÍODO

Nome do componente:	Leitura e produção de textos	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora		
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Não possui pré-requisito				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 60h / 04				

1º PERÍODO

EMENTA:

Leitura e produção de textos, com ênfase nos gêneros discursivos presentes no mundo acadêmico das ciência e tecnologia. Produção de textos, artigos e trabalhos científicos.

OBJETIVO (GERAL):

Desenvolver habilidades de leitura e produção de textos acadêmicos, com foco nos gêneros discursivos das áreas de ciência e tecnologia, capacitando o aluno a elaborar artigos e trabalhos científicos.

CONTEÚDO (GERAL):

1. Leitura e interpretação de textos acadêmicos.
2. Estrutura e organização de textos científicos.
3. Produção de artigos e trabalhos acadêmicos.
4. Princípios e técnicas de redação acadêmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Koch, I. (2013). *Texto e Discurso: Perspectivas de Análise*. São Paulo: Editora Contexto.
2. Marcuschi, L. A. (2008). *A Produção Textual na Escola: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Parábola
3. MOTTA-ROTH, D. Redação acadêmica: princípios básicos. Santa Maria:Universidade Federal de Santa Maria, Imprensa Universitária, 2006.
4. FARACO, C. A.; TEZZA, C. Oficina de textos. Petrópolis RJ: Vozes, 2003.
5. FERREIRA, M. Redação, palavra e arte. São Paulo: Editora Atual, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. CEREJA, W. R; MAGALHÃES, T C. Português: linguagens. Volume I, II e III. 6.ed.reform. São Paulo: Atual, 2008.
2. BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna,2001.
3. Antunes, J. (2014). *Leitura e Produção de Textos: Reflexões e Práticas*. São Paulo: Editora Moderna.
4. Bechar, S. (2016). *Como Ler e Escrever Textos Acadêmicos*. São Paulo: Editora Contexto.
5. Mello, M. (2015). *A Importância da Leitura e da Escrita na Formação do Cidadão*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

2º PERÍODO

Nome do componente:	Planejamento, cultura e organização da segurança	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	

Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	
Pré-requisito: HISTÓRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)	
Carga horária/Crédito:	
Aulas Teóricas:	30H / 02
Aulas Práticas:	____ / ____
Orientação:	____ / ____
Total:	30H / 02
EMENTA: Planejamento, Organização, Controle e Avaliação dos impactos da segurança Pública. Estratégia. Estratégia na Segurança Pública. Cultura Organizacional. Cultura Policial.	
OBJETIVO (GERAL): Entender a Cultura policial e os princípios e administrativos da segurança pública	
CONTEÚDO (GERAL):	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejamento e Organização em Segurança Pública. 2. Controle e Avaliação dos Impactos na Segurança Pública. 3. Fundamentos e Aplicação da Estratégia na Segurança Pública. 4. Cultura Organizacional e Cultura Policial. 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. Ferreira, A. (2014). *Planejamento e Gestão em Segurança Pública*. São Paulo: Editora Atlas.	
2. Santos, C. (2016). *Cultura e Segurança: Perspectivas e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV.	
3. Pacheco, Ana Paula Reusing. Gestão estratégica na segurança pública : livro didático / Ana Paula Reusing Pacheco, Paulo Roberto Bornhofen ; design instrucional Carmen Maria Cipriani Pandini. - 2. ed. rev. e atual. - Palhoça : UnisulVirtual, 2007. 218 p	
4. FISHMANN, A. M.; ALVIEIDA, M. 1. R. de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1991	
5. MAXIMIANO, A. C. A. Fundamentos da administração : introdução à teoria geral e aos processos da administração (3a. ed.). [s.l.] Grupo Gen - LTC, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
1. França, F. G. de, & Silva, R. R. da. (2022). Caserna de símbolos: ação ritual, liminaridade, sofrimento e distinção na cultura policial militar. <i>Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia</i> , 54(3).	
https://doi.org/10.22409/antropolitica2022.i3.a51257	
2. LOPES, C. DA S.; RIBEIRO, E. A.; TORDORO, M. A. Direitos Humanos e Cultura Policial na Polícia Militar do Estado do Paraná. <i>Sociologias</i> , v. 18, n. 41, p. 320–353, abr. 2016.	
3. Ribeiro, J. (2017). *Gestão da Segurança: Modelos e Desafios*. Brasília: Editora UnB.	
4. Lima, P. (2015). *Organização e Planejamento em Segurança Pública*. São Paulo: Editora Saraiva.	
5. Carvalho, R. (2018). *Cultura e Segurança: Um Estudo Comparado*. Porto Alegre: Editora UFRGS.	

2º PERÍODO		
Nome do componente:	Direitos Humanos	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: Ciência Política		
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)		
<p>Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 60H / 04</p>		

EMENTA:

Evolução histórica, conceito e características dos direitos humanos. Ética, direitos humanos e cidadania. Direitos humanos, democracia e educação. Os direitos humanos da mulher, da criança e do adolescente na perspectiva Internacional. A proteção dos Direitos Humanos das pessoas portadoras de deficiência no Brasil. Projeção da Problemática da democracia e dos Direitos Humanos em sua tríplice e inacabada dimensão. Evolução histórica, conceito e características dos direitos humanos. Ética, direitos humanos e cidadania. Direitos humanos, democracia e educação. Os direitos humanos da mulher, da criança e do adolescente na perspectiva Internacional. A proteção dos Direitos Humanos das pessoas portadoras de deficiência no Brasil. Projeção da Problemática da democracia e dos Direitos Humanos em sua tríplice e inacabada dimensão.

OBJETIVO (GERAL):

conhecer os direitos humanos, sua evolução e sua proteção a cidadania e a dignidade da pessoa humana

CONTEÚDO (GERAL):

1. Evolução Histórica e Conceitos dos Direitos Humanos.
2. Ética, Cidadania e Direitos Humanos.
3. Relação entre Direitos Humanos, Democracia e Educação.
4. Direitos Humanos de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Contexto Internacional.
5. Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência no Brasil.
6. Desafios Contemporâneos da Democracia e dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Dworkin, R. (2011). *Os Direitos em Questão*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
2. Gomes, M. (2015). *Direitos Humanos: Teoria e Prática*. Curitiba: Editora Juruá.
3. BOBBIO, Noberto. A Era dos Direito. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
4. BONAVIDES, Paulo. Direito constitucional. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
5. LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ALTAVILA, Jayme de. Origem dos direitos dos povos. 12 ed. São Paulo: Ícone, 2013.
2. CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2003.
3. Amaral, J. (2016). *Direitos Humanos e Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
4. Silva, T. (2014). *Direitos Humanos: Uma Abordagem Crítica*. São Paulo: Editora Unesp.
5. Arendt, H. (2006). *A Condição Humana*. São Paulo: Editora Perspectiva

2º PERÍODO			
Nome do componente:	Direito Administrativo I	Classificação: Obrigatória	
Código Sigaa:	Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	
Pré-requisito: Direito constitucional			
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)			
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 60H / 04			
EMENTA: Origem e evolução do Direito Administrativo. Fontes, interpretação, princípios, pressupostos da constitucionalização do Direito Administrativo. Organização da Administração Pública, órgãos, entidades, consórcios públicos e entes de cooperação. Poderes administrativos. Atos Administrativos. Atuação informal da Administração Pública. Bens públicos. Agentes públicos, agentes políticos e servidores públicos. Improbidade Administrativa.			
OBJETIVO (GERAL): Compreender as normas e princípios que regem a Administração Pública			
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> 1. Origem e Evolução do Direito Administrativo. 2. Fontes e Interpretação do Direito Administrativo. 3. Princípios e Pressupostos da Constitucionalização do Direito Administrativo. 4. Organização da Administração Pública: órgãos, entidades e consórcios públicos. 5. Poderes Administrativos e Atos Administrativos. 6. Atuação Informal da Administração Pública. 7. Bens Públicos. 8. Agentes Públicos, Agentes Políticos e Servidores Públicos. 9. Improbidade Administrativa. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <p>1.CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 16 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 2.DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 26. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. 3.MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 30 ed. São Paulo:</p>			

Malheiros, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17 ed., São Paulo : Saraiva, 2012.
- 2.MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo I. 2ª ed. Salvador/BA: Editora Jus Podivm, 2006.
- 3.MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 11 ed., São Paulo : Revista dos Tribunais, 2006.
- 4.BRAGA JUNIOR, Sergio Alexandre de M. Polícia administrativa. Fortaleza : DIM, 2004.
- 5.JUSTEN, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 2 ed São Paulo : Saraiva, 2006.

2º PERÍODO

Nome do componente:	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	Classificação : Obrigatória		
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora			
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito:Não possui pré-requisito				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				

Carga horária/Crédito:
 Aulas Teóricas: 30H / 02
 Aulas Práticas: ____ / ____
 Orientação: ____ / ____
 Total: 30H / 02

EMENTA:

A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. A crítica ao etnocentrismo e o relativismo cultural. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Os precursores e o evolucionismo social na conformação da Antropologia como disciplina

OBJETIVO (GERAL):

compreender o ser humano e a sociedade em seus aspectos culturais, entendendo o homem como ser biológico, social e cultural

CONTEÚDO (GERAL):

1. Constituição da Antropologia como Disciplina e seu Campo de Estudo.
2. Crítica ao Etnocentrismo e Relativismo Cultural.
3. Questões de Método: Trabalho de Campo e Observação Participante.
4. Precursoros da Antropologia e o Evolucionismo Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Geertz, C. (2008). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos.
2. Malinowski, B. (2011). *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Cultrix.
3. DA MATTÀ, Roberto. 1983. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia. Social. Petrópolis: Vozes
4. GEERTZ, Clifford. 1978. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
5. Rousseau, Jean Jacques. 2008. Discurso Sobre A Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Porto Alegre: L&PM Editores

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. KUPER, Adam. 1978. Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
2. LARAIA, Roque. 1986. Cultura: Um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
3. Lévi-Strauss, C. (2010). *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Editora Perspectiva.
4. Clifford, J., & Marcus, G. E. (1986). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.
5. Viveiros de Castro, E. (2014). *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Editora Cosac Naify.

2º PERÍODO				
Nome do componente:	Comunicação Administrativa	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora		
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Leitura e Produção de texto				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: _____ / _____ Orientação: _____ / _____ Total: 30H / 02				
EMENTA: O processo da comunicação. A rede de comunicações. Classificação tipológica das comunicações. Comunicação administrativa..				
OBJETIVO (GERAL): Conehcer o fluxo de comunicação, dando clareza aos processos e procedimentos dentro das organizações.				
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> 1. O Processo da Comunicação. 2. A Rede de Comunicações. 3. Classificação Tipológica das Comunicações. 4. Comunicação Administrativa. 				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1.FERREIRA, Patrícia Ítala; MALHEIROS, Gustavo. Comunicação Empresarial: planejamento, aplicação e resultados. São Paulo: Atlas, 2016. 2.PIMENTEL, Marina de Oliveira; RODRIGUES, Fabíola Cottet. Em Pauta: manual prático da comunicação organizacional. Curitiba: InterSaberes, 2018. 3.TORQUATO, Gaudêncio. Comunicação nas Organizações: empresas privadas, instituições e setor público/conceitos, estratégias, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus editorial, 2015.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: <ol style="list-style-type: none"> 1.GOLD, Miriam. Redação Empresarial. São Paulo, Saraiva, 2017. 2.KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos. São Paulo: Saraiva, 2009. Volume 1. 3.PIMENTA, Maria Alzira. Comunicação Empresarial. 6.ed. São Paulo: Alínea, 2009. 				

4.TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação Empresarial. São Paulo: Atlas, 2019.

5.Berlo, D. K. (2004). *Comunicação: Teoria e Pesquisa*. Editora Edições 70.

2º PERÍODO				
Nome do componente:	Fundamentos da Gestão Pública e Gestão Integrada e Comunitária	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora			
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Introdução à Economia				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				

Carga horária/Crédito:
 Aulas Teóricas: 60H / 04
 Aulas Práticas: ____ / ____
 Orientação: ____ / ____
 Total: 60H / 04

EMENTA:

O estado, governo e sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. Políticas públicas: conceito e formulação. Formação de demanda e política pública. PPA e planejamento governamental. Orçamento, finanças, controle e transparência no serviço público. Parcerias entre entes federativos. Gestão de Pessoas na Administração Pública. Gestão Comunitária

OBJETIVO (GERAL):

entender o conceito de gestão pública, das políticas públicas, compreendendo o funcionamento da estrutura, orçamento e gestão do Estado

CONTEÚDO (GERAL):

1. Estado, Governo e Sociedade.
2. Evolução da Administração Pública: Patrimonialismo, Burocracia e Gerencialismo.
3. Atuação Contemporânea do Estado.
4. Governabilidade e Descentralização do Poder.
5. Estrutura e Função da Administração Pública.
6. Eficiência e Eficácia na Administração.
7. Reformas Administrativas e Desburocratização.
8. Novo Papel do Estado.
9. Políticas Públicas: Conceito e Formulação.
10. Planejamento Governamental e Orçamento.
11. Controle e Transparência no Serviço Público.
12. Parcerias entre Entes Federativos.
13. Gestão de Pessoas na Administração.
14. Gestão Comunitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Chiavenato, I. (2014). *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Editora Atlas.
2. Menezes, A. (2017). *Gestão Pública: Teoria e Prática*. Brasília: Editora UnB.
3. GRAHAM JR, C.; HAYS, S. Para administrar a organização pública. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
4. KETTL, D. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: BRESSER PEREIRA, L.; SPINK, P. (Org.). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
5. SALDANHA, C. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006. SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. WERLE, C. C.; WRASSE, H. P. Apontamentos sobre o Policiamento Comunitário: uma inovadora Política de Segurança Pública na prevenção e no combate à criminalidade e

violência no Brasil. ed. 2016. Disponível em:
https://dirin.s3.amazonaws.com/drive_materias/1649854116.pdf Acesso em: 6 jul. 2020.

2. TROJANOWICZ, R. C.; BUCQUEROUX, B. Policiamento comunitário : como começar. São Paulo: Polícia Militar Do Estado De São Paulo, 1999.

3. Bresser-Pereira, L. (2010). *A Nova Gestão Pública*. São Paulo: Editora 34.

4. Pires, R. (2015). *Gestão Integrada e Comunitária na Segurança Pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

5. Souza, C. (2018). *Gestão Pública e Participação Social*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

3º PERÍODO

Nome do componente:	Política e gestão pública de segurança	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC <input type="checkbox"/> Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE <input type="checkbox"/> Atividade Integradora		
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Planejamento, Cultura Organização da Segurança				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60h / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 60H / 04				

EMENTA:

Políticas públicas, Gestão em segurança pública, Prevenção e combate à criminalidade, Violência, Segurança Cidadã, Cooperação internacional, Inovação em segurança pública.

OBJETIVO (GERAL):

Analizar as políticas públicas de segurança, enfocando a gestão, prevenção e combate à criminalidade, e inovações na área.

CONTEÚDO (GERAL):

1. Políticas Públicas de Segurança.
2. Gestão em Segurança Pública.
3. Prevenção e Combate à Criminalidade.
4. Violência e Segurança Cidadã.
5. Cooperação Internacional.
6. Inovação em Segurança Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. Zaluar, A. (2016). *Política e Segurança Pública no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.
2. Sampaio, R. (2015). *Gestão da Segurança Pública: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
3. SAPORI, Luis Flávio. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
4. ADORNO, Sérgio. Políticas públicas de segurança e justiça criminal. In: Segurança Pública. São Paulo: Cadernos Adenauer, Ano IX, n. 4, 2008, p. 9-27.
5. BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Social. São Paulo em Perspectiva, v. 13, n.4, out.-dez. 1999, p. 13-27

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2013). Gabinetes de Gestão Integrada no Brasil: à guisa de institucionalização? Gestão e disseminação de dados na Política Nacional de Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.
2. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Gabinetes de gestão integrada em segurança pública. Coletânea 2003-2009. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.
3. Silva, M. (2017). *Política de Segurança Pública no Brasil: Uma Análise Crítica*. Brasília: Editora UnB.
4. Campos, A. (2018). *Gestão e Políticas de Segurança: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Editora Atlas.
5. Ferreira, T. (2019). *Segurança Pública e Gestão: Teoria e Prática*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

3º PERÍODO

Nome do componente:	Direito da Criança e do Adolescente e do Idoso	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal		

Pré-requisito: Direitos Humanos
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 60H / 04
EMENTA: Fundamentos históricos e jurídicos do Direito da Criança e do Adolescente. A doutrina da proteção integral no âmbito da Constituição Federal. Da política de atendimento e dos conselhos de direitos e tutelares. Das medidas de proteção. Do acesso à justiça da Infância e da juventude. Da prática do ato infracional. Das medidas sócio-educativas. Da proteção judicial dos interesses individuais difusos e coletivos. Dos crimes e infrações administrativas.
OBJETIVO (GERAL): entender as garantias e proteções à criança, ao adolescente e ao idoso.
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos históricos e jurídicos do Direito da Criança e do Adolescente. 2. Doutrina da proteção integral na Constituição Federal. 3. Política de atendimento e conselhos de direitos e tutelares. 4. Medidas de proteção. 5. Acesso à justiça da infância e juventude. 6. Prática do ato infracional. 7. Medidas sócio-educativas. 8. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. 9. Crimes e infrações administrativas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília: Senado Federal. 2. Nascimento, R. (2015). *Direitos da Criança e do Adolescente: Uma Abordagem Jurídica*. São Paulo: Editora Saraiva. 3. CUNHA, Rogério Sanches; ROSSATO, Luciano Alves. Estatuto da criança e do adolescente – Comentado artigo por artigo. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 4. MACIEL, Kátia Regina; FERREIRA, Lobo Andrade. <i>Curso de direito da criança e do adolescente – Aspectos teóricos e práticos</i>. 9 ed. São Paulo: Saravia, 2016. 5. NUCCI, Guilherme de Souza. <i>Estatuto da criança e do adolescente comentado</i>. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: <ol style="list-style-type: none"> 1. ARAGÃO, Selma Regina. <i>O estatuto da criança e do adolescente em face do novo código Civil</i>. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 2. ISHIDA, Valter Kenji. <i>Estatuto da criança e do adolescente – Doutrina e jurisprudência</i>. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2015. 3. CURY, Munir (coord.). <i>Estatuto da criança e do adolescente anotado – comentários jurídicos e sociais</i>. 15 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais: 2006. 4. Oliveira, J. (2017). *Direitos Humanos e Proteção da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 5. Santos, L. (2018). *Direitos dos Idosos: O Estatuto do Idoso e suas Implicações*

Brasília: Editora UnB.
 6. Leite, M. (2016). *Direitos da Criança e do Adolescente: Práticas e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

3º PERÍODO

Nome do componente:	Gestão de pessoas	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC <input type="checkbox"/> Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE <input type="checkbox"/> Atividade Integradora		
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Introdução à economia; Introdução à Estatística				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				

Carga horária/Crédito:
 Aulas Teóricas: 30H / 02
 Aulas Práticas: ____ / ____
 Orientação: ____ / ____
 Total: 30H / 02

EMENTA:

Introdução à moderna gestão de pessoas. A gestão de pessoas em um ambiente dinâmico e competitivo. Planejamento estratégico de gestão de pessoas. Os processos de gestão de pessoas: recrutamento de pessoas, seleção de pessoas, orientação de pessoas, modelagem de cargos e avaliação do desempenho humano.

OBJETIVO (GERAL):

conhecer a gestão de pessoas e seus impactos no desenvolvimento das pessoas e do ambiente de trabalho

CONTEÚDO (GERAL):

1. Introdução à gestão de pessoas e seu papel nas organizações.
2. Impacto de um ambiente dinâmico e competitivo na gestão de pessoas.
3. Planejamento estratégico de gestão de pessoas.
4. Processos de gestão de pessoas: recrutamento, seleção, orientação, modelagem de cargos e avaliação de desempenho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. Chiavenato, I. (2014). *Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações*. São Paulo: Editora Atlas.
2. Dutra, J. S. (2016). *Gestão de Pessoas: Desafios e Tendências*. São Paulo: Editora Gente.
3. DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2015.
4. LACOMBE, Francisco. Recursos Humanos: princípios e tendências. São Paulo: Editora Saraiva, .2015.
5. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. CASCIO, Wayne F. e BOUDREAU, John W. Gestão Estratégica de Recursos Humanos: uma introdução. São Paulo: Saraiva, 2014.
2. MARRAS, Jean Pierre. Gestão Estratégica de Pessoas: conceitos e tendências. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
3. Silva, R. (2015). *Gestão de Pessoas e o Comportamento Organizacional*. Brasília: Editora UnB.
4. Pacheco, E. (2017). *Gestão de Talentos: Como Atraí-los e Retê-los*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
5. Ferreira, A. (2019). *Desenvolvimento de Pessoas nas Organizações: Teoria e Prática*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

3º PERÍODO			
Nome do componente:	Direito Administrativo II	Classificação: Obrigatória	
Código Sigaa:	Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	
Pré-requisito: Direito Administrativo I			
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)			
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: _____ / _____ Orientação: _____ / _____ Total: 60H / 04			
EMENTA: Licitação. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Domínio do Estado. Bens públicos. Restrição do Estado sobre a propriedade privada. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Processo Administrativo. Administração Pública em juízo.			
OBJETIVO (GERAL): Compreender as normas e princípios que regem a Administração Pública			
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos e normas sobre licitação e contratos administrativos. 2. Natureza e função dos serviços públicos. 3. Domínio do Estado e bens públicos. 4. Restrição do Estado sobre a propriedade privada. 5. Responsabilidade extracontratual do Estado. 6. Controle da administração pública e suas ferramentas. 7. Improbidade administrativa e suas consequências. 8. Processo administrativo e a atuação da administração pública em juízo. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. Meirelles, H. L. (2017). *Direito Administrativo*. São Paulo: Editora Malheiros. 2. Silva, J. A. (2018). *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Editora Saraiva. 3. CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade civil do estado. 2 ed., tir., ampl., r, São Paulo: Malheiros, 1996. 4. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 16 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 5. CUNHA, Dirley da. Curso de Direito Administrativo. 4ª ed. Salvador/BA : Editora Jus Podivm, 2006. DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 26. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. 			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GABURRI, Fernando; DUARTE, Bento Herculano (Coords.) A fazenda Pública à luz da atual jurisprudência dos tribunais brasileiros. Curitiba: Juruá. 2011.
2. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
3. Celso, A. B. (2016). *Direito Administrativo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
4. Mello, C. (2015). *Direito Administrativo: Teoria e Prática*. Brasília: Editora UnB.
5. Di Pietro, M. (2019). *Direito Administrativo: Curso Completo*. São Paulo: Editora Atlas.

3º PERÍODO			
Nome do componente:	Introdução à Psicologia	Classificação: Obrigatória	
Código Sigaa:	Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE () Atividade Integradora	
Pré-requisito: Não possui pré-requisito			
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)			
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02			
EMENTA: A Psicologia como ciência. Evolução histórica do pensamento psicológico. Objeto de estudo e principais teorias. Dimensões sócio-históricas da Psicologia. Processos psicológicos básicos. Campos de investigação e de aplicação da prática psicológica			
OBJETIVO (GERAL): Compreender o comportamento humano e a evolução do estudo da psicologia e de seus campos de investigação			
CONTEÚDO (GERAL): <ul style="list-style-type: none"> • Definição e características da Psicologia como ciência. • História do pensamento psicológico e suas evoluções. • Principais teorias e objetos de estudo da Psicologia. • Dimensões sócio-históricas que impactam a psicologia. • Processos psicológicos básicos: percepção, cognição, emoção, e comportamento. • Campos de investigação da Psicologia: clínica, educacional, organizacional, entre outros. • Aplicações práticas da psicologia em diferentes contextos. 			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: <ol style="list-style-type: none"> 1. Morgan, C. (2017). *Psicologia: Uma Introdução*. São Paulo: Editora Pearson. 2. Figueiredo, W. (2018). *Fundamentos da Psicologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 3. BOCK, Ana M. B.; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de L. T. Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008. 4. COHEN, Allan R. e FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional – conceitos e estudos de caso. Maria José Cyhlar M. (trad.) Rio de Janeiro: Campos, 2003. 5. SALVADOR, César Coll. Psicologia da Educação. Porto Alegre: 			

Artmed, 1999. 6.DAVIDOFF, Linda L. Introdução à Psicologia. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.CAVASSANI, Amarildo P.; CAVASSANI, Edlene B. e BIAZIN, Celestina C. Qualidade de vida no trabalho: 2.fatores que influenciam as organizações. XIII SIMPEP – Bauru, SP, Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006.
- 3.FERNANDES, Almesinda M. de O.; OLIVEIRA, Cássio F. e SILVA, Milena Oliveira de. Psicologia e Relações Humanas no Trabalho. (v.1). Goiânia-GO: Ed. AB, 2006.
- 4.MYERS, David G. Psicologia. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
5. Kosslyn, S. M., & Rosenberg, R. S. (2006). *Psicologia*. São Paulo: Editora Pearson.
6. Goleman, D. (2011). *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva 5.
- Freud, S. (2010). *A Interpretação dos Sonhos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

3º PERÍODO

Nome do componente:	Didática e Fundamentos da Educação	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora			
Departamento de origem:				
Pré-requisito: Comunicação Administrativa				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				

Carga horária/Crédito:
 Aulas Teóricas: 60H / 04
 Aulas Práticas: ____ / ____
 Orientação: ____ / ____
 Total: 60H / 04

EMENTA:

Este componente aborda os fundamentos da didática e a importância da educação na formação do cidadão, explorando teorias, práticas e metodologias de ensino. Serão discutidos os processos de ensino-aprendizagem, avaliação, planejamento e a prática docente, visando a formação de professores críticos e reflexivos.

OBJETIVO (GERAL):

Proporcionar aos alunos uma compreensão crítica dos fundamentos da didática e da educação, capacitando-os a planejar, executar e avaliar processos de ensino-aprendizagem de forma eficaz e contextualizada.

CONTEÚDO (GERAL):

- Fundamentos da Didática
- Teorias de Aprendizagem
- Planejamento Educacional
- Metodologias de Ensino
- Avaliação da Aprendizagem
- A Prática Docente no Contexto Educacional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. LIBÂNIO, J. C. (2013). Didática. São Paulo: Cortez.
2. PIMENTA, S. G. (2015). Formação de professores: questões e perspectivas. São Paulo: Cortez.
3. Vygotsky, Lev S. (1998). *A Formação Social da Mente*. Martins Fontes.
4. Freire, Paulo. (1996). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
5. Perrenoud, Philippe. (2000). *Didática: A Arte de Ensinar*. Artmed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. Nóvoa, António. (1992). *Os Professores e a Sua Formação*. Piaget.
2. Tardif, Maurice. (2014). *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Vozes.
3. Gatti, B. A. (2017). *Fundamentos da Educação: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
4. Almeida, M. E. (2015). *Didática: A Prática do Ensino*. Brasília: Editora UnB.
5. Veiga, I. P. (2018). *Educação e Didática: Novas Perspectivas*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

4º PERÍODO

Nome do componente:	Modelos, Sistema e instituições de Segurança Pública em uma perspectiva comparada	Classificação: Obrigatória
---------------------	---	----------------------------

Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC <input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE <input type="checkbox"/>) Atividade Integradora
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	
Pré-requisito: Política e gestão pública de segurança	
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)	
<p>Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: _____ / _____ Orientação: _____ / _____ Total: 60H / 04</p>	
<p>EMENTA: Estudo comparativo das diferenças e semelhanças dos diversos modelos históricos de polícia. Análise crítica dos modelos ideais inglês, francês, norte-americano, canadense, entre outros. Os modelos policiais em sociedades latino-americanas. transformações contemporâneas dos modelos penais e processuais no Brasil e seus efeitos no sistema de segurança pública.</p>	
<p>OBJETIVO (GERAL): Compreender em uma perspectiva comparada os modelos de segurança pública no brasil e no mundo</p>	
<p>CONTEÚDO (GERAL):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução aos conceitos de modelos de polícia e suas funções na sociedade. 2. Estudo comparativo dos modelos de polícia: <ol style="list-style-type: none"> a. Modelo inglês: características e impacto. b. Modelo francês: estrutura e operação. c. Modelo norte-americano: ênfases e críticas. d. Modelo canadense: abordagem comunitária. 3. Análise dos modelos policiais em sociedades latino-americanas: semelhanças e diferenças. 4. Transformações contemporâneas nos modelos penais e processuais no Brasil. 5. Efeitos das mudanças legais no sistema de segurança pública. 6. Discussão sobre as perspectivas futuras dos modelos de polícia e suas adequações às realidades sociais. 7. 	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.SAPORI, Luís Flávio. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. 2.MATOS, José Walter da Mota. A construção do conceito de segurança pública na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no século XXI. 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas). Pouso Alegre, 2013. 3.FONTOURA, A.; JOÃO PEDRO SCHMIDT. MODELO ESTATAL E MODELO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA 4.PÚBLICA. Direito & paz/Revista Direito & Paz, v. 1, n. 42, p. 175–196, 17 jul. 2020. 	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.SOUZA, Antônio Francisco de. A polícia no Estado de Direito. São Paulo: Saraiva, 	

- 2009.
- 2.SCHMIDT, João Pedro. Exclusão, inclusão e capital social: o capital social nas ações de inclusão. In: LEAL, R.; REIS, J. R. Direitos sociais e políticas públicas. 6. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- 3.Bayley, David H. (2001). *Democracy and Policing*. Oxford University Press.
- 4.Kraska, Peter B., & Kappeler, Victor E.(1997). *The Police and Society: Touchstone Readings*. Wadsworth.
- 5.Davis, Mike. (2006). *The Monster at Our Door: The Global Threat of the Police State*. Verso.

4º PERÍODO				
Nome do componente:	Ética e Cidadania	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora		
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Direito da Criança e do Adolescente e do Idoso				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: _____ / _____ Orientação: _____ / _____ Total: 30H / 02				
EMENTA: Ética, moral e condição humana. Ética e cidadania no mundo do trabalho. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. O futuro da ética e da cidadania numa sociedade cheia de contradições. Realidade e utopia. Relações étnico-raciais. Sustentabilidade. Percalços e conquistas na busca de uma cidadania planetária. Ética, moral e condição humana. Ética e cidadania no mundo do trabalho. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. O futuro da ética e da cidadania numa sociedade cheia de contradições. Realidade e utopia. Relações étnico-raciais. Sustentabilidade. Percalços e conquistas na busca de uma cidadania planetária.				
OBJETIVO (GERAL): Contribuir para a construção de reflexões sobre os valores éticos e responsabilidades como cidadão perante a sociedade e o ambiente organizacional				
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> Conceitos de ética e moral: definições e relações. A cidadania no ambiente de trabalho: direitos, deveres e responsabilidades. A condição humana e o papel do trabalhador nas organizações contemporâneas. Ética e cidadania em uma sociedade contraditória: desafios e perspectivas. Relações étnico-raciais: ética, diversidade e inclusão. Sustentabilidade e cidadania planetária: desafios éticos na busca por um futuro melhor. Reflexão sobre percursos e conquistas na construção da cidadania no século XXI. 				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> ALVES, Júlia Falivene. Metrópoles: cidadania e qualidade de vida. São Paulo, Ed. Moderna, 1992. ARENKT, Hannah. A condição humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Ética Pós-Moderna. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2006. 				

3.ALVES, Júlia Falivene. Metrópoles: cidadania e qualidade de vida. São Paulo, Ed. Moderna, 1992.

4.ARENDELT, Hannah. A condição humana. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

5.Ética Pós-Moderna. 3^a ed. São Paulo: Paulus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1.Dworkin, Ronald. (2002). *O Império dos Direitos*. Editora Martins Fontes.

2.César, Marilena. (2005). *A Constituição e seus Paradoxos: Ética e Cidadania*. Editora Saraiva.

3.Rorty, Richard. (2007). *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Ed. Unesp.

4.MARTINEZ, Paulo. Direitos de cidadania: um lugar ao sol. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

5.NALINI, José Renato. Ética e justiça. São Paulo: Seminário de estudos sobre aü tecnoética – As fronteiras da ética hoje – SENAC-SP, maio de 2000.

4º PERÍODO			
Nome do componente:	Prevenção, Negociação e mediação de conflitos	Classificação: Obrigatória	
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora		
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal			
Pré-requisito: Gestão de pessoas			
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)			
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 60H / 04			

EMENTA:

Prevenção de conflitos. Panorama da negociação e mediação de conflitos. Fundamentação teórica. Os métodos consensuais de resolução de conflitos. Teoria e prática de negociação e mediação de conflitos.

OBJETIVO (GERAL):

Compreender as técnicas de prevenção de conflitos e de negociação

CONTEÚDO (GERAL):

1. Conceitos fundamentais de conflitos e suas causas.
2. Panorama da negociação e mediação de conflitos: histórico e evolução.
3. Fundamentação teórica dos métodos consensuais de resolução de conflitos.
4. Análise dos métodos de resolução de conflitos: mediação, arbitragem e negociação.
5. Práticas de negociação: estratégias e técnicas eficazes.
6. Estudos de caso sobre negociação e mediação de conflitos.
7. Reflexão sobre o papel do mediador e as habilidades necessárias para a mediação efetiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AZEVEDO, André Gonna de (org). Estudos em Arbitrages, Mediação e Negociação. vol. 3. Brasília: Grupa de Pesquisa Unb, 2003.
2. VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo. Método, 2008.
3. FISHER, R.; URY, W.; PATTON, B. Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões. (Trad.) Vera Robeiro e Ana Luiza Borges. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
4. MARTINELLI, Dante Pinheiro; ALMEIDA, Ana Paula de. Negociação e solução de conflito: do impasse ganha-ganha através do melhor estilo. São Paulo, ed. Atlas, 1998.
5. MELLO, Jose Carlos Martins F. de, Negociação baseada em estratégia. São Paulo, ed. Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. AZEVEDO, André Gomma de. Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.
2. BUHR, ALEXANDRE D. A arte do pacificador. Florianópolis: Ed. OAB/SC, 2005.
3. COLAIÁCOVO, Juan L.; COLAIÁCOVO, Cynthia. Negociação, mediação e arbitragem. SP. Ed. Forense, 1999.
4. Fisher, Roger; Ury, William; Patton, Bruce. (2011). Como Chegar ao Sim: Como Negociar Acordos sem Concessões. Editora Record.
5. Boulding, Kenneth E. (2000). *Construindo a Paz: Conflitos e Resolução de Conflitos*. Editora Vozes.

Nome do componente:	Direito Penal	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: Direito Administrativo II		
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: _____ / _____ Orientação: _____ / _____ Total: 60H / 04		
EMENTA: Noções, histórico, conceito do direito penal e os princípios norteadores do texto Constitucional. Funções do direito penal. Direito Penal Objetivo e Subjetivo. Fontes. Princípios do Direito Penal. Teoria do Garantismo Penal. Teoria da Norma Penal. Eficácia da lei penal no tempo e no espaço. Conflito aparente de normas. Teoria geral do crime. Fato típico. Erro de tipo. Resultado. Nexo de Causalidade. Tipicidade. Tipicidade Formal e Conglobante. Teoria da Imputação Objetiva. Teoria Constitucionalista do Delito. Ilicitude. Excludentes de ilicitude. Excesso nas Justificantes. Culpabilidade. Imputabilidade penal. Potencial consciência da ilicitude. Exigibilidade de conduta diversa. "Iter Criminis". Consumação e Tentativa. Concurso de pessoas		
OBJETIVO (GERAL): Entender como se regulamenta o poder punitivo do Estado e a proteção aos bens jurídicos mais importantes para a própria sobrevivência da sociedade.		
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao Direito Penal: noções e histórico. 2. Conceito e funções do Direito Penal. 3. Distinções entre Direito Penal Objetivo e Subjetivo. 4. Fontes do Direito Penal e seus princípios fundamentais. 5. Teoria do Garantismo Penal e a Teoria da Norma Penal. 6. Eficácia da lei penal no tempo e no espaço. 7. Conflito aparente de normas e suas resoluções. 8. Teoria Geral do Crime: definição de fato típico, erro de tipo, resultado e nexo de causalidade. 9. Tipicidade: conceito, tipicidade formal e conglobante. 10. Teoria da Imputação Objetiva e a Teoria Constitucionalista do Delito. 11. Ilicitude e excludentes de ilicitude. 12. Culpabilidade: conceitos de imputabilidade penal e exigibilidade de conduta diversa. 13. Iter criminis: fases do delito, consumação e tentativa. 14. Concurso de pessoas e suas implicações jurídicas. 		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. Cezar, A. (2018). *Direito Penal: Parte Geral*. São Paulo: Editora Saraiva.
2. Nucci, G. (2019). *Código Penal Comentado*. São Paulo: Editora Forense.
3. BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito penal: Parte geral. v. 1, 25 ed., São Paulo: Saraiva, 2019.
4. CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: parte geral. 7 ed., Salvador: Juspodivm, 2019.
5. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: Parte geral. v. 1, 21 ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2019.
6. MASSON, Cleber. Código penal comentado. 7 ed., São Paulo: Método, 2019.
- MASSON, Cleber. Direito penal: Parte geral. v. 1, 13 ed., São Paulo: Método, 2019.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 15 ed., São Paulo: Forense, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MASSON, Cleber. Código penal comentado. 7 ed., São Paulo: Método, 2019.
- MASSON, Cleber. Direito penal: Parte geral. v. 1, 13 ed., São Paulo: Método, 2019.
2. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 15 ed., São Paulo: Forense, 2019.
3. Capez, F. (2017). *Curso de Direito Penal*. São Paulo: Editora Saraiva.
4. Greco, R. (2016). *Direito Penal: Parte Especial*. São Paulo: Editora Impetus.
5. Gomes, P. (2015). *Direito Penal: Teoria e Prática*. Brasília: Editora UnB.

4º PERÍODO

Nome do componente:	Metodologia Científica e Projeto De Pesquisa	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC <input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE <input type="checkbox"/>) Atividade Integradora		
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Didática e Fundamentos da Educação				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				

Carga horária/Crédito:
 Aulas Teóricas: 60H / 04
 Aulas Práticas: ____ / ____
 Orientação: ____ / ____
 Total: 60H / 04

EMENTA:

Ciência, autonomia intelectual, autonomia dos campos de conhecimento, inter e transdisciplinariedade. Pesquisa científica. Princípios da pesquisa científica. Os diferentes desenhos de pesquisa no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Método e metodologia. Os fundamentos epistemológicos dos métodos qualitativos e quantitativos. Projeto de pesquisa. Artigo científico. Orientação e normatização para redação de textos. Forma de apresentação gráfica do trabalho científico. Noções acerca das normas da ABNT.

OBJETIVO (GERAL):

Entender como se produz conhecimento científicos e projetos de pesquisa com base nos princípios da pesquisa

CONTEÚDO (GERAL):

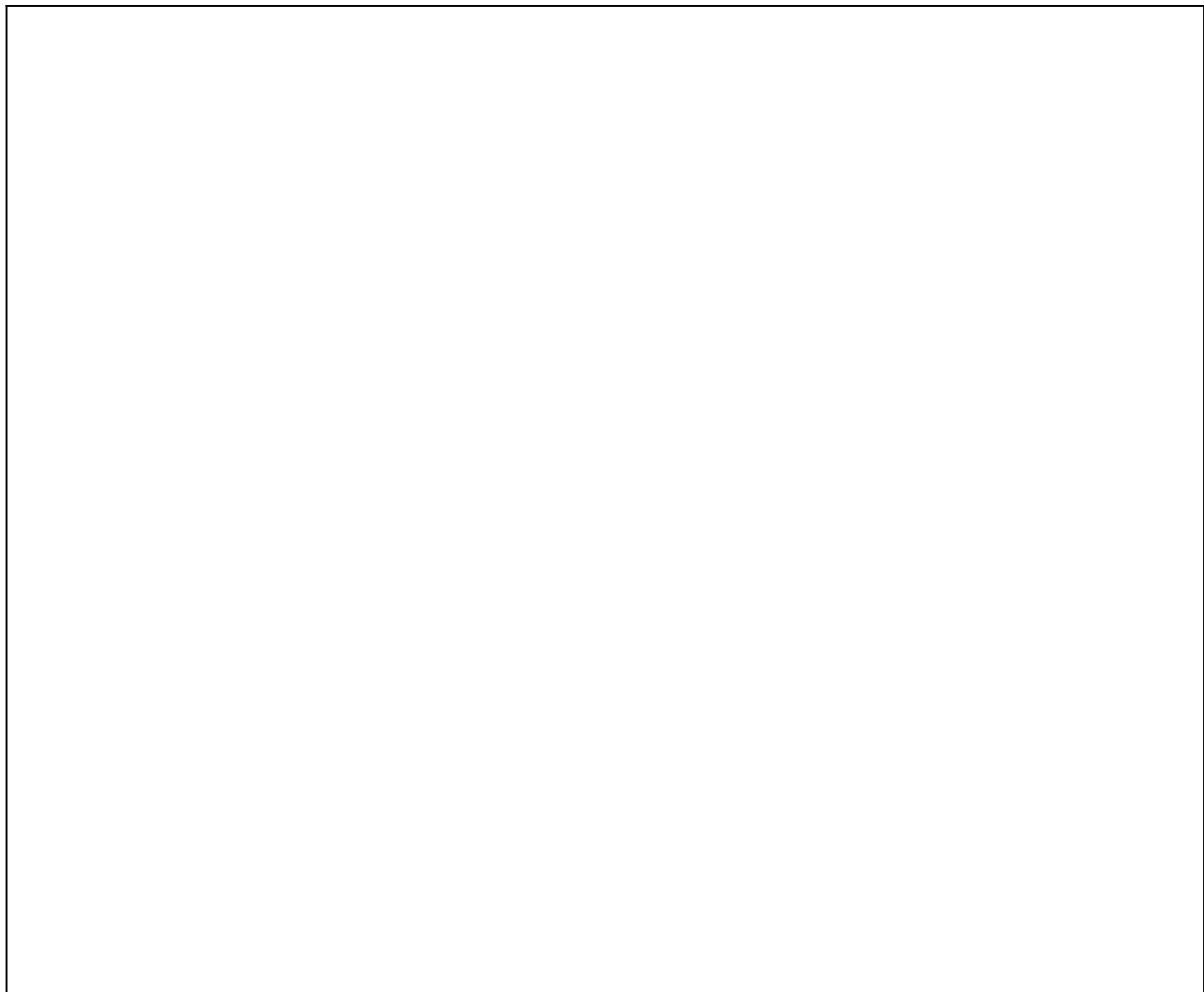
7. Conceitos de ciência, autonomia intelectual e campos do conhecimento.
8. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
9. Princípios da pesquisa científica.
10. Desenhos de pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas.
11. Diferença entre método e metodologia.
12. Fundamentos epistemológicos dos métodos qualitativos e quantitativos.
13. Estrutura e elaboração de um projeto de pesquisa.
14. Redação e apresentação de artigo científico.
15. Normatização e orientação para a redação de textos acadêmicos.
16. Apresentação gráfica de trabalhos científicos.
17. Noções sobre as normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.
2. Gil, A. C. (2019). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
3. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. A. Metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
4. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
5. GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. São Paulo:
2. Atlas, 2010. RUDIO, Franz Victor *Introdução Ao Projeto de Pesquisa Científica*. 38 ed. São Paulo: Vozes, 2011.
3. Vergara, S. C. (2015). *Projetos e Relatórios de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
4. Trivinos, A. (2017). *Metodologia da Pesquisa: A Construção do Conhecimento*. Brasília: Editora UnB.
5. Godoy, A. (2018). *Metodologia Científica: Uma Abordagem Prática*. Porto Alegre: Editora UFRGS.



4º PERÍODO		
Nome do componente:	Relações Humanas e Diversidade Social	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: Introdução à Psicologia. Introdução à Antropologia. Introdução à Sociologia.		
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: _____ / _____ Orientação: _____ / _____ Total: 30H / 02		
EMENTA: Conceito de Relações humanas. Classificação das relações humanas. Indicadores das relações humanas. Importância das relações humanas. Estudo das desigualdades étnico-raciais e de gênero, diversidade social e cultural, exclusão social. OBJETIVO (GERAL): Entender a importância das relações humanas e das diversidades de gênero, social e cultural.		
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> 1. Definição e conceito de relações humanas. 2. Classificação das relações humanas. 3. Indicadores que evidenciam as relações humanas. 4. Importância das relações humanas na sociedade. 5. Estudo das desigualdades étnico-raciais. 6. Análise das desigualdades de gênero. 7. Diversidade social e cultural. 8. Questões de exclusão social e suas implicações. 		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. Ribeiro, G. (2016). *Relações Humanas: Uma Abordagem Interdisciplinar*. São Paulo: Editora Atlas. 2. Santos, M. (2015). *Diversidade Social e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 3. AMPAO, G. Relações humanas a toda hora. São Paulo: Nobel, 2000. As relações humanas em destaque. São Paulo: Nobel, 2004. 4. WEIL, Pierre. Relações Humanas na família e no trabalho. 52 ed. Petrópolis: Vozes, 2003 5. ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza; SILVA, Ana 		

Paula Soares;CARVALHO, Ana Maria

Almeida. Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano.. Porto Alegre: Artmed, 2004. I

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.BRESSANI, M. A. D. Resgatando o amor e a ética nas relações. Disponível em: <<http://www.libertas.com.br/site/index.php?central=conteudo&id=3350>>. Acesso em: 4 jan. 2014.
- 2.BOFF, L. A águia e a galinha. Petropolis: Vozes, 1997.
3. Giddens, A. (2010). *Sociologia*. São Paulo: Editora Globo.
4. Bauman, Z. (2005). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.
5. Nogueira, A. (2017). *Relações Humanas e a Construção da Cidadania*. Brasília: Editora UnB.

5º PERÍODO

Nome do componente:	Preservação e Valorização da Prova	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora			
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Modelos, Sistema e instituições de Segurança Pública em uma perspectiva comparada				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				

Carga horária/Crédito:
 Aulas Teóricas: 30H / 02
 Aulas Práticas: ____ / ____
 Orientação: ____ / ____
 Total: 30H / 02

EMENTA:

Prova (classificação, estrutura, elemento, meio, instrumento, produção, aspectos legais), Prova material, prova subjetiva, local do crime.

OBJETIVO (GERAL):

Entender como resguardar as evidências, assegurando a integridade dos elementos probatórios, garantindo a legalidade das decisões judiciais

CONTEÚDO (GERAL):

1. Definição e classificação das provas.
2. Estrutura e elementos da prova.
3. Meios e instrumentos de prova.
4. Produção de provas e aspectos legais relacionados.
5. Prova material: características e importância.
6. Prova subjetiva: conceitos e aplicações.
7. Análise do local do crime e sua relevância na coleta de provas.
8. Integração entre diferentes tipos de prova no processo penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Greco, R. (2018). *Direito Penal e Preservação da Prova*. São Paulo: Editora Impetus.
2. Gomes, P. (2017). *A Prova no Processo Penal*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
3. FERNANDES, Valter; FERNANDES, Newton. Criminologia integrada. 3 ed., São Paulo : RT, 2003.
4. GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio G Pablos de. Criminologia. 4 ed., São Paulo : RT, 2002.
5. SOARES, Orlando. Curso de criminologia. Rio de Janeiro : Forense, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BARBOSA, Ruy. Criminologia e direito criminal. São Paulo : Romana, 2003.
2. BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo : Martin Claret, 2002.
3. Lima, A. (2019). *Direito Processual Penal: A Prova e suas Implicações*. São Paulo: Editora Saraiva.
4. Silva, J. (2016). *Preservação da Prova: Teoria e Prática*. Brasília: Editora UnB.
5. Martins, L. (2018). *O Papel da Prova no Processo Penal*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

5º PERÍODO

Nome do componente:	Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	Classificação: Obrigatória
---------------------	--	-------------------------------

Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC <input type="checkbox"/> Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE <input type="checkbox"/> Atividade Integradora
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	
Pré-requisito: Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos	
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)	
<p>Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 15H / 01 Aulas Práticas: _____ / _____ Orientação: _____ / _____ Total: 15H / 01</p>	
<p>EMENTA: A Informação e a Comunicação no Processo Decisório. Introdução ao Processo Decisório. Modelo Racional de Tomada de Decisão. A Natureza da decisão. Processo Decisório no Setor Público.</p>	
<p>OBJETIVO (GERAL): Entender as técnicas do processo decisório e as tomadas de decisão</p>	
<p>CONTEÚDO (GERAL):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceito e importância da informação e comunicação no processo decisório. • Introdução ao processo decisório e seus fundamentos. • Modelo racional de tomada de decisão: etapas e características. • A natureza das decisões e suas implicações. • Processo decisório no setor público: desafios e especificidades. • Métodos e técnicas de apoio à tomada de decisão em diferentes contextos administrativos. 	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ribeiro, C. (2015). *Resolução de Problemas: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Atlas. 2. Simon, H. A. (1999). *A Nova Ciência da Administração*. São Paulo: Editora Atlas. 3. GILBERTO DE OLIVEIRA MORITZ, P.; FERNANDES PEREIRA, M. Processo Decisório. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/187645/mod_resource/content/5/Processo%20Decisorio%20UAB%203ed-alterado.pdf. 4. ANSOFF, Igor. Estratégia Empresarial. São Paulo: McGraw Hill, 1977. 5. BETHLEM, Agrícola. Modelo de processo decisório. Revista de Administração, São Paulo, v. 22, n. 3, jul/set, 1987 	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BRETAS PEREIRA, Maria José Lara. A busca da excelência nos serviços públicos. In: Decidir, outubro de 1995, pp. 32-38 2. FREITAS, Henrique et al. Informação e decisão: sistemas de apoio e seu impacto. 	

Porto Alegre: Ortiz, 1991

3. Mintzberg, H. (2009). *O Gerente: O que os Gerentes Fazem*. São Paulo: Editora Atlas.

4. Kahneman, D. (2012). *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

5. Drucker, P. F. (2007). *O Gestor Eficaz: Como Aumentar a Produtividade e a Eficácia no Trabalho*. São Paulo: Editora Pioneira.

5º PERÍODO

Nome do componente:	Análise de Cenários de Riscos	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:		Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora		
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos				
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 15H / 01 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 15H / 01				

EMENTA:

Risco, Gestão de Risco, Fases da Gestão de Risco, Aplicabilidade da Gestão de Riscos, Inteligência Estratégica, Análise de Riscos em Cenários Prospectivos.

OBJETIVO (GERAL): Entender e analisar os riscos e cenários como ferramenta estratégica na atividade policial

CONTEÚDO (GERAL):

1. Introdução ao conceito de risco e à gestão de riscos: definição, importância e contexto.
2. Fases do processo de gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento.
3. Aplicabilidade da gestão de riscos em diferentes cenários e setores.
4. Inteligência estratégica e sua relação com a análise de riscos.
5. Análise de riscos aplicada a cenários prospectivos e tomada de decisão estratégica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Carvalho, M. (2018). **Gestão de Riscos: Análise e Práticas**. São Paulo: Editora Atlas.
2. Silva, C. (2017). **Análise de Riscos: Teoria e Aplicações**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
3. PIRES DE ALBUQUERQUE, C. E.; SCARPELLI DE ANDRADE, F. O Emprego da Análise de Risco como Ferramenta de Inteligência Estratégica. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, v. 4, n. 2, p. 107, 1 set. 2014.
4. ABNT ISO GUIA 73:2009 - Gestão de riscos – Vocabulário. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2009.
5. CEPIK, Marco A. C. Serviços de inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.
2. FERRO JÚNIOR, C. M.; ALVES, C. F.; MORESI, E. A. D.; NEHME, C. C. Cognição Organizacional: Um Estudo da Tecnologia da Informação Aplicada à Análise de Vínculos na Atividade Policial. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento KM Brasil 2008*.
3. Aven, T. (2011). **Quantitative Risk Assessment: The Role of Uncertainty**. New York: Wiley.
4. ISO 31000:2018. **Risk Management Guidelines**. Geneva: International Organization for Standardization.
5. Jorion, P. (2007). **Value at Risk: The New Benchmark for Managing Financial Risk**. New York: McGraw-Hill.

5º PERÍODO

Nome do componente:	Saúde e Segurança do trabalho	Classificação: Obrigatória
---------------------	-------------------------------	-------------------------------

Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC <input type="checkbox"/> Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE <input type="checkbox"/> Atividade Integradora
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	
Pré-requisito: Prevenção, Negociação e Mediação de conflitos	
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)	
<p>Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 15H / 01 Aulas Práticas: _____ / _____ Orientação: _____ / _____ Total: 15H / 01</p>	
<p>EMENTA: Conceitos básicos sobre Saúde e Segurança no Trabalho. Legislação e Certificação em SST. Estudo das principais Normas Regulamentadoras envolvendo organização dos serviços de saúde ocupacional, higiene do trabalho, proteção individual e coletiva, identificação e tratamento dos riscos ambientais, Ergonomia e treinamentos. Estudo do ambiente de trabalho e aplicações específicas. Prevenção de combate a incêndios. Primeiros Socorros.</p>	
<p>OBJETIVO (GERAL): Valorizar a abordagem preventiva a fim de eliminar perigos e reduzir riscos no ambiente de trabalho</p>	
<p>CONTEÚDO (GERAL):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST): conceitos e importância. 2. Legislação e certificação em SST: Normas Regulamentadoras (NRs) e legislações aplicáveis. 3. Organização dos serviços de saúde ocupacional e higiene do trabalho. 4. Proteção individual e coletiva no ambiente de trabalho. 5. Identificação e controle de riscos ambientais. 6. Ergonomia e suas aplicações para prevenção de lesões ocupacionais. 7. Prevenção e combate a incêndios: normas e práticas. 8. Primeiros socorros: fundamentos e técnicas básicas 	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Brasil. (1978). *Norma Regulamentadora nº 6: Equipamentos de Proteção Individual*. Brasília: Ministério do Trabalho. 2. Mendes, E. (2019). *Saúde e Segurança no Trabalho: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Atlas. 3. FILHO, Barbosa, Antonio Nunes. Segurança do trabalho e gestão ambiental. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 4. SEGURANÇA e medicina do trabalho. 71. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 980 p. 5. CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 2011. 2012. 	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>	

1. MATTOS, Ubirajara Aluizo de Oliveira ; MÁSCULO, Francisco Soares (Orgs). Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
2. AYRES, D.O.; CORRÊA, J.A.P. Manual de prevenção de acidentes do trabalho: aspectos técnicos e legais. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p.
3. Cacciamali, M. (2016). *Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
4. Silva, A. (2018). *Segurança do Trabalho: Legislação e Práticas*. Brasília: Editora UnB.
5. Ferreira, T. (2017). *Saúde do Trabalhador: Enfoque Multidisciplinar*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

5º PERÍODO

Nome do componente:	Criminologia	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: Direito Penal		

Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 04
EMENTA: Conceito. Objeto, método e função da criminologia. Histórico do pensamento criminológico. O criminoso sob o ponto de vista físico, psicológico e social, os seus tipos e teorias. O crime e a criminalidade sob o ponto de vista de suas formas, fatores, tipos e teorias. A construção de uma criminologia latino-americana. Movimento de Defesa Social: Políticas de Segurança Pública, Sistema Penitenciário e Execução Penal. Prevenção do crime e tratamento do delinquente. A Nova Criminologia da Reação Social: Interacionismo. Criminologia crítica. Movimentos radicais da criminologia. Pesquisa criminológica aplicada.
OBJETIVO (GERAL): Entender os meios para prevenção de novos delitos, entendendo a criminalidade sob suas formas e fatores.
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à criminologia: conceito, objeto, método e função. 2. Histórico do pensamento criminológico. 3. Análise do criminoso sob aspectos físicos, psicológicos e sociais. 4. Crime e criminalidade: formas, fatores, tipos e teorias. 5. Criminologia latino-americana e Movimento de Defesa Social. 6. Políticas de segurança pública e o sistema penitenciário. 7. Prevenção e tratamento da delinquência. 8. Nova Criminologia e a Reação Social: interacionismo e criminologia crítica. 9. Movimentos radicais da criminologia. 10. Pesquisa criminológica aplicada.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. Beccaria, C. (2013). *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Editora Martin Claret. 2. Zaffaroni, E. R. (2018). *Criminologia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 3. FERNANDES, Valter; FERNANDES, Newton. Criminologia integrada. 3 ed., São Paulo : RT, 2003. 4. GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio G Pablos de. Criminologia. 4 ed., São Paulo : RT, 2002. 5. SOARES, Orlando. Curso de criminologia. Rio de Janeiro : Forense, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: <ol style="list-style-type: none"> 1. BARBOSA, Ruy. Criminologia e direito criminal. São Paulo : Romana, 2003. 2. BEVILÁQUA, Clóvis. Criminologia e direito. São Paulo : Red Livros. 3. Garland, D. (2001). *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary

- Society*. Chicago: University of Chicago Press.
4. Foucault, M. (2008). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
5. Young, J. (2011). *The Criminological Imagination*. Cambridge: Polity Press.

5º PERÍODO		
Nome do componente:	TCC	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input checked="" type="checkbox"/>) TCC <input type="checkbox"/> Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE <input type="checkbox"/> Atividade Integradora	
Departamento de origem:Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: Metodologia Científica e Projeto de Pesquisa		
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)		

Carga horária/Crédito:
 Aulas Teóricas: 60H / 04
 Aulas Práticas: ____ / ____
 Orientação: ____ / ____
 Total: 60H / 04

EMENTA: Confecção e apresentação do Trabalho de Curso.

OBJETIVO (GERAL):

Desenvolver o trabalho de conclusão de curso utilizando os conhecimentos acumulados ao longo dos semestres.

CONTEÚDO (GERAL):

1. Fundamentos e metodologia da pesquisa científica.
2. Estrutura e elaboração de projetos de pesquisa.
3. Etapas da confecção do Trabalho de Curso.
4. Redação e normas de apresentação científica.
5. Aplicação prática dos métodos e técnicas de pesquisa.
6. Normas da ABNT para formatação e apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.
2. Gil, A. C. (2019). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
3. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Metodologia da pesquisa Jurídica – Teoria e Prática da Monografia para os cursos de Direito*. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
4. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
5. RUDIO, Franz Victor *Introdução Ao Projeto de Pesquisa Científica*. 38 ed. São Paulo: Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. AGUILAR, Fernando Herren. *Metodologia da ciência do direito*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
2. GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
3. SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
4. Vergara, S. C. (2015). *Projetos e Relatórios de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
5. Trivinos, A. (2017). *Metodologia da Pesquisa: A Construção do Conhecimento*. Brasília: Editora UnB.
6. Godoy, A. (2018). *Metodologia Científica: Uma Abordagem Prática*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

5º PERÍODO

Nome do componente:	Diversidade Étnico Sócio Cultural	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE () Atividade Integradora	
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: Relações humanas e Diversidade social		
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 60H / 04 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 60H / 04		
EMENTA: Etnocentrismo, discriminação, preconceito e relativismo cultural. Diversidade, alteridade e processos identitários, etnicidade, relações étnico-raciais (povos indígenas, quilombolas, ciganos, grupos étnicos, branquitude e negritude e outros grupos etnicamente diferenciados), deficiência e de gênero/sexualidade. Antropologia e direitos humanos. Cidadania, justiça. Protagonismo social. Direitos, saúde sexual e reprodutiva. Tecnologias biomédicas e direitos humanos. Cuidado, atenção, educação e práticas inclusivas. Contexto histórico, social e cultural afro-brasileiro, africano e indígena intersectado com o contexto norte-rio-grandense.		
OBJETIVO (GERAL): Entender a diversidade na sociedade, seu contexto histórico e direitos.		
CONTEÚDO (GERAL): <ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos de etnocentrismo, relativismo cultural, discriminação e preconceito. 2. Diversidade e processos identitários: etnicidade e relações étnico-raciais. 3. Antropologia e direitos humanos: cidadania e justiça. 4. Direitos sociais, saúde sexual e reprodutiva, e tecnologias biomédicas. 5. Cuidado e práticas inclusivas em educação e atenção social. 6. Análise dos contextos afro-brasileiro, africano e indígena, e do contexto norte-rio-grandense. <p>7.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. Hall, S. (2012). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A. 2. Santos, M. (2016). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora Hucitec. 3. GEERTZ, Cliford. 1978. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 4. Rousseau, Jean Jacques. 2008. Discurso Sobre A Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Porto Alegre: L&PM Editores 5. MINTZ, Sidney. 1982. "Cultura: uma visão antropológica". Tradução do ensaio "Culture: An Anthropological View publicado originalmente em The Yale Review, XVII 		

(4), 1982, p. 499-512. Revisão de Leda Maia, Maria Regina Celestino de Almeida e Cecília Azevedo MINTZ, Sidney. 1982. "Cultura: uma visão antropológica". Tradução do ensaio "Culture: An Anthropological View publicado originalmente em The Yale Review, XVII (4), 1982, p. 499-512. Revisão de Leda Maia, Maria Regina Celestino de Almeida e Cecília Azevedo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BOFF, L. A águia e a galinha. Petropolis: Vozes, 1997.
2. VALSINER, Jaan. Fundamentos da psicologia cultural: mundo da mente mundos da vida. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. Bhabha, H. K. (2013). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
4. Ribeiro, D. (2018). *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
5. Canclini, N. G. (2001). *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

5º PERÍODO

Nome do componente:	Tópicos Especiais em Segurança Pública	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Grupo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Disciplina (<input type="checkbox"/>) TCC (<input type="checkbox"/>) Estágio (<input type="checkbox"/>) Internato (<input type="checkbox"/>) UCE (<input type="checkbox"/>) Atividade Integradora	
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: Não possui pré-requisito		
Componentes Equivalentes: (código - Nome do componente)		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02		

EMENTA:

Disciplina de conteúdo variável existente para atender a novas demandas não previstas em disciplina. Seu conteúdo será definido pelo Departamento de Direito no semestre anterior a oferta.

OBJETIVO (GERAL):

a ser definido de acordo com o conteúdo

CONTEÚDO (GERAL):

Reforma do sistema de Segurança Pública.

Novas competências da Policia Federal do Brasil

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.FERRAZ, André Mendes da Fonseca. Tópicos especiais em Segurança Pública. Rio de Janeiro: SESES, 2016, 152 p. ISBN 978-85-5548-403-2
- 2.SILVA, Fabio de Sá;DEBONI, Fabio. 2012. "Participação Social e Governança Democrática na Segurança Pública: Possibilidades Para a Atuação do Conselho Nacional de Segurança Pública," Discussion Papers 1714, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.
- 3.Zaffaroni, Eugenio Raúl. (2001). *O Sistema Penal e a Questão Criminal*. Editora Revan.
- 4.Wacquant, Loïc. (2009). *Punir os Pobres: A Nova Gestão da Insegurança Social*. Editora Martins Fontes.
- Faria, Cláudia Lima. (2011). *Segurança Pública e Direitos Humanos: A Dicotomia da Ordem e da Liberdade*. Editora Lumen Juris.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.Silveira, F. F. & Santos, M. F. (2016). *Segurança Pública e Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas*. Editora Lumen Juris.
- 2.Zaffaroni, E. S. (2018). *Segurança Pública: Fundamentos e Práticas no Contexto Contemporâneo*. Editora Revan.
- 3.Figueiredo, F. M. (2012). *Segurança Pública e Políticas de Estado*. Editora FGV.
- 4.Gomes, M. E. A. (2015). *Violência e Segurança Pública: O Enfrentamento da Criminalidade no Brasil*. Editora Contexto.
- 5.Pires, R. S. (2014). *Segurança Pública no Brasil: Reflexões, Desafios e Possibilidades*. Editora Saraiva.

APÊNDICE B - EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

PERÍODO A DEFINIR		
Nome do componente:	SAÚDE MENTAL DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	Classificação: Optativa
Código Sigaa:	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE () Atividade Integradora	
Departamento de origem: Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: NÃO POSSUI PRÉ-REQUISITO		
Componentes Equivalentes:		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02		

EMENTA:

Saúde Mental e Qualidade de Vida; Principais Conceitos da Saúde Mental: do normal ao patológico; Riscos e Agravos da Saúde do Agente de Segurança Pública; Principais Sintomas do Adoecimento; O Suicídio.

OBJETIVO (GERAL):

o impacto da saúde mental nos agentes de segurança pública

CONTEÚDO (GERAL):

1. Conceitos fundamentais de saúde mental e qualidade de vida.
2. Distinção entre normalidade e patologia em saúde mental.
3. Riscos e agravos à saúde enfrentados por profissionais de segurança pública.
4. Identificação dos principais sintomas de adoecimento.
5. Discussão sobre o suicídio: causas, prevenção e abordagens de apoio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.CIANCIARULLO, T.I. Instrumentos básicos para o cuidar - um desafio para a qualidade de assistência. São Paulo: Atheneu, 1996.
- 2.MALDONADO, MT; CANELLA, P. Recursos de relacionamento para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2003.
- 3.MINAYO, Maria Cecília de Souza, ASSIS, Simone Gonçalves de, & OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. (2011). Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, 16(4), 2199-2209. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.MIRANDA, C. F. M.; MIRANDA, M. L. Construindo a relação de ajuda. 10 Ed. Belo Horizonte, Crescer, 1996. RODRIGUES, A. R. F. Enfermagem Psiquiátrica: saúde mental – prevenção e intervenção. São Paulo. EPU, 1996. SILVA, M. J. Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. São Paulo, Ed. Gente, 1996.
- 2.TAYLOR, C. M. Fundamentos de Enfermagem Psiquiátrica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- 3.Almeida, L. S. & Figueiredo, M. P. (2015). *Saúde mental e o policial militar: reflexões sobre o impacto do trabalho na vida do policial*. Editora Penso.
- 4.Silva, L. C. (2016). *Saúde mental no contexto da segurança pública: O desafio da valorização do profissional de segurança*. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais, 1(1), 75-92.
- 5.Cunha, S. P. (2018). *A saúde mental do policial militar: um estudo sobre os efeitos do trabalho na saúde psíquica dos policiais*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

PERÍODO A DEFINIR		
Nome do componente:	USO DIFERENCIADO DA FORÇA	Classificação: Optativa
Código Sigaa:	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE () Atividade Integradora	
Departamento de origem: Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: NÃO POSSUI PRÉ-REQUISITO		
Componentes Equivalentes:		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02		

EMENTA: O uso da força pelos Agentes de Segurança Pública e os modelos de uso diferenciado da força. Estudo dos princípios básicos do uso da força e o uso diferenciado da força.

OBJETIVO (GERAL):

Entender o uso da força por parte dos agentes de segurança pública

CONTEÚDO (GERAL):

1. Introdução ao uso da força no contexto da segurança pública.
2. Modelos de uso diferenciado da força: conceitos e aplicações.
3. Princípios básicos que regem o uso da força.
4. Análise crítica do uso da força em situações de distúrbios civis.
5. Implicações éticas e legais do uso da força pelos agentes de segurança pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- 1.BALESTRERI, R. B. Direitos humanos: coisa de polícia. 2. ed. Passo Fundo:Capec, 2002.
- 2.BARBOSA, S. A.; ANGELO, U. O. Distúrbios civis: controle e uso da força pela polícia. Vol 5. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001. (Coleção polícia amanhã).
- 3.Lima, L. B. (2017). *Uso da força no contexto policial: limites, desafios e perspectivas de controle*. Editora Juruá.
- 4.Figueiredo, M. P. (2016). *O uso proporcional da força: análise de conceitos e diretrizes no direito internacional*. Revista Brasileira de Segurança Pública, 10(2), 45-58.
- 5.Costa, R. S. (2015). *A atuação da polícia e o uso da força: Uma análise crítica da aplicação no Brasil*. Editora Impetus.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.CERQUEIRA, C. M. N. Polícia, violência e direitos humanos. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. (Série cadernos de polícia).
- 2.CORRÊA, M. V. Abordagem Policial Militar no patrulhamento motorizado face ao treinamento profissional específico no 8º RPM: Período de 1998 a 2000. Belo Horizonte: PMMG, 2001.
- 3.Santos, A. L. (2019). *A ética e a moral no uso da força policial: uma análise crítica do conceito de uso legítimo da força*. Revista Brasileira de Ética, 25(3), 214-226.
- 4.Kamada, E. H. & Souza, M. T. (2020). *O uso diferenciado da força: Estratégias e paradigmas para a atuação policial*. Editora Forense.
- 5.Silva, L. S. & Almeida, J. F. (2018). *O uso da força e os direitos humanos: A relação entre a segurança pública e a justiça*. Revista de Direito, 32(1), 120-135.

PERÍODO A DEFINIR		
Nome do componente:	ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS GRUPOS VULNERÁVEIS	Classificação: Optativa
Código Sigaa:	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE () Atividade Integradora	
Departamento de origem: Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: NÃO POSSUI PRÉ-REQUISITO		
Componentes Equivalentes:		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02		

EMENTA: Introduzindo a questão; Conceituando o tema: Grupos Vulneráveis e Minorias; Atuação policial e Grupos Vulneráveis: Pessoas Idosas; Segurança Pública e População em Situação de Rua; Atendimento Policial às Pessoas com Deficiência; Atendimento Policial às Crianças e Adolescentes.

OBJETIVO (GERAL):

entender a atuação policial frente ao grupo de pessoas vulneráveis

CONTEÚDO (GERAL):

1. Introdução ao conceito de grupos vulneráveis e minorias.
2. Identificação e caracterização de grupos vulneráveis: pessoas idosas, população em situação de rua, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes.
3. Desafios enfrentados pela polícia na atuação com grupos vulneráveis.
4. Práticas de atendimento policial inclusivas e respeitosas.
5. Políticas de segurança pública voltadas para a proteção dos direitos dos grupos vulneráveis.
6. Estudo de casos e experiências práticas no atendimento policial a esses grupos.
- 7.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.AMAS. Caderno de formação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Belo Horizonte: 2007.
- 2.CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Polícia e gênero. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos.
- 3.DE CASTRO, IGOR GONÇALVES; VULNERÁVEIS-IDOSOS, AOS GRUPOS; HUMANOS, NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS. FACULDADE AÇÃO. SANTOS, Simone Maria; OLIVEIRA, Lívia Henriques. Direitos Humanos e atuação policial: percepções dos policiais em relação a uma prática cidadã. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 9, n. 1, 2015.
- 4.Pereira, A. F. & Ribeiro, T. C. (2017). *A atuação policial frente aos grupos vulneráveis: uma análise da abordagem de minorias e populações em situação de risco*. Editora Juruá.
5. Silva, M. J. (2016). *Grupos vulneráveis e segurança pública: práticas policiais e direitos humanos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 31(92), 35-48.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (PMMG). Diretriz para a produção de serviços de segurança pública Nº 08: atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a filosofia dos Direitos Humanos. Belo Horizonte: Seção de Emprego Operacional, 2004.
- 2.SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil: 1995-2005. Brasília: UNB - Curso de Serviço Social, 2006. (Dissertação de Mestrado).
- 3.Oliveira, F. T. (2018). *A atuação policial em situações de vulnerabilidade: práticas e desafios no contexto brasileiro*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo (USP).
- 4.Santos, D. R. (2015). *A polícia e os grupos vulneráveis: implicações sociais e jurídicas da abordagem policial*. Editora Lumen Juris.
- 5.Gomes, E. A. (2020). *Polícia e vulnerabilidade: a proteção de grupos em risco e a aplicação de direitos humanos nas abordagens policiais*. Editora Almedina.

PERÍODO A DEFINIR

Nome do componente:	NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	Classificação: Optativa		
Código Sigaa:		Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE () Atividade Integradora		
Departamento de origem: Campus avançado de Natal				
Pré-requisito: NÃO POSSUI PRÉ-REQUISITO				
Componentes Equivalentes:				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02				

EMENTA: Histórico da Atividade de Inteligência no Brasil; Sistema Brasileiro de Inteligência; Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; Sistema de Inteligência Policial Militar; Diretoria da Agência Central de Inteligência; Aspectos Doutrinários da Atividade de Inteligência; Lei de Acesso à Informação; Operações de Inteligência: Reconhecimento Operacional, Estória Cobertura e Vigilância; Estudo de Caso.

OBJETIVO (GERAL):

Entender como funciona a atividade de inteligência na segurança pública

CONTEÚDO (GERAL):

1. Histórico da atividade de inteligência no Brasil.
2. Estrutura e funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência.
3. Subsistema de Inteligência de Segurança Pública e suas atribuições.
4. Sistema de Inteligência Policial Militar e a Diretoria da Agência Central de Inteligência.
5. Aspectos doutrinários da atividade de inteligência.
6. Lei de Acesso à Informação e sua relevância para a transparência na inteligência.
7. Operações de inteligência: reconhecimento operacional, estória, cobertura e vigilância.
8. Estudo de caso sobre a aplicação da inteligência na segurança pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.BRASIL. Lei 9.883, de 07 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Brasília, DF, 08 dez. 1999.
- 2.BRASIL. Decreto 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, DF, 22 dez. 2000.
- 3.DA SILVA PATRÍCIO, Josemária. Inteligência de segurança pública. Revista Brasileira de Inteligência, v. 2, n. 3, p. 53-58, 2006.
- 4.Borges, A. L. (2017). *Inteligência policial: conceitos, técnicas e estratégias*. Editora Juruá.
- 5.Silva, R. T. (2016). *Fundamentos da inteligência de segurança pública: teoria e prática*. Editora Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.BRANDÃO, Priscila Carlos; CEPIK, Marcos, organizadores. Inteligência de Segurança Pública: teoria e prática no controle da criminalidade. Niterói, RJ: Impetus, 2013.
- 2.CASTRO, Clarindo Alves de (Coord.); RONDON FILHO, Edson Benedito (Coord.). Inteligência de Segurança Pública: Um Xeque-mate na Criminalidade. 1ª Ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- 3.GOMES, Rodrigo Carneiro. Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento. Segurança Pública & Cidadania, v. 2, n. 2, p. 107-137, 2010.
- 4.Souza, E. C. & Lima, T. A. (2018). *Tecnologia e inteligência na segurança pública: como a inovação está transformando a prevenção e o combate ao crime*. Editora Campus.
- 5.Klinger, D. A. & Mazerolle, L. (2016). *Intelligence-led policing: The case for a data-driven approach to public safety*. Policing and Society, 26(2), 177-194.

PERÍODO A DEFINIR		
Nome do componente:	BUSCA E APREENSÃO	Classificação: Optativa
Código Sigaa:	Grupo: <input checked="" type="checkbox"/> Disciplina <input type="checkbox"/> TCC <input type="checkbox"/> Estágio <input type="checkbox"/> Internato <input type="checkbox"/> UCE <input type="checkbox"/> Atividade Integradora	
Departamento de origem: Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: NÃO POSSUI PRÉ-REQUISITO		
Componentes Equivalentes:		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02		

EMENTA: Compreender os enfoques iniciais e conceitos básicos da busca e apreensão, bem como seus aspectos legais e técnicos dos locais. Estudo das peculiaridades de alguns tipos de locais de busca e apreensão sob o ponto de vista pericial.

OBJETIVO (GERAL):

Entender os conceitos de busca e apreensão e suas peculiaridades

CONTEÚDO (GERAL):

Introdução à busca e apreensão: conceitos e definições.

Enfoques iniciais da busca e apreensão no contexto legal.

Aspectos legais da busca e apreensão: legislação pertinente.

Técnicas de busca e apreensão em locais diversos: abordagem pericial.

Peculiaridades em locais de busca e apreensão: tipos e considerações específicas.

Importância da preservação da cena do crime durante as operações de busca e apreensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.ESPINDULA, A. Perícia criminal e cível. 3a. ed. Campinas: Millennium Editora, 2009.
- 2.DOREA, L. E. C.; STUMVOLL, V. P.; QUINTELA, V.. Criminalística. 3a. ed. Campinas: Millennium Editora, 2006.
- 3.Capez, F. (2017). *Curso de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial*. Editora Saraiva.
- 4.Grinover, A. L. (2015). *Busca e apreensão e seus reflexos no processo penal: uma análise crítica*. Editora Forense.
- 5.Lima, S. G. (2019). *Busca e apreensão: aspectos jurídicos e operacionais*. Editora JusPodivm.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- 1.SILVA, P. Vocabulário jurídico. 26a. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.
- 2.Couto, A. B. & Souza, A. M. (2018). *Busca e apreensão no Código de Processo Penal: Análise e aplicação da medida cautelar*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 22(4), 233-249.
- 3.Aury Lopes Jr. (2016). *A busca e apreensão como medida cautelar no direito penal brasileiro*. Editora Revista dos Tribunais.
- 4.Zaffaroni, E. R. (2014). *Direito Penal: Parte Geral*. Editora Reale.
- 5.Santos, R. T. (2015). *A busca e apreensão no direito processual penal: aspectos práticos e jurisprudenciais*. Editora Juruá.

PERÍODO A DEFINIR		
Nome do componente:	POLÍCIA COMUNITÁRIA	Classificação: Optativa
Código Sigaa:	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE () Atividade Integradora	
Departamento de origem: Campus avançado de Natal		
Pré-requisito: NÃO POSSUI PRÉ-REQUISITO		
Componentes Equivalentes:		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 30H / 02 Aulas Práticas: ____ / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30H / 02		

EMENTA: O policiamento comunitário. Técnicas que modificam a realidade da comunidade em que o profissional de segurança pública estiver inserido. Dificuldades enfrentadas pela polícia comunitária em outras realidades.

OBJETIVO (GERAL):

Entender o papel da polícia comunitária e seus desafios

CONTEÚDO (GERAL):

Conceito e princípios do policiamento comunitário.

Técnicas de policiamento que promovem a transformação social nas comunidades.

A importância da comunicação e do relacionamento interpessoal entre a polícia e a comunidade.

Estudo de casos de sucesso em policiamento comunitário.

Dificuldades e desafios enfrentados por iniciativas de policiamento comunitário em diversas realidades sociais e geográficas.

Propostas de soluções para superar os obstáculos do policiamento comunitário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LONGANEZI, T.; COUTINHO, P.; BOMTEMPO, J. V. M. Um modelo preferencial para a prática da inovação. *Journal of Technology, Management & Innovation*, v. 3, n. 1. JOTMI Research Group, 2008.
2. OLIVEIRA, J. *Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC*. São Paulo: Érica, 2003.
3. Zaverucha, J. (2017). *Polícia comunitária: um modelo de policiamento para o Brasil?* Editora Lumen Juris.
4. Nascimento, R. C. & Souza, T. M. (2018). *Polícia comunitária e direitos humanos: uma análise das relações entre a polícia e as comunidades*. Revista Brasileira de Estudos de Segurança, 5(3), 99-115.
5. Costa, S. A. (2016). *Polícia comunitária: práticas e desafios no contexto brasileiro*. Editora Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. CERTO, S. *Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia*. 2a Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
2. Bianchi, R. (2015). *Polícia comunitária e o policiamento de proximidade: um modelo em construção*. Editora Juruá.
3. Lopes, R. F. (2018). *Segurança pública e as novas formas de policiamento: a transição para a polícia comunitária*. Editora Ponto Crítico.
4. Vidal, M. L. (2017). *A polícia comunitária e a gestão da segurança: teorias e práticas para o policiamento colaborativo*. Revista de Administração e Políticas Públicas, 8(3), 72-86.
5. Santos, M. C. (2016). *Polícia comunitária: Teorias, práticas e resultados no Brasil e no mundo*. Editora Atlas.

APÊNDICE C - EMENTÁRIO DAS UCE's (Unidade Curricular de Extensão)

Unidade Curricular de Extensão I				
Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão I	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito			
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE			
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 15 / ____ Aulas Práticas: 30 / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 45 / ____				
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.				

Unidade Curricular de Extensão II		
Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão II	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	

Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática	
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 15 / ____ Aulas Práticas: 30 / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 45 / ____	
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.	

Unidade Curricular de Extensão III		
Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão III	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 15 / ____ Aulas Práticas: 15 / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30 / ____		

EMENTA:

Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.

Unidade Curricular de Extensão IV

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão IV	Classificação: Obrigatória		
Código Sigaa:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito			
Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE			
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática				
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 15 / ____ Aulas Práticas: 15 / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 30 / ____				
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.				

Unidade Curricular de Extensão V

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão V	Classificação: Obrigatória
Código Sigaa:	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	

Departamento de origem: Direito – Campus avançado de Natal	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prática	
Carga horária/Crédito: Aulas Teóricas: 15 / ____ Aulas Práticas: 30 / ____ Orientação: ____ / ____ Total: 45/ ____	
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida a critério do docente proponente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: a critério do docente proponente BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: a critério do docente proponente.	

ANEXO I - ATAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ATA DE REUNIÃO

Aos décimo quarto dia do mês de agosto de dois e vinte e quatro, à dezessete horas e trinta minutos em ambiente virtual através do link: <https://meet.google.com/fit-gzpy-mfz>, realizou-se a Reunião do Colegiado do Curso de Direito - Natal, estavam presentes os professores: Agassiz De Almeida Filho, Bruno José de Souza Azevedo, Clodomiro Batista de Oliveira Junior, Déborah Leite Da Silva, Carlos Sérgio Gurgel da Silva,

Dijosete Verissimo da Costa Júnior, Flavianne Fagundes da Costa, Glauber Lucena Cordeiro, José Armando Ponte Dias Júnior, José Herval Sampaio Júnior, Juliana Maria Rocha Pinheiro Bezerra, Luiz Ricardo Ramalho De Almeida, Mariana Vannucci Vasconcellos, Marlusa Ferreira Dias Xavier, Michelle Yumi Felipe Okino Carvalho Cavalcante, Patrícia Moreira de Menezes, Paulo Eduardo de F. Chacon, Rogério Emiliano Guedes Alcoforado, Sérgio Alexandre M. B. Júnior, Valéria Maria Lacerda Rocha, a professora Rouseane da Silva Paula Queiroz jutificou sua ausência por atividades inerentes ao mestrado. O corpo técnico formado por Flávia Fonseca de Lima Araújo. INFORMES GERAIS: a técnica administrativa Flávia Fonseca informa que o Núcleo docente Estruturante - NDE do curso

de Direito solicitou, após reunião realizada pelo mesmo, a inclusão de um ponto de pauta ao colegiado vindo a ser o ajuste no PPC do curso de Direito de Natal. PAUTA N° 1: APROVAÇÃO DA ATA DE REUNIÃO ANTERIOR : aberto o debate o professor Clodomiro coloca sob votação, a Ata da reunião anterior e esta é aprovada por unanimidade. PONTO DE PAUTA N° 2: APRECIAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO E SEGURANÇA PÚBLICA: o professor Clodomiro passa a palavra ao professor Sérgio Alexandre. De posse da palavra o docente primeiro comunica o convite realizado pela UFRN do congresso de Direito Internacional que irá ocorrer em Natal, na semana próxima. O professor Sérgio coloca que esse curso demanda de muito tempo e que somente agora está se concretizando na Universidade. Coloca que o Ministério da Educação elegeu cinco pólos sendo Natal um deles, para que o curso seja organizado pela UERN. Explica que a Universidade não irá custear financeiramente o curso pois, todos os custos serão do governo federal e que caberá a Universidade gerenciar o processo. Expõe que o curso será aprovado nas instâncias regimentais da UERN trata-se de um curso temporário e financiado pelo ministério da educação através de bolsas dos docentes, do coordenador e dos tutores. Explica ainda que se trata de um curso de graduação na modalidade de tecnólogo em Gestão e Segurança Pública, direcionado para policiais, agentes penitenciários e que vagas remanescentes poderão ser ocupadas pela comunidade em geral.

Esclarece que para autorização da UERN esta exige que haja um curso sede e sendo este o curso de Direito Natal. O professor frisa que uma vez o docente participando do quadro de professores não entra na carga horária por ser um custo financeiro a parte. Nisto pede o apoio do colegiado para a aprovar o curso. O professor Dijosete Veríssimo enfatiza que o momento é ideal para realização do curso e parabeniza o professor Sérgio Alexandre pela iniciativa e manisfesta seu voto favorável. O professor Clodomiro júnior coloca que esse curso irá dar visibilidade a UERN em Natal pois, a instituição está ainda com pouca visibilidade na capital, tendo o curso grande potencial para ser bem visto pela comunidade em geral. A professora Marlusa de posse da palavra questiona se o projeto já está aprovado ou se ainda está em trâmite na Universidade. O professor Sérgio Alexandre esclarece que para a UAB do

Ministério da Educação já um projeto aprovado e que seria para iniciar no primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco e que para a UERN é um projeto em tramitação pois, a lei exige ter um curso de vinculação no caso o curso de Direito de Natal, O professor Clodomiro Júnior enfatiza que há interesse por parte da Universidade que o curso se concretize. De posse da palavra o docente José Herval se coloca à disposição para o que for necessário e felicita o docente Sérgio Alexandre pela iniciativa. De posse da palavra o professor Paulo Sérgio felicita o professor Sérgio Alexandre que ele realmente tem a característica de acontecer suas ações e lembra que o docente trouxe o DINTER para a UERN, coloca ainda que valoriza as ações palpáveis sendo esta uma delas. A professora Déborah Leite questiona ao professor Sérgio Alexandre como se dará a distribuição dos docentes no curso. O

professor Sérgio Alexandre explica que a plataforma UAB exige que seja realizado a publicação de edital para que se contemple os docentes que ministrarão aulas semestralmente. Que a preferência é para os docentes do curso pólo. Colocado em votação no chat o colegiado aprova o curso em Gestão e Segurança Pública por unanimidade. PONTO DE PAUTA Nº 3: AJUSTE NO PPC DO CURSO DE DIREITO DE NATAL: O professor Cláudomiro Júnior expõe que o NDE após reunião anterior solicitou o ponto de pauta em sendo o ajuste da matriz do antigo PPC do curso e o novo PPC. Coloca que o problema ocorre quando alguns alunos tentam se matricular em disciplinas que exigem a disciplina de Teoria do Direito como pré requisito de outras disciplinas e o SIGAA não reconhece a equivalência entre Teoria do Direito e Introdução ao Direito e que por conta deste problema alguns alunos não conseguem efetivar matrícula curricular em alguns componentes. De posse da palavra a coordenadora do NDE, a professora Mariana Vanucci, explica que o NDE está solicitando a chancela do colegiado para a mudança no PPC, em sendo a equivalência entre as duas disciplinas. A professora Flaviannne Fagundes ressalta que a carga horária total da disciplina não impede a equivalência uma vez que foi feita a equivalência no novo PPC do curso, no caso de equivalência se o colegiado aprova a demanda e que a coordenação envie para a DIRCA inserir no SIGAA. A docente Mariana propõe a apreciação do colegiado no sentido da equivalência das disciplinas de Introdução ao Direito ser equivalente a Teoria do Direito. O professor Cláudomiro expõe que o ideal seria os cursos de Direito da UERN serem uniformizados colocando ainda que já entrou em contato com o diretor da DIRCA para maiores detalhes. O professor Glauber Lucena enfatiza que o papel do colegiado seria de aprovar a equivalência entre as duas disciplinas. A professora Flavianne Fagundes coloca que a votação se inicie pelo NDE, no chat, e em seguida, do colegiado em geral. A docente Michelle Yumi ressalta que realizou recentemente um aproveitamento e a DIRCA reconheceu as equivalências. O professor Cláudomiro Júnior propõe iniciando a votação, no chat, pelo NDE aprovado por unanimidade e em seguida o colegiado presente vota e aprova também por unanimidade a equivalência entre as disciplinas supracitadas no novo PPC. Nada mais tendo a tratar eu lavro a presente ata.

Ata de Reunião Ata Reunião Colegiado (28451540) SEI 04410218.000246/2022-33 / pg.

Documento assinado eletronicamente por Clodomiro Batista de Oliveira Junior, Chefe do Departamento, em 15/08/2024, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.

Referência: Processo nº 04410218.000246/2022-33
SEI nº 28451

ANEXO II - PORTARIAS E RESOLUÇÕES**PORTARIA-SEI Nº 427, DE 19 DE****AGOSTO DE 2024**

**Nomeia membros para compor o Núcleo Docente Estruturante do Curso de
Gestão em
Segurança
Pública.**

**O Chefe do Departamento do Curso de Direito – Campus
Avançado de Natal, no uso de suas atribuições legais e estatuárias.**

**CONSIDERANDO CONSIDERANDO, a necessidade nomear
membros para compor o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de
Gestão em Segurança Pública no Campus de Natal.**

R E S O L V E :

Art. 1º: Nomear o(a)s seguintes docentes para compor o Núcleo Docente Estruturante - NDE: Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior (presidente), Michelle Yumi Felipe Okino Carvalho, Rouseane da Silva Paula e Carlos Sérgio Gurgel da Silva.

Art 2º: Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

REGISTRA-SE E CUMPRA-SE.

Natal, 19 de agosto de 2024.

Claudomiro Batista de Oliveira Júnior
Chefe do Departamento de Curso de
Direito – DED/NATAL Portaria Nº
2153/2023-GP/FUERN

Documento assinado eletronicamente por Claudomiro Batista de Oliveira Junior, Chefe do Departamento, em [19/08/2024, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.](#)

Referência: Processo nº 04410218.000435/2022-14
SEI nº 28529536

**Portaria 427 Portaria Curso de
Tecnólogo (28529536) SEI
04410218.000435/2022-14 / pg. 1**



PORTRARIA-SEI Nº 307, DE 17 DE JUNHO DE 2024.

**Constitui comissão para elaboração do projeto
pedagógico de criação do curso de Tecnólogo em
Segurança Pública/Modalidade EaD - Campus Uern Natal.**

O Diretor do Campus de Natal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.

CONSIDERANDO necessidade de nomear integrantes da Comissão para elaboração projeto de criação do curso de formação de Tecnólogo em Segurança Pública/Modalidade EaD, Campus Uern Natal;

RESOLVE:

Art. 1º: Constituir Comissão composta pelos seguintes membros:

- Prof. Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior (presidente da Comissão);
- Prof. Carlos Sérgio Gurgel da Silva;
- Prof.ª Michelle Yumi Felipe Okino Carvalho Cavalcante;
- Prof.ª Rouseane da Silva Paula Queiroz;

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da publicação revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE

Prof. Dr. David de Medeiros Leite
Diretor do Campus da UERN Natal
Portaria Nº 1716/2021-GP/FUERN



Documento assinado eletronicamente por **David de Medeiros Leite, Diretor(a) da Unidade**, em 17/06/2024, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 27225775 e o código CRC **BF3B81FD**.

PORTARIA-SEI Nº 307, DE 17 DE JUNHO DE 2024.

Constitui comissão para elaboração do projeto pedagógico de criação do curso de Tecnólogo em Segurança Pública/Modalidade EaD – Campus

**Uern
Natal.**

O Diretor do Campus de Natal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.

CONSIDERANDO necessidade de nomear integrantes da Comissão para elaboração projeto de criação do curso de formação de Tecnólogo em Segurança Pública/Modalidade EaD, Campus Uern Natal;

RESOLVE:

Art. 1º: Constituir Comissão composta pelos seguintes membros:

- Prof. Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior (presidente da Comissão);
- Prof. Carlos Sérgio Gurgel da Silva;
- Prof.ª Michelle Yumi Felipe Okino Carvalho Cavalcante;
- Prof.ª Rouseane da Silva Paula Queiroz;

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da publicação revogadas as disposições contrárias.

Portaria Nº 1716/2021-GP

REGISTRE-SE, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE

**Prof. Dr. David de Medeiros Leite Diretor do Campus da UERN Natal
Portaria Nº 1716/2021-GP/FUERN**

**Documento assinado eletronicamente por David de Medeiros Leite,
Diretor(a) da Unidade, em 17/06/2024, às 09:53, conforme horário oficial
de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de
janeiro de 2018.**